

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

-----Mandato 2013-2017-----

----**PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA - PRIMEIRA REUNIÃO REALIZADA
NO DIA VINTE E UM DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZASSETE.**-----

-----**ATA NÚMERO CENTO E TINTA E TRÊS**-----

---- Aos primeiros vinte e um dias do mês de fevereiro de dois mil e dezassete, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo sétimo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sexto do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Ordinária, primeira reunião, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo e pela Excelentíssima Senhora Maria Margarida Moura Alves da Silva Almeida Saavedra, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. ----
----Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

---- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Luis Valente Pires, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luisa de Aguiar Aldim, Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Nuno Ferreira Pintão, Patricia de Oliveira Caetano Barata, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rosa Maria Carvalhos da Silva, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Vasco Miguel Ferreira dos Santos,

Susana Maria da Costa Guimarães, Patrocínia Rodrigues Vale César, Igor Boal Roçadas, Carlos Sérgio da Silva Braga, Nuno Nabais Santos, Ana Paula da Silva Viseu, Rosa Lourenço, Nuno Ricardo Dinis de Abreu, Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes, Romão da Conceição Bатуca Lavadinho, Luis Manuel Inês Cavaco, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, Francisco Alves da Silva Ramos, Gabriel Baptista Fernandes, Nelson Pinto Antunes, Luis Graça Gonçalves, Sofia Margarida Vala Rocha e Paulo Moreira.-----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Fábio Martins Sousa e João Manuel da Costa de Magalhães Pereira.-----

-----Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º1, do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- André Moz Caldas (PS), Presidente da Junta Freguesia de Alvalade, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Rosa Lourenço.-----

----- Pedro Delgado Alves (PS), Presidente da Junta Freguesia de Lumiar, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Patrocínia Rodrigues Vale César.-----

----- Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Ana Paula Viseu.-----

----- Augusto Miguel Gama (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luis Cavaco.-----

----- Patrocínia Rodrigues Vale César (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Igor Roçadas.-----

----- Ana Regedor (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Susana Guimarães.-----

----- Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado (PSD), Presidente da Junta Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Paulo Manuel Bernardes Moreira.-----

----- Carlos de Alpoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luis Graça Gonçalves.-----

----- Tiago Miguel Albuquerque Nunes Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Sofia Vala Rocha.-----

----- Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves (PSD), entre os dias 21 de fevereiro e 8 de março, sendo substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes.-----

----- Carlos José Pereira da Silva Santos (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Romão da Conceição Bатуca Lavadinho.-----

----- Deolinda Carvalho Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes.-----

----- Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nuno Ricardo Dinis de Abreu.-----

----- Mariana Rodrigues Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz.-----

----- Isabel Cristina Rua Pires (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Francisco Alves. -----

----- João Diogo Santos Moura (CDS-PP), por um dia, sendo substituído pelo Deputado Municipal Gabriel Baptista Fernandes. -----

----- José Alberto Franco (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Carlos Silva Braga. -----

----- Fernando Nunes da Silva (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nuno Nabais Santos.-----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente Fernando Medina e pelos Senhores Vereadores: Duarte Cordeiro, Carlos Castro, João Paulo Saraiva, Paula Marques, Catarina Albergaria, Manuel Salgado, Catarina Vaz Pinto, Jorge Máximo e Rui Franco.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: António Prôa, Alexandra Duarte e João Gonçalves Pereira. -----

----- Às quinze horas e vinte e cinco minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

-----**A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos começar a nossa sessão. -----

----- Se pudessem chamar a Senhora Deputada Margarida Saavedra, agradecia. -----

----- Portanto, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, Senhores Membros da Câmara, Senhores Jornalistas, Dirigentes e Público, vamos dar início à nossa reunião. -

----- Tenho de pedir uma diminuição do nível de ruído na sala, por favor, para podermos começar a nossa reunião com toda a dignidade, e tenho vários avisos a fazer:-----

----- Em primeiro lugar, como já estava previsto, para a semana não temos sessão já estava previsto no nosso calendário, não fazemos sessão na terça-feira de Carnaval. Entretanto, foi dada tolerância de ponto aos funcionários públicos, portanto, a questão fica, no nosso caso, não tem qualquer problema, já estava assim previsto. -----

----- Relativamente à ordem do dia de hoje, informar que a Proposta nº 754/2016, que era uma resposta relativamente a uma questão de património, salvo erro, uma permuta de um prédio municipal na Rua do Arco da Graça por um prédio particular na Avenida 24 de Julho, embora tenha parecer favorável das duas comissões que a analisaram, houve um requerimento do Bloco de Esquerda, e o Senhor Vereador. Manuel Salgado pediu adiamento da votação da proposta, porque quer responder, primeiro, ao requerimento. Portanto, esta Proposta nº 754/2016, fica desde já, adiada. -----

----- Entretanto, outras questões suscitadas e outras informações que vos queria dar, e que são as seguintes: -----

----- Penso que é de interesse para a Assembleia Municipal tomar conhecimento da deliberação que foi tomada sexta-feira, na Assembleia da República, por unanimidade, todas as forças políticas, foi aprovada uma recomendação ao Governo para lançar um

novo programa nacional de realojamento para fazer face às carências habitacionais que existem no país. Esta é uma matéria que esta assembleia tem, sistematicamente, discutido, está pendente, aliás, a petição do direito à habitação que, ainda, estamos à espera de ser apreciada, e eu queria chamar a atenção dos Senhores Deputados para esta recomendação, portanto, é bom ter em conta que a Assembleia da República recomendou ao Governo que abrisse um programa novo de realojamento, a nível nacional, para as carências habitacionais urgentes. -----

----- Para vossa informação, dizer-vos que, desde 2009, que o Orçamento de Estado não prevê qualquer verba para o PER e, em 2017, prevê uma pequena verba para o Prohabita, mas que já está destinada, especificamente, a duas situações de realojamento no Funchal, por causa dos incêndios, e na Ria Formosa, por causa das demolições. -----

----- Portanto, todas as outras situações, na nossa cidade, e no resto do país, que careçam de realojamento, ou têm programas municipais próprios, ou não têm qualquer espécie de apoio e, portanto, é isso que vai ser alterado, e precisa de ser alterado. -----

----- Também, dizer-vos o seguinte, Senhores Deputados; entraram alguns documentos, hoje, aliás, um tinha vindo ontem, sobre matéria que já tinha sido agendada por outras forças políticas para o PAOD de hoje. Concretamente, um voto do PAN, uma moção e uma recomendação do BE, sobre matérias que já estavam agendadas. -----

----- O artigo nº 47, do Regimento, no seu número 6, diz claramente, e eu vou ler, para que não haja dúvidas, diz que: *‘Conjuntamente com cada um dos textos previstos nas alíneas, tal e tal, do número um ..’*, que implicam os textos do PAOD, *‘...são, também, obrigatoriamente votados na mesma reunião, quaisquer outros que, sobre o mesmo assunto que sejam apresentados até ao termo do período de intervenção do Público’*. E, portanto, estes foram apresentados de manhã, foram distribuídos na hora de almoço, não sei se os Senhores Deputados tiveram tempo para ler, ou não, mas a verdade é que têm cobertura regimental e, portanto, temos que aceitar todos os documentos que entraram, e a Mesa dará, disso, conhecimento, na devida altura. Em concreto, trata-se do Voto nº 4/133, do PAN, que é um voto de protesto por causa do apoio à Bullfest, que é sobre o mesmo assunto que uma recomendação que já tinha entrado, julgo que do BE, era a Recomendação nº 14/133, do BE, que era no mesmo sentido. Portanto, vamos apreciar o Voto nº 4/133 e a Recomendação nº 14/133, de seguida, uma e outra, porque são sobre o mesmo assunto. -----

----- Por outro lado, o PCP apresentou uma recomendação que é a Recomendação nº 2/133, sobre a Carris e o Serviço Público de Transportes, e o BE apresentou a Moção nº 3/133, que é sobre a apreciação parlamentar do Decreto-lei nº 86-D/2016, de 30 de dezembro, é uma moção dirigida à Assembleia da República mas incide, precisamente, sobre a questão da Carris e, portanto, é sobre o mesmo assunto, por essa razão, foi aceite. -----

----- E finalmente, há uma recomendação do BE, a Recomendação 15/133, sobre a classificação do imóvel sito no Largo Rafael Bordalo Pinheiro, número 21, de interesse municipal, sendo que sobre esta mesma matéria, havia já uma recomendação

do PCP que tinha entrado em primeiro lugar, contra a demolição de prédios dos anos setenta, no Chiado e, portanto, apenas dar-vos notícias de que tenham em atenção estes documentos novos que entraram.-----

----- Senhores Deputados, posto isto, vamos dar início ao período de intervenção do público. Temos, apenas, uma inscrição, é o Senhor Rui Sousa Costa que já cá tem vindo, várias vezes, hoje, é outro assunto, portanto, faça o favor de vir ao palco, já conhece as regras da casa, seja bem-vindo.”-----

-----PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

----- **O Senhor Rui Sousa Costa** residente na Rua D. Flipa Vilhena, n.º 4, 3º direito, 1000-135 Lisboa, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Muito boa tarde. Já há uns tempos que não importunava esta Assembleia.-----*

----- *Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Membros da Mesa, Senhor Presidente e Vice-presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Meus Senhores e Minhas Senhoras, os meus cumprimentos. ---*

----- *Pelas nove horas de hoje, o Jardim do Arco do Cego estava, relativamente, limpo. Pelas doze e trinta, já não estava, antes pelo contrário, com garrafas, copos e outros elementos no chão, e barulho notório. A razão? Eventos académicos, nomeadamente, praxes que se desenrolam sem controlo e da forma mais reprovável, diariamente.-----*

----- *Veio-me à ideia a solução que há dias foi encontrada para Monsanto, daí o meu pedido.-----*

----- *Este pedido já tem um historial de dois anos, junto da Junta de Freguesia das Avenidas Novas, que é o seguinte: que a Câmara Municipal de Lisboa, em coordenação com as Juntas de Freguesia, e com esta Assembleia, proibam nos espaços públicos e jardins, eventos académicos e os confinem aos campos das universidades, ou na sua falta, às instalações das mesmas, isto a bem da limpeza, da segurança e do sossego da cidade.-----*

----- *Muito obrigado.”-----*

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- *“Muito obrigada.-----*

----- Ficou registada a sua sugestão, se bem que no caso concreto de Monsanto, tem a ver com um valor ambiental da natureza, e aqui será uma questão de proteção contra vários tipos de poluição em pleno centro urbano.-----

----- São situações bem diferenciadas, em todo o caso a recomendação está feita, e eu irei dar seguimento, enviando à Câmara a sua sugestão.-----

----- Senhores Deputados, terminámos o período de intervenção do público.-----

----- Vamos pôr, agora, à votação as **atas 127 e 130**. Dizer-vos que há uma retificação na **Ata n.º 130**, que já foi feita no site, mas que tem de ser dada, aqui, notícia, foi uma dislexia que é habitual, aqui, na Mesa mas que, desta vez, contagiámos os serviços, e onde estava ‘Senhor Deputado Municipal Vasco Santos, PAN’, é ‘Senhor Deputado Vasco Santos, MPT’, depois no texto está MPT. Portanto, Senhor Deputado Vasco Miguel Santos, o meu pedido de desculpas, com indicação de que isto já foi, devidamente, corrigido.-----

----- E vamos pôr, então, à votação as **atas 127 e 130**, e vamos votá-las, separadamente, por causa dos Senhores Deputados Municipais que não estiveram presentes não puderem votar. -----

----- **Ata nº 127**, não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND. A **Ata nº 127** foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- **Ata nº 130**, com esta retificação, não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND. A **Ata nº 130** foi **aprovada por unanimidade**. -----

---- (De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação das Atas 127 e 130, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita. -----

----- Ata n.º 127, Sessão Extraordinária, realizada em doze de dezembro de dois mil e dezasseis, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: André Couto (PS), Belarmino Fernandes Silva (PS), Davide Amado (PS), João Robalo Pinheiro (PS), Margarida Martins (PS), Pedro Cegonho (PS), Rute Lima Jesus (PS), Susana Guimarães (PS), Igor Roçadas (PS), Luis Manuel Cavaco (PS), Daniel Gonçalves Silva (PSD), Luis Newton (PSD), Margarida Saavedra (PSD), Rodrigo Gonçalves Silva (PSD), Nuno Ricardo Abreu (PCP), Lúcia Gomes (PCP), Romão Lavadinho (PCP), José Casimiro (BE), Tiago Ivo Cruz (BE), Francisco Lavadinho (PCP), Maria Luisa Aldim (CDS-PP), Floresbela Pinto (IND), Carlos Braga (IND) e Nuno Santos (IND). -----

----- Não tem implicações com a Ata em Minuta, portanto, está tudo corrigido. -----

----- Ainda, antes, de entrarmos nas intervenções dos Senhores Deputados sobre o PAOD, dar-vos conhecimento que chegaram agora mesmo, dois documentos importantes para vosso conhecimento, que eu mandei distribuir e que vai ser, agora, distribuído durante a sessão, em papel, um é um esclarecimento da Senhora Provedora dos Animais sobre o protesto contra o *Festival Bullfest*, e é um esclarecimento importante, portanto, vou mandar distribuir por todos para terem conhecimento. E o outro é uma informação sobre a Federação Portuguesa de Tauromaquia sobre declarações do PAN e do BE, junto da Câmara, portanto, são duas declarações, aliás, em sentido inverso, o oposto, como é de prever, mas seja como for, é matéria de que deve ser dado conhecimento a todos e, assim se fará, durante a sessão. -----

----- Segue-se a leitura do expediente. O Senhor Primeiro-secretário vai dar notícias sobre o expediente.” -----

----- **O Senhor Primeiro-secretário da Mesa, Rui Paulo Figueiredo**, fez a seguinte leitura integral do expediente: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Oriundo da Assembleia da República, nomeadamente do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, nós temos um conjunto vasto de expediente, intervenções na sessão plenária sobre o setor do táxi, a degradação do serviço público

postal e os direitos dos trabalhadores dos CTT. Perguntas, também, sobre o setor dos táxis e sobre a contratação coletiva na Carris Tour e Carris Bus. Requerimento para a audição, também, sobre a situação dos CTT, das organizações representativas dos trabalhadores da empresa e, também, da ANACOM. Medidas aprovadas por proposta, com o contributo do Partido Comunista Português, para o Orçamento de Estado de 2017. Voto de Saudação apresentado sobre os 40 Anos das Primeiras Eleições Autárquicas, e um projeto-lei que o Partido Comunista Português apresentou, sobre proteção dos direitos individuais e comuns à água.-----

----- Do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista “Os Verdes”, temos projetos de resolução sobre a garantia de uma escola inclusiva, sobre a urgente reposição de quatro carruagens na Linha Verde do Metropolitano de Lisboa, sobre o direito à água e ao saneamento, e sobre uma resolução urgente para a Escola Básica 2 3 do Alto do Lumiar. -----

----- Respostas a perguntas feitas pelo Grupo Parlamentar do Partido Ecologista ‘Os Verdes’, dos Ministérios da Saúde, do Ambiente e do Planeamento e Infraestruturas, sobre queda de teto no Hospital de São José, qualidade do ar, contaminação de solos no Campo das Cebolas, instalações sanitárias e a propagação de ratos na estação Roma/Areeiro, em Lisboa. Perguntas feitas ao Governo sobre um qualidade do ar e sobre o elevador na Estação de Metropolitano na Baixa-Chiado, toda esta documentação, tal como aquela que eu for referindo, ao longo do expediente, está disponível para consulta, sendo que, algumas delas, já foram encaminhadas para os Grupos Municipais e para os Deputados, pela Presidente, ou pelos serviços. -----

----- Do Governo temos uma resposta do Gabinete do Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação referente à Recomendação nº 2/113, sobre o combate ao desperdício alimentar, remetida por esta Assembleia sob proposta do Partido Ecologista ‘Os Verdes’. -----

----- Da missão diplomática da Palestina, temos um comunicado de imprensa sobre a legalização dos colonatos, na Palestina, por Israel, comunicado emitido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros.-----

----- De Assembleias Municipais, temos expediente enviado pela Assembleia Municipal de Sesimbra sobre transporte público e mobilidade, editais referentes às suas sessões ordinárias. E, do mesmo modo, a Assembleia Municipal de Loures temos uma moção sobre a saída da rodoviária de Lisboa dos sistemas de passes combinados com o metro e a Carris, e edital com deliberações da sua 1ª sessão extraordinária, de 2017. -----

----- Temos expediente da Assembleia de Freguesia de Alcântara, também, sobre Carris, da Assembleia de Freguesia dos Olivais pela atribuição do rótulo europeu pela responsabilidade social à Junta de Freguesia de Alcântara. -----

----- Juntas de Freguesia, temos uma moção aprovada na Junta de Benfica sobre os 40 Anos das Primeiras Eleições Autárquicas, na Junta de Odivelas pelo prolongamento da Carreira 206 da Carris até ao centro da Cidade de Odivelas.-----

----- Temos atas e editais da Área Metropolitana de Lisboa. -----

----- Temos da Provedora do Animal, uma recomendação apresentada à Câmara sobre a necessidade de realização de ações de fiscalização e sensibilização para a proteção dos equídeos da cidade. -----

----- Em termos de Associações, temos do Fórum Cidadania Lisboa um email dirigido ao Gabinete do Senhor Vereador Manuel Salgado para o desenvolvimento de esforços para a salvaguarda e recuperação do edifício conhecido por Prédio do Tijolo, na Rua Possidónio Pais. O email dirigido ao Presidente da Transtejo contra o anúncio da retirada do ferry *Eborensis*, e uma resposta do Ministro da Cultura referente ao projeto de alteração do edifício-sede do Diário de Notícias. -----

----- Plataforma em defesa das árvores, um email relativo à autorização para abate de uma árvore que consideram saudável, alegadamente, dada pela Junta de Freguesia de São Domingos de Benfca. Da Associação de Hotelaria de Portugal enviou o estudo sobre alojamento local. Da Associação de Moradores e Comerciantes do Parque das Nações enviam um email dando conhecimento de uma *newsletter*, nomeadamente, sobre um assunto mais específico dos pavimentos dos parques infantis. -----

----- Da Antral, dá-nos conhecimento do ofício enviado ao Presidente da Câmara sobre a proposta de lei que cria o regime jurídico do transporte em veículos, a partir plataforma eletrónica. -----

----- A Federação Portuguesa do Táxi, também, nos dá conhecimento sobre estas matérias de uma carta dirigida ao Governo. -----

----- A Confederação Portuguesa de Yoga dá-nos nota de uma proposta para que o yoga tradicional se torne parte integrante dos currículos escolares. -----

----- A Associação Passeio Livre dá-nos conta de um email que levou ao conhecimento da EMEL e da Câmara Municipal de Lisboa com matérias de estacionamento. -----

----- Temos munícipes que, também, se dirigiram à Assembleia Municipal a título individual. António Brotas envia um exemplar do último número do Jornal “República Portuguesa”, do qual é Diretor. José Sevinate de Sousa, também, um depoimento na audição, enviou-nos o seu depoimento, na íntegra, junto da 8ª Comissão Permanente, relativa à petição nº 18. E José de Almeida Ribeiro dá-nos conta de uma reclamação relativa ao acesso a deficientes motores, na Estação de Metro de Sete-Rios e da sua insatisfação que foi dada pelo provedor do cliente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Senhores Deputados como veem temos cada vez mais correspondência trocada não só com órgãos de soberania, como com diversas entidades públicas, municipais e nacionais, isto mostra bem que estão atentos àquilo que nós vamos, aqui, fazendo e enviando e, portanto, é relevante termos notícia destes *feedbacks*. -----

----- E eu, agora, ia passar a dar a palavra aos Senhores Deputados que estão inscritos para o PAOD. Pedia para fazerem as inscrições, aqueles que, ainda, não o fizeram e pedia ao Senhor Primeiro-secretário para dar a palavra.” -----

----- **O Senhor Primeiro-secretário da Mesa, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Só para dar nota à Assembleia, nós, neste momento, temos de duas inscrições do PSD, duas inscrições do PCP e uma inscrição do Senhor Deputado Municipal do PAN.

----- Primeira inscrita é a Deputada Municipal Margarida Saavedra.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- O PSD queria saudar, aqui, a reabertura do Pavilhão Carlos Lopes, que tem sido uma chaga no coração da cidade é, sem dúvida nenhuma, uma mais-valia para a Cidade de Lisboa, e deseja aos lisboetas todo o usufruto e todo o sucesso na utilização de um espaço que teve muito tempo inutilizado.-----

----- Contudo, eu devo dizer que, também, entendemos que os fins não justificam os meios, e o PSD tem as maiores reservas sobre os meios que foram utilizados para a reabilitação do Pavilhão Carlos Lopes, a saber:-----

----- A ATL é uma pessoa coletiva de direito privado pelo que não se compreende que possa gerir o espaço público. Também não se compreende que possa gerir o dinheiro público.-----

----- Acresce que a acumulação do cargo de Presidente da Câmara com o dossier da ATL, deixam alvitrar a dubiedade nos negócios com eles próprios. A esse propósito, em tempo, o PSD apresentou competente queixa-crime na Procuradoria-Geral da República cujos trâmites estão a decorrer.-----

----- Saudamo-nos com os fins, mas não podemos aceitar os meios.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhores Vereadores e Deputados Municipais.-----

----- Na apreciação das propostas presentes no PAOD, vou abordar a questão da Carris assunto sobre o qual apresentámos uma recomendação.-----

----- É conhecida a posição coerente e clara que o PCP tem sobre a Carris e os transportes públicos, em geral, por diversas vezes abordada, nesta Assembleia, pelo que vou, apenas, lembrar alguns tópicos que parecem mais importantes.-----

----- A culminar um brutal ataque aos transportes públicos, o anterior governo tentou privatizar estes serviços, medida a que sempre nos opusemos pois os transportes são serviço público e, como tal, compete ao Governo assegurar, com qualidade, este serviço.-----

----- O PCP manifestou sempre uma posição contra a transferência da Carris para a posse da Câmara Municipal de Lisboa, pois o Estado Central tem a capacidade para assegurar o financiamento desse serviço público. A falta de estrutura, em especial, financeira, dificultou e, até inviabiliza, a prestação de um serviço que responda às questões de mobilidade.-----

----- Embora esteja previsto o financiamento a partir do fundo de mobilidade e da EMEL, parece-nos que tal pode vir a revelar-se insuficiente, obrigando a que, mais tarde, recaia no utente situação que é de todo inaceitável, pois o preço atrativo é uma

das condições para que os transportes públicos cumpram o seu papel e sejam uma alternativa ao transporte individual.-----

----- Neste contexto, seria todo desejável, conhecermos o plano estratégico para a Carris, por forma a pudermos verificar, e ficarmos a conhecer, exatamente, quanto a Câmara vai gastar na Carris, necessariamente, desviando verbas que poderiam, e deveriam, ser utilizadas noutros projetos.-----

----- Por outro lado, temos a convicção de que a municipalização, ao contrário do que é afirmado pelo Senhor Presidente da Câmara, facilita futuras intenções de privatização da Carris, agora, ou em termos futuros mas, sobretudo, como tem sucedido, noutros lados, ou situações. As transferências de competências para as autarquias sem os devidos recursos, são prol para as inevitáveis privatizações, com a mercantilização dos serviços e com a pressão sobre os utentes para obter mais receitas.-----

----- A recomendação que apresentámos refere, muito claramente, as preocupações que o PCP tem e que justificam o pedido de apreciação parlamentar na Assembleia da República:-----

----- 1. Apoiar no Parlamento a melhoria do decreto-lei da municipalização da Carris; -

----- 2. Apoiar a medida de salvaguarda no que diz respeito aos direitos dos trabalhadores, a defesa da unidade e da sustentabilidade da Carris, os direitos dos utentes e a defesa do sistema Metropolitano dos transportes;-----

----- 3. Apoiar a introdução no decreto-lei de normas que impeçam a Câmara Municipal de Lisboa de criar uma dívida excessiva na Carris;-----

----- 4. Apoiar a introdução de uma cláusula que implica reversão da municipalização se a Câmara Municipal de Lisboa tentar privatizar, ou concessionar, a Carris, ou suas participadas.-----

----- Em relação à moção número três apresentada pelo Bloco de Esquerda, que tivemos conhecimento, hoje, tecer algumas considerações. Em primeiro lugar, nós lidamos com a realidade e não com os nossos desejos. É um dado que existe um decreto-lei a transferir para a Câmara, a Carris. O que o PCP pretende face a uma situação por imposição da maioria na Assembleia da República, é propor melhorias, nomeadamente, na Área Metropolitana, envolvendo outros concelhos.-----

----- Contrariamente ao Bloco, queremos alargar e não cingir apenas a Lisboa.-----

----- Importa dizer que se não fosse o Grupo Parlamentar do PCP, na Assembleia da República, a submeter um projeto de apreciação parlamentar do decreto-lei de municipalização da Carris, não estávamos, hoje, a discutir quaisquer melhorias, ou mesmo. Quando o nosso Grupo Municipal recomenda à Câmara Municipal que apoie as melhorias no decreto-lei, o que está a dizer é que a Câmara Municipal pode ter um papel de reivindicação na melhoria do decreto-lei, nomeadamente, na introdução de salvaguardas que não permitam a sua privatização, ou que garantam mais direitos aos trabalhadores. Nada disto tem que ver com a posição de princípio do PCP sobre considerar que a municipalização não é o caminho para garantir o transporte público de qualidade.-----

----- Desta forma, vamos pedir a votação em separado da moção do Bloco de Esquerda, e queríamos, também, surgir em relação ao ponto 3, alínea b), se o Bloco de

Esquerda aceitaria e aí poderíamos votar favoravelmente esta alínea b), do ponto 3, a introdução de um texto que é excluindo a privatização, concessão ou alienação. Que eu já direi por escrito. -----

----- Em relação à nossa recomendação, informar a Mesa que no ponto 5, vamos propor, também, por sugestão do Partido Socialista, uma pequena alteração, retirando algumas palavras deste ponto 5. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Imprensa, Público. -----

----- Hoje, o PAN traz duas recomendações que têm a ver com a mobilidade na cidade, uma tem a ver com para uma melhor fruição da cidade através da criação de percursos pedonais que têm a ver a com a continuidade dos mesmos percursos, garantir continuidade de passeios, manutenção e reparação de bebedores, criação de plataformas com sinalização de pontos interessantes, portanto, é algo que achamos que poderá melhorar a mobilidade na cidade. -----

----- Relativamente às condições de segurança das ciclovias, foram analisadas algumas situações específicas e queremos, poder-se-á melhorar bastante a segurança das ciclovias e da mobilidade, em bicicleta, na cidade, sendo que, para isso, será necessário proceder a uma análise das mesmas.-----

----- Finalmente, trazemos um voto de protesto que tem a ver com a situação conhecida do *Bullfest* que teve um apoio indireto do ATL e, conseqüentemente, logicamente, da própria Câmara Municipal. O voto de protesto tem a ver com este apoio, nós acreditamos que tenha sido uma situação acidental, que não tenha sido desejada, mas o que é facto é que foram utilizados meios municipais, como seja o próprio ATL do qual o Senhor Presidente da Câmara é o próprio Presidente, e que não nos parecem adequados e, como tal, deverão ter uma resposta da Câmara. Não nos parece que seja aceitável que a resposta da Câmara seja a dizer que não tiveram nada a ver com o assunto, a responsabilidade é de quem dirige, a responsabilidade, neste caso, é da Câmara e do Senhor Presidente. Além disso, neste evento, achamos extremamente, extremamente deplorável que tenham existido tentativas de condicionamento psicológico por uma reeducação das crianças, no sentido de se tornarem favoráveis a festivais tauromáquicos. -----

----- Terminarei, Senhora Presidente. -----

----- Sabemos que as próprias Nações Unidas e a UNESCO têm condenado este tipo de atividade, de forma mais vigorosa e, portanto, parece-nos inaceitável que numa cidade como Lisboa sejam feitos incentivos ao ensino da tauromaquia. Tanto mais que uma das entidades que temos, aqui, indiretamente, é a própria Casa Pia de Lisboa, como proprietária do espaço Campo Pequeno, que não deveria estar envolvida nestas matérias, uma vez que deverá zelar pelo interesse das crianças.-----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu pegava nas palavras e subscrevia as palavras do colega do PAN, no *site* do *Bullfest* pode-se ler: ‘*Este é um momento perfeito para os mais pequenos terem uma introdução à tauromaquia, em família*’. O *site* é muito design, é muito estilo moderno, mas não esconde aquilo que é a organização de touradas à moderna. E fossem touradas à antiga ou à moderna, numa altura em que se dão passos claros para limitar progressivamente, os apoios diretos e indiretos que as diferentes entidades públicas dão à atividade tauromáquia, e onde por todos os critérios internacionais se entende que a atividade é nociva para crianças, é incompreensível que o Turismo de Lisboa se preste a este serviço de branqueamento cultural do que são as touradas, um espetáculo cruel e violento, este programa é uma vergonha que tenta ensinar as crianças a divertirem-se com a crueldade entre animais. -----

----- Por isso, a Câmara Municipal deveria retirar todos os apoios a este festival, cumprindo, aquilo, que se tem feito na Assembleia da República. -----

----- Apresentava as restantes moções, desde logo, aproveitada para subscrever, em nome do Bloco de Esquerda, a moção do PCP sobre o 10º Aniversário do Referendo que descriminalizou a interrupção voluntária da gravidez. Um voto que apresentámos sobre a Presidência de Donald Trump, acho que as primeiras quatro semanas já da nova Administração, já deitaram por terra qualquer tentativa de normalização desta presidência. É uma administração autoritária, representa uma oligarquia económica perigosa para o mundo e, para nós, também, luta para extinguir todos os valores que nós defendemos, em Lisboa, com uma atitude, abertamente, sexista, racista e xenófoba, isso ataca a identidade da cidade e entendemos, por isso que, tal como a Assembleia da República já o fez, também a cidade se deve pronunciar com esta moção. -----

----- No Rio Tejo tivemos uma nova maré negra, não é um acidente novo, é recorrente, vem da poluição provocada pela Celtejo. Os tribunais já se pronunciaram, a Celtejo não pode continuar a despejar matéria orgânica poluente nos afluentes do Tejo e, por isso, não entendemos, porque é que as autoridades não atuam e obrigam a Celtejo a encerrar atividade pelo prazo que for necessário até aprenderam que não podem fazer isto. -----

----- O princípio da precaução e prevenção da lei de água foi, há muito, ultrapassado e o mínimo que se exige, agora, é a revisão da licença de rejeição de águas residuais da Celtejo. -----

----- Como recomendações, apresentamos, hoje, numa recomendação de intervenção no Parque da EMEL, da Calçada do Combro. A falta de cobertura, no último piso, permite a entrada de águas a todo o edifício, recorrentes infiltrações, os elevadores não funcionam regularmente, as saídas de emergência do parque de estacionamento, algo essencial, também, estão intransitáveis, e por isso, é necessário uma urgente da EMEL. -----

----- Apresentamos uma recomendação sobre a segurança dos ciclistas, sempre apoiámos a expansão de ciclovias na cidade, é saudável que assim se faça, algumas

delas estão protegidas contra os carros, contra os estacionamento, logo ao lado das ciclovias, muitas delas não estão, há vários acidentes já relatados de ciclistas que apanham com portas a abrirem de carros estacionados, logo ao lado da ciclovia. Será necessário mais trabalho, mas uma ciclovia que não tem segurança é uma ciclovia que fica a meio.-----

----- Por último, uma recomendação apresentada pelo PCP que nós acompanhamos com uma recomendação própria. Compreendemos a necessidade de proteger o património no prédio do Largo Bordalo Pinheiro, e entendemos que, talvez, seja proveitoso avançar com uma classificação do imóvel como de interesse municipal, o que lhe daria a proteção legal para proteger o património azulejado do imóvel. -----

----- Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, informou o seguinte:---

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. Vamos prosseguir.-----

----- Senhores Deputados, eu há pouco não dei uma informação que penso que seja relevante, foram apresentados dois votos que, a Mesa, não agendou para hoje, um do PCP sobre o Dia Internacional da Mulher e o Apoio à Manifestação de Mulheres, e outro, também, sobre o Dia Internacional da Mulher, do BE, e não agendamos porque para a próxima reunião, dia sete de março, é véspera do Dia Internacional da Mulher, e achamos que seria mais oportuno agendar, nessa altura, e portanto, foram devidamente informados os Grupos Municipais, desta decisão da Mesa, ninguém protestou, e portanto, celebraremos no dia sete de março, celebraremos este dia, com os vossos documentos se alguém mais apresentar, cá estaremos. Em todos o caso, será agendado um ponto específico na ordem de trabalhos para debater estes votos. -----

----- Vamos prosseguir.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhora Presidente, Senhor Presidente, Senhores Vereadores e Senhores Deputados. -----

----- Os Verdes apresentam, hoje, uma recomendação para que seja implementado o Prémio Mário Cesariny, figura ímpar da literatura portuguesa e do surrealismo, pois consideramos que a CML poderá e deverá desempenhar um papel importante através desta homenagem, ao mesmo tempo que incentiva a criatividade e a produção literária.

----- Apresentamos também uma recomendação sobre a estação de comboios de Marvila, que se encontra degradada e com falta de condições de segurança.-----

----- Esta estação tem uma passagem desnivelada inferior, em que o acesso direto à linha se encontra livre e acessível a qualquer pessoa, o que é um verdadeiro perigo. ----

----- Sendo uma situação que urge ser resolvida, pois representa riscos para a segurança das pessoas, propomos que a CML articule com a Infraestruturas de Portugal nesse sentido, permitindo uma melhoria no atravessamento nesta estação, garantindo a acessibilidade a cidadãos com mobilidade reduzida, e a eliminação da potencial sinistralidade ferroviária, e que promova ações de sensibilização junto das populações para a sua correta utilização e para os riscos associados a comportamentos imprudentes. -----

----- Temos uma terceira recomendação sobre a Rua Xavier Cordeiro, no Bairro do Arco do Cego, que foi intervencionado no âmbito do projeto ‘Pavimentar Lisboa 2015-2020’, implementando uma ‘zona partilhada’ entre peões e automóveis. -----

----- Acontece que Os Verdes deslocaram-se a este local, juntamente com os residentes, e pudemos constatar que esta rua ficou excluída da aplicação desta filosofia, tendo ficado com uma circulação mais rápida e com dois sentidos, além de algumas das sinalizações verticais e horizontais noutras vias do Bairro serem contraditórias entre si. -----

----- Esta situação tem causado incómodo e preocupação aos residentes, a nível do ruído, da poluição e do perigo que representa, pois os veículos chegam a circular com velocidades próximas dos 50 km/h, em vez dos 20 km/h, o que é claramente incompatível com uma zona residencial e de estabelecimentos de ensino. -----

----- Assim, propomos que a autarquia pondere reordenar os acessos e limitar os sentidos da Rua Xavier Cordeiro, permitindo utilizar o espaço disponível para alargamento dos passeios, aumentando a segurança da mobilidade pedonal. -----

----- Propomos ainda que sejam introduzidas medidas de acalmia de tráfego e que sejam corrigidas as sinalizações vertical e horizontal. -----

----- Por fim, apresentamos uma recomendação sobre o que, no entender dos Verdes, é fundamental em qualquer processo de transferência de trabalhadores, mas que não se tem verificado por parte do executivo, o que é lamentável e inaceitável. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa tem promovido alguns processos de transferência de serviços municipais como, por exemplo, do Complexo de Alcântara, da Boavista, da Cruz das Oliveiras e, mais recentemente, da Proteção Civil e da Estrutura Verde. No seguimento destas mudanças, Os Verdes têm denunciado algumas precipitações e afastamento dos trabalhadores das decisões tomadas, situação que consideramos condenável pela forma como o executivo lida com os trabalhadores além de, nalguns casos, haver um claro favorecimento do negócio especulativo imobiliário, sem acautelar atempadamente a realocização dos serviços municipais. -----

----- Para Os Verdes os trabalhadores e as suas estruturas representativas têm de ser ouvidos desde o início, antes de qualquer tomada de decisão, e qualquer mudança só deve ser iniciada depois de estarem garantidas todas as condições de trabalho e a dignidade dos trabalhadores. -----

----- Por isso mesmo, propomos que os processos de transferência de serviços municipais não sejam apresentados como um facto consumado, que os trabalhadores sejam envolvidos nestes processos, estudando-se as várias alternativas e evitando-se decisões precipitadas e irrefletidas, que poderão ter implicações na sua vida pessoal e profissional, assim como na qualidade do serviço prestado aos munícipes, devendo, para isso, dispor-se do tempo necessário para analisar as propostas de reorganização em causa. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Deputados. -----

----- Expressaria algumas das posições e sentido de voto do Partido Socialista nesta Assembleia, e começaria, precisamente, pela Recomendação nº 9/133, do PEV, relativamente à Estação de Marvila, o Partido Socialista votará favoravelmente e acompanha a preocupação manifestada, aqui, pelo Partido Ecologista Os Verdes que, aliás, já expressou, também, através da sua Junta de Freguesia, a Junta de Freguesia de Marvila, já manifestou esta preocupação com o estado de degradação a que chegou a estação, em Marvila. E, portanto, naturalmente, acompanhamos a Recomendação nº 9/133 e votaremos favoravelmente. -----

----- Já quanto às Recomendações números 4 e 5, ambas do PCP, não poderemos votar favoravelmente, e votaremos contra, não pelo teor das recomendações em si, mas porque aparentemente há um lapso qualquer, por parte do PCP, uma vez que o PCP recomenda à Câmara Municipal que remeta às Comissões Permanentes da Assembleia Municipal. Podemos ler no texto destas recomendações que sejam apresentadas.... Se foi alterado nós não recebemos, então, Senhores Deputados...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, interrompeu dizendo o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado, foi enviado a todos os representantes. Portanto, eventualmente, se quiser, eu posso sinalizar o que foi alterado, mas pode continuar a sua intervenção.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** no uso da palavra, continuou: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Relativamente aos Votos números 4 e 14, ambos sobre o mesmo assunto do PAN e do Bloco de Esquerda, os Votos 4 e 14, que são acerca do *Bullfest*. O que está, aqui, em causa não são os espetáculos tauromáquicos, não é a questão da tourada. Os Senhores Deputados do PAN e do BE, se quiserem discutir a tourada, salvo melhor opinião, deverão apresentar documentos para esse efeito. Não vamos, aqui, neste ponto, em concreto, discutir esse assunto. Não é isso que está em causa. O que está, aqui, em causa, e o que apresentam nos vossos pontos deliberativos, são o facto de a Câmara Municipal ter alegadamente, e como diz o PAN, de forma indireta, apoiado este espetáculo. Pois, aquilo que, efetivamente, sucede é que nos termos dos estatutos da ATL qualquer associado pode utilizar o símbolo da ATL, e não há qualquer contrapartida financeira, por parte da ATL, a este espetáculo do *Bullfest*. O que isto significa é que não houve qualquer apoio e, portanto, o que acontece, aqui, de uma parte, e de outra, é que há uma tentativa de utilização indevida do nome do Senhor Presidente da Câmara, de um ataque que não me parece que seja nada apropriado, e não é habitual, nem sequer é, certamente, intencional e, certamente, só se deu por desconhecimento dos estatutos da ATL, que Vossas Excelências vieram, aqui, a troco de um apoio de que é, absolutamente, ao abrigo dos estatutos da ATL, vir aqui discutir a questão das touradas. Pois, se o querem fazer tragam, aqui, esse assunto e discuti-lo-emos com toda a certeza. -----

----- E, por isso, o Partido Socialista votará contra porque não estamos a votar contra a realização de touradas, ou não, não é disso que estamos a tratar, o que estamos a tratar

e de ter sido utilizado uma prerrogativa estatutária dos associados da ATL. E, portanto, não tem a ver com a realização de touradas, ou não, porque isso, e aliás, como toda a gente sabe, sempre que esse assunto é aqui discutido, a bancada do Partido Socialista vota diferenciadamente e, portanto, não é esse o nosso problema, o que está aqui em causa é não houve qualquer apoio financeiro, houve uma utilização estatutária por parte desse associado da ATL. -----

----- Nesse sentido, naturalmente, que votaremos contra, quer o Voto de Protesto nº 4, quer a Recomendação nº 14, do Bloco de Esquerda. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Eu estava, aqui, exatamente, a ver a nova redação da Recomendação nº 4, aqui apresentada pelo PCP, sobre a ampliação do Hospital da Luz. Na verdade, a nova redação já não é uma recomendação à Câmara, é uma deliberação da Assembleia Municipal, é uma proposta de deliberação da Assembleia Municipal de acompanhamento de uma determinada matéria que, aliás, o Senhor Deputado Modesto Navarro já tinha alertado em sessão anterior, por esta Assembleia Municipal.-----

----- Portanto, aquilo que eu vou sugerir é que irei pôr à votação mas que não seja considerado uma recomendação, e sim, uma deliberação da Assembleia Municipal que diz respeito aos nossos trabalhos, e não à Câmara. Normalmente, a recomendação é dirigida à Câmara. Certo, faremos apenas, essa correção quando se fizer a votação. ----

----- E vamos prosseguir.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra, apresentou o seguinte voto de protesto: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- O meu protesto vai no sentido de dizer que é muito ingénuo dizer-se que um apoio institucional com o logotipo da ATL não traz apoios financeiros às entidades que organizam o evento. E, portanto, para nós é claro que uma entidade que organiza um evento vai ter ganhos financeiros com o apoio institucional, ou seja, a ‘Protoiro’ que vendeu os bilhetes, vai ter ganhos financeiros a partir da atividade que exerceu, e essa atividade foi institucionalmente apoiada pela ATL. -----

----- Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, informou o seguinte:---

----- “Senhor Deputado, eu peço desculpa, mas isso não é um voto de protesto à intervenção do Senhor Deputado Manuel Lage, é uma intervenção sobre o fundo da matéria, e tem sempre tempo, e oportunidade, de o fazer. -----

----- O Senhor Deputado Manuel Lage não o insultou nem utilizou nenhuma expressão que motivasse essa reação, é a sua opinião, está no seu direito, mas a figura regimental não terá sido, devidamente, usada. Mas, seja como for, mais vale sermos flexíveis do que sermos rígidos na condução dos trabalhos. -----

----- Vamos prosseguir.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde, Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais.-----
----- Venho aqui, em nome dos Deputados Municipais Independentes ‘Cidadãos Por Lisboa’, apresentar a moção que apresentamos sobre a expansão do Aeroporto Humberto Delgado e a solução Portela +1. -----
----- Os ‘Cidadãos Por Lisboa’ defendiam já, no seu programa eleitoral, 2017, que um dos fatores de competitividade de Lisboa, obviamente, é o seu aeroporto, e que a retirada da Portela para outra localização poderia ser lesiva dos interesses da cidade. Por isso, defendemos uma solução de Portela +1 e, obviamente, uma análise cuidadosa a todas as alternativas e definição atempada de reservas de terrenos, razão pela qual apresentamos esta moção. -----
----- É importante que nas decisões governamentais, sempre que haja grandes investimentos públicos em infraestruturas que irão condicionar o desenvolvimento, não só de Lisboa, mas de todo o território que lhe está circundante, que devam ser ouvidas e, obviamente, envolvidas as autarquias locais. -----
----- Assim, somos a favor, naturalmente, da transparência das decisões e da participação dos cidadãos nestas e noutras matérias.-----
----- Naturalmente que a recente assinatura do Memorando entre o Governo, a Confederação do Turismo Português a *Vinci Airports* e a ANA-Aeroportos de Portugal para a extensão do Aeroporto de Lisboa é muito positiva e abre novos cenários de desenvolvimento para a cidade. E o que julgamos que é necessário e, também, que é uma boa oportunidade e uma boa solução.-----
----- Contudo, achamos que devem ser ponderados todos os fatores entre os quais, obviamente, o impacte ambiental e as infraestruturas de acesso que muito têm sido faladas e, acima de tudo, que devam ser, também, tomadas medidas preventivas para evitar a criação de mais-valias urbanísticas especulativas que se deviam acautelar, neste caso, como devem ser sempre acauteladas nestas matérias. E, naturalmente, também que decisões como estas devem ser articuladas com os instrumentos de gestão territorial, em vigor, nomeadamente o PROTAML que, ainda, carece de revisão, e os Planos Diretores Municipais de toda a Área Metropolitana. -----
----- Por isso, gostaríamos de apresentar a esta noção que pede, precisamente, a esta Assembleia Municipal que solicite ao Governo, não só que informe o Município de Lisboa sobre as decisões já tomadas, e os estudos existentes, e o cronograma das operações futuras de alguns destes dados e estudos começam, agora, a surgir e, também, acima de tudo, que tome medidas cautelares para evitar a especulação fundiária e imobiliária na zona do Montijo mas, também, propunhamos, aqui, uma alteração ao texto, aliás, também, uma sugestão foi feita pelo Partido Ecologista Os Verdes, para incluirmos, além da zona do Montijo, outras futuras localizações possíveis deste novo Aeroporto de Lisboa, portanto, pedíamos para acrescentar nesta recomendação, este texto: ‘*outras futuras localizações possíveis do novo aeroporto de Lisboa*’ e, obviamente e, acima de tudo, como disse no início, se mantenha maior transparência sobre todas estas decisões, desta matéria, e se envolva os municípios sempre em decisões deste calibre.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente, Senhores Deputados.-----

----- Quero prestar esclarecimentos sobre duas matérias que foram, aqui, levantadas na reunião. A primeira, relativamente a esta questão do apoio, ou não, da ATL e da Câmara, por via indireta, à iniciativa referida, para reafirmar aquilo que, já aqui, foi dito de dizer que, obviamente, não houve nenhum apoio da Câmara, nem direto, nem indireto.-----

----- Eu solicitei, por escrito, ao Diretor-geral da Associação de Turismo de Lisboa, que clarificasse em que termos, se tinha, ou não tinha havido, algum tipo de apoio, ou em que termos é que se tinha processado a relação, e vou ler a resposta que, depois, remeterei por escrito para a Assembleia, para ser divulgada pelos Senhores Deputados.

----- Não estamos a dar apoio a este evento, nem financeiro, nem institucional, nem apoio de qualquer outro tipo. Não tivemos qualquer contacto, ou informação prévia, sobre o assunto, nem foi pedido nada. A empresa proprietária do Campo Pequeno volta a sublinhar, a empresa proprietária do Campo Pequeno é associada do Turismo de Lisboa e, como tal tem direito estatutário a utilizar nas suas iniciativas, logo na ATL. -----

----- Senhor Deputado não percebo como é que pode insistir, ou prosseguir, numa tese de qualquer apoio, direto ou indireto, a qualquer iniciativa. E mais, isso seria, como o Senhor Deputado sabe bem, contrário ao espírito que tem norteado a ação da Câmara de Lisboa que tem tido, ao longo dos últimos anos, uma preocupação cada vez mais visível e crescente com os direitos dos animais, comprovada por um vasto conjunto de iniciativas, mas, em particular, até relativamente às de espetáculos, foram feitas as proibições, as não autorizações, relativamente, nos espetáculos de circo, no início deste mandato, até num diálogo estreito com o PAN. E, por isso, nós não temos, sobre esta matéria, não temos, nem nada a esconder, nem nada a recluir, não alterámos numa política, continuamos com a mesma, continuamos apostados no prosseguir uma política de reforço dos direitos dos animais, e este caso não consubstancia qualquer tipo de apoio porque, nem sequer, ele existiu, é uma figura de utilização estatutária da empresa proprietária do Campo Pequeno, polémica, aliás, que eu repito, Senhor Deputado, está-se a repetir, aqui, nesta Assembleia, porque já é o segundo ano que este tema se coloca da mesma forma. -----

----- Por isso, peço ao Senhor Deputado que não insista com algo que é, factualmente, falso, não há nenhum tipo de apoio, nem nenhum tipo de diferença. -----

----- Segunda questão, a responder à Deputada Margarida Saavedra relativamente à questão levantada sobre o Pavilhão Carlos Lopes, e gostava de lhe dizer três coisas; a primeira é que a sua intervenção sobre o tema é bem reveladora, aliás, do que é que está o PSD na Assembleia Municipal, continua, exatamente, nos mesmos termos que nos habituou, ao longo deste mandato, que é com os casos, com as insinuações, com as alegações e, está muito fiel ao seu estilo, ao longo deste mandato. Continue, Senhora Deputada, boa sorte, tem sido um caso de sucesso.-----

----- Segundo lugar, a sua intervenção é bem reveladora do estado do PSD, é porque a Senhora Deputada vem, aqui, acusar de ilegalidade, acusar e até insinuar que pode ter havido crime, que faz uma participação ao Ministério Público, de algo que os Senhores Vereadores do PSD votaram a favor, na Câmara Municipal de Lisboa. E por isso, Senhora Deputada, isto é bem revelador do estado em que o PSD se encontra, do lado, na Câmara, os Vereadores votam a favor e apoiam uma proposta, aliás, também, apoiada pelo Vereador do CDS que foram ligados na lista que concorreu nas últimas eleições, e a Senhora Deputada, aqui, acha que eles podem ser criminosos que merecem uma participação ao Ministério Público. -----

----- Terceiro ponto, que lhe quero dizer, Senhora Deputada, temos total confiança da total legalidade com que a atribuição é feita, aliás, é feita por um direito de superfície atribuído à Associação de Turismo de Lisboa, por um período de cinquenta anos, como uma contrapartida financeira de três milhões e meio de euros para a Câmara Municipal de Lisboa, e se a Senhora Deputada se desse ao trabalho de consultar a nova versão do Regulamento do Património, ainda, não aprovada que é mais exigente que a versão anterior, verá que este direito de superfície, esta atribuição, cairia, precisamente, seria feita, e poderia ser feita mesmo no quadro de um regulamento mais exigente. -----

----- Por último, Senhora Deputada, quarto e último ponto, só posso concluir de toda esta demonstração, da sua intervenção, e da forma como, aqui, se posiciona que, verdadeiramente, a Senhora Deputada não queria mesmo é que nós tivéssemos reabilitado o Pavilhão Carlos Lopes que é para poder continuar com capital de queixas sobre a cidade. Mas, Senhora Deputada, para sua grande tristeza, tenho que lhe dizer o seguinte, nós devolvemos o Pavilhão Carlos Lopes à cidade, está mesmo bonito, e olhe, vá por favor, lá ver pode ser que lhe passe um certo incómodo com aquilo que, agora, aconteceu. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Luísa Aldim (CDS-PP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Vereadores, caros colegas Deputados, Excelentíssimo Público presente. -----

----- Gostaria de deixar, apenas, algumas notas sobre as matérias que estão, hoje, aqui em discussão e votação, pelo que começo por fazer referência à moção “Pelo Combate à Poluição no Rio Tejo”, apresentada pelo BE. O CDS-PP reconhece que o problema da poluição no Rio Tejo é grave e que tem que ser combatido. Porém, a investigação e o apuramento de responsabilidades faz parte das funções das autoridades competentes e não propriamente desta Assembleia. Questiono se algum dos Senhores Deputados tem conhecimento sobre os processos de licenciamento da referida empresa, nesta moção? Nós, não temos. E chamo a atenção para o facto de que basta consultar a imprensa para se perceber que existem outras indústrias, na zona, que podem estar envolvidas e, até mesmo, as autarquias. Por este motivo, vamos abstermo-nos nos pontos e nas alíneas onde existem acusações nominais, e votar favoravelmente todas as

restantes alíneas. E, uma vez que esta moção irá, eventualmente, ser remetida ao Ministro do Ambiente, será oportuno questioná-lo para saber se está a ser equacionada a possibilidade de ser encontrada uma alternativa para a gestão dos afluentes das indústrias da região que, apesar de estarem a cumprir os planos a que se comprometeram, ainda não têm os seus investimentos concluídos no sentido de se reduzir a carga poluente no Rio Tejo, bem com, questionar, novamente, o Ministério sobre a previsão de alteração ao decreto-lei número 236/98, de um de agosto, no sentido de dar cumprimento às recomendações da Comissão de Acompanhamento do Rio Tejo. -----

----- Sobre a moção ‘Expansão do Aeroporto Humberto Delgado e solução Portela+1’, o CDS-PP sempre se mostrou favorável à solução Portela+1, pelo que, naturalmente, acompanhamos as preocupações vertidas nesta moção, apresentada pela Deputada, Helena Roseta, também para o CDS-PP, e disso já demos nota pública várias vezes, é obrigação do Governo fazer o estudo para justificar o estudo do esgotamento da Portela, e o estudo para recolher e justificar o novo local.-----

----- É lamentável que até ao momento, o Primeiro-ministro se tenha esquivado à sua apresentação pelo que esta moção é, de facto, oportuna. -----

----- Já quanto à recomendação ‘Contra o Encerramento de Esquadras na Cidade de Lisboa’, do PCP, merece aqui alguma cautela, pois aborda vários assuntos que têm tratamentos distintos. É compreensível que as populações se sintam inseguras perante o desaparecimento de algumas das esquadras, e o CDS-PP acompanha a abstenção do PCP em relação ao incremento do policiamento de proximidade, mas diverge nos meios em que este partido pretende alocar para a sua implementação. Não nos parece eficaz que, por exemplo, a população, anteriormente servida pela 31ª Esquadra situada no Rego, passe a ter uma esquadra a vários quilómetros de distância, na Penha de França. Já em relação à 10ª Esquadra, em Arroios, já não pensamos o mesmo. São situações que têm de ser vistas caso a caso, e adaptadas às necessidades reais. -----

----- As esquadras policiais sem condições para um desempenho de função com dignidade, para agentes policiais e para a população que as frequenta, não devem subsistir na cidade como é, manifestamente, o caso de Arroios. -----

----- O encerramento de pequenas instalações permitem inclusive libertar os efetivos policiais, afetos a atividades burocráticas, para o policiamento rua, número que poderia aumentar se integrassem civis para efetuar os serviços administrativos. -----

----- O policiamento de proximidade para ser eficaz, necessita de mais viaturas e polícias, pelo que o CDS-PP exorta todos os partidos que apoiam o atual Governo, nomeadamente, o PCP, a travar a iniciativa do Ministério das Finanças que impede a formação de quinhentos novos polícias, por constrangimentos orçamentais.-----

----- Dos oitocentos inicialmente previstos, num processo que já vem de 2014, e necessários para o cumprimento dos deveres da PSP, somente terão formação trezentos. -----

----- A recomendação que será, aqui, a última que gostaria de vos dar uma nota, relativamente à ‘Melhoria da Mobilidade na Rua Xavier Cordeiro’, do PEV, é pertinente na medida em que esta artéria está a servir como escapatória ao trânsito da

Avenida do México, dando origem à circulação de veículos com velocidade muito acima dos 20 Km/hora, permitidos no bairro. -----

----- Em novembro passado, o CDS-PP apresentou uma recomendação aprovada por unanimidade, onde assinalávamos que a intervenção efetuada no Bairro Arco do Cego, e estou já a terminar, diferia do projeto que se encontrava publicado no *site* a Câmara Municipal de Lisboa, pelo que importa dar conhecimento público deste desenho final à assembleia Municipal e, em particular, aos residentes no bairro e os estabelecimentos de ensino existentes. Até ao momento, o Executivo Camarário não prestou qualquer esclarecimento a esta Assembleia. -----

----- Disse.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. -----

----- Senhores Deputados, vamos prosseguir.-----

----- Nós terminámos a primeira ronda, e agora a Senhora Primeira-secretária em exercício vai dar a palavra, início da segunda ronda.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, como só tenho um minuto e dez segundos, posso fazer uma Interpelação à Mesa? -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** responde: -----

----- “Pode. Mas também, pode pedir a algum partido que lhe ceda tempo se precisar.”

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra, continuou: -----

----- “Tem a ver com este formato de funcionamento, com a Câmara, digamos a intervir no meio das intervenções do PAOD. Não era essa a prática. Demorou muitos anos, digamos assim, à Assembleia conceder quinze minutos à Câmara Municipal, no PAOD, e realmente, enquanto eu fui Presidente, a Câmara teve quinze minutos, mas governados de outra forma. Porque interrompe, digamos, o decurso das intervenções. -

----- Para além disso, outra questão no âmbito da interpelação, a Senhora Presidente anunciou que adiou dois documentos, que eram do PCP, e adiou para a próxima reunião. Nós estamos em desacordo, e vamos oficializar à Senhora Presidente com razões fundamentadas, e vamos dizê-lo, aqui, quando discutirmos esses documentos, porque cada grupo, ou cada deputado, pode apresentar um documento em qualquer altura, e não é a Senhora Presidente que vai adiar, ou vai antecipar, é o próprio, ou o grupo que resolve sobre isso.-----

----- Agora, em relação aos documentos que apresentamos, só vou referir de passagem.

----- Na recomendação sobre ‘A Ampliação do Hospital da Luz’, não se trata dos quarenta, ou sessenta centímetros, da Fontes Pereira de Melo, trata-se de vários metros, seguramente, dez metros, entrando na via pública, no espaço público e um cumprimento de vinte, ou trinta, metros de ocupação e de perfuração. E, portanto, nós recomendamos à Assembleia Municipal que a matéria baixe à 3ª Comissão, para proceder conforme está dito no documento que apresentamos.-----

----- Na moção contra a demolição de um prédio no Largo Rafael Bordalo Pinheiro, nós saudamos a petição de mil e trezentas pessoas, já fizeram chegar ao nosso gabinete, e creio que, também, aos outros, e portanto, manifestamos repúdio com a decisão da Câmara que autorizou a demolição, manifestamo-nos contra a demolição, e propomos que passe a constar na lista de bens da Carta Municipal do Património do Edificado e Paisagístico, PDM de Lisboa, como bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais e imóveis. É isto que dizemos. -----

----- Em relação à questão Pavilhão Carlos Lopes, nós votámos contra na Câmara Municipal da entrega à ATL, e há o negócio que foi realizado porque a tabela de preços já veio aqui, e a Assembleia já sabe, os Senhores deputados já devem saber os custos imensos que vão ser exercidos pela ATL, para se ter qualquer acesso ao espaço.

----- Portanto, nós, aqui, vamos abstermo-nos, obviamente, face à realidade concreta, mas iremos debatermo-nos para que o Pavilhão Carlos Lopes sirva, efetivamente, a Cidade de Lisboa, e não é o caso. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- Dizer-lhe, apenas, que relativamente à intervenção da Câmara, neste período, eu desconheço os anteriores porque não era deputada na altura, e nós cumprimos o Regimento e o Regimento o que diz é que, no período de antes da ordem do dia, a Câmara pode intervir para prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Presidente da Assembleia, não podendo exceder o tempo total de quinze minutos. -----

----- Depois, na grelha, o tempo até está diminuído para dez minutos. E é isso que temos feito, portanto, o Senhor Deputado, tenha lá paciência, mas se entenderem que está mal o Regimento mais não têm que fazer do que apresentar uma proposta de alteração. -----

----- Relativamente ao votos que eu propus que fossem adiados para dia sete, de facto, fiz esse despacho, mandei distribuir por todos os representantes, se houvesse alguma objeção, esperaria que me comunicassem, ninguém me fez esse sinal e, também, ninguém me pediu para haver Conferência de Representantes, entendi que não havia objeção, naturalmente, agora já não posso voltar atrás, já não posso, já não posso voltar atrás e, portanto, lamento o sucedido e certamente não voltarei a fazer nada de parecido sem consultar o partido proponente, que era o que eu deveria ter feito, e não fiz, e peço desculpa por isso. -----

----- Posto isto, vamos prosseguir.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sofia Vala Rocha (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todos. -----

----- A minha intervenção é sobre o Voto nº 1/133, do PCP, e sobre a Recomendação nº 2/133, também do PCP. -----

----- O PCP traz-nos, hoje, aqui, o Voto nº 1/133, acerca do 10º Aniversário da Vitória do Sim do referendo à despenalização do aborto. Este é um voto que começa bem, mas que acaba mal. Este era o voto que eu gostaria de acompanhar, na íntegra, e não posso,

digo eu porque a IVG foi sempre, para mim, uma matéria de direitos das mulheres, uma daquelas matérias de consciência onde deve existir liberdade de voto, e o PSD é um partido que dá liberdade de voto, nestas matérias. Nem todos os partidos podem dizer a mesma coisa. -----

----- Os considerandos, as explicações, as justificações que vêm no voto do PCP, ainda, pecam por defeito. Há um que sempre me fez, especial, confusão no passado e que era haver um tipo legal de crime em que um Estado de Direito Democrático tinha uma posição, no mínimo, dúbia, e que punha em causa o próprio Estado Democrático, a saber; tinha uma norma que fazia de propósito não aplicar e, portanto, tinha um problema muito grave, do ponto de vista a democrático, para resolver, ou retirava a norma, ou agia em conformidade sob pena de se enfraquecer. O PCP, isto, não refere e, por mim, até lá poderia estar esta justificação. -----

----- Mas o PCP e que poderia ter redigido o voto em termos consensuais, acompanhando, de resto, a evolução da sociedade portuguesa, resolveu fazer ‘chicana’ política. Esta é uma ferida que já sarou na sociedade portuguesa e o PCP resolveu trazer, aqui, hoje, uma provocação, absolutamente, desnecessária, desde logo, no próprio voto, falando em golpe legislativo, vergonhoso e cobardia do PSD. Era escusado, até porque é falso. É bem sabido que os Deputados do PSD, eleitos por Lisboa, são bastante liberais em matéria de costumes, bem mais liberais, até, do que os Deputados eleitos pelo PCP. -----

----- Depois, depois, porque enfia em martelo, a contratação coletiva com a revogação da norma da caducidade das convenções, eu penso que deviam estar a pensar na Carris, no voto que foi uma conquista, acima de tudo, para as mulheres. Ora, com a ‘chicana’ política usada, e a agenda da contratação, eu questiono se este voto é realmente pelo direito das mulheres, ou se não é? Porque, se fosse, teriam o meu voto favorável e entusiástico, assim, e porque é uma matéria de consciência, não o posso acompanhar, na íntegra. -----

----- Relativamente à Recomendação nº 2/133, contra a Carris, eu penso que só se pode tratar de um rebate de consciência, porque querem fazer entrar pela janela da Assembleia Municipal, aquilo que não conseguiram fazer entrar pela porta da Assembleia da República. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Lúcia Gomes (PCP)** no uso da palavra, fez a Defesa da Honra, referindo o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, muito obrigada.-----

----- Eu gostaria de esclarecer a Senhora Deputada que acabou de falar que em matéria de consciência de cada um, essa não é para aqui chamada. Estamos a discutir política e quando discutimos política devemos lembrar que o PSD e o CDS-PP enquanto eram Governo, e felizmente, não conseguiram fazer passar, quiseram abrigar, obrigar as mulheres a terem consultas psiquiátricas para poderem proceder à interrupção voluntária da gravidez, direito que lhes foi concedido através de uma alteração legislativa, pela qual, há muitas décadas, mulheres e homens, deste país, já lutavam,

nomeadamente, durante o fascismo, depois do fascismo e, finalmente, conseguiu-se essa alteração legislativa. -----

----- Durante o Governo do PSD e do CDS-PP, impuseram essa alteração e, felizmente, uma maioria de esquerda conseguiu reverter um processo vergonhoso atentado à dignidade de todas as mulheres. E mais. -----

----- Aquilo que diz que é uma lei que não se aplicava, a Senhora Deputada, certamente, não esteve em nenhum dos protestos, nem em 1998, nem em 2007, em frente a tribunais onde mulheres foram condenadas por interromperem a gravidez. -----

----- Por isso, Senhora Deputada, devia de ter muita vergonha, muita vergonha ao dizer que está a defender o direito de uma mulher. Enquanto houver uma mulher que seja presa por interromper a gravidez, e a lei, ainda, permite, porque só permite que se despenalize até às dez semanas, ainda há muito a fazer. -----

----- Vergonha é o que fez o PSD e o CDS-PP. -----

----- E mais, sobre os instrumentos que o PCP utiliza, são instrumentos que são dados pela legislação, nomeadamente, relativamente, à Carris, uma apreciação parlamentar da Assembleia da República é um direito, e uma moção e uma recomendação numa Assembleia Municipal são direitos. Quem convive mal com os direitos, são os Senhores Deputados, não somos nós.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Alguém pede a palavra para um contraprotesto? Não. Vamos prosseguir.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todos e a todas. -----

----- Uma breve nota sobre o *Bullfest*. -----

----- A carta da Provedora que nos chegou agora é muito clara, e diz que resolve recomendar à Câmara Municipal que se dissocie de toda e qualquer iniciativa que vise promover a atividade tauromáquica, na nossa cidade. E, portanto, é isso que está em causa, e a provedora foi claríssima. -----

----- Podemos começar a discutir os estatutos da Associação de Turismo de Lisboa, e acho bem que façamos essa discussão, é isso que vamos fazer, era bom que a ATL, que é presidida pela Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, ponderasse ter como associados organizações que fazem eventos que promovem o sofrimento animal e, portanto, esse deve ser um dos critérios para quem pode ser associada da ATL que, por sua vez, é presidida pelo Presidente da Câmara. -----

----- Em segundo lugar, a Carris. Temos uma posição muito clara sobre a Carris, e é bom que façamos esse debate, por isso, apresentámos uma moção sobre a Carris, quando o PCP apresentou a sua Recomendação nº 2/133, porque o PCP concentra-se na apreciação parlamentar, e a apreciação parlamentar que é entregue na Assembleia da República, é muito clara, diz; ‘o PCP é contra a municipalização. Temos uma posição de fundo, contra a municipalização’. E a Senhora deputada Ana Páscoa voltou a dizê-lo, aqui, neste púlpito, contra a municipalização. É esta a posição e é claríssima. -----

----- O Bloco de Esquerda tem uma posição, absolutamente, oposta. Achamos que a municipalização é o caminho para ter um melhor serviço de transportes na cidade de

Lisboa, não podemos é ‘ter sol na eira e chuva no nabal’ e, portanto, o ideal é termos uma posição claríssima sobre isto. Portanto, nós aceitamos com toda, com toda a fraternidade a alteração que propõem de incluir, no último ponto, a referência à excecionalidade, ou criar um obstáculo à privatização da Carris, mas não é isso, e o PCP sabe tão bem como nós, não é isso que define se um serviço público é privatizado, ou não. O que define isso é a relação de forças, aliás, a Carris estava no Estado e estava a ser um processo de concessão. Portanto, não há nenhuma defesa pelo facto de estar no Estado, como não há, estando no Município. E, portanto, é o que vamos fazer com a Carris no Município de Lisboa que vai definir se é um serviço público, ou se não é, ou se vai servir as populações, ou se não vai, se vai ter qualidade, ou se não vai. -----

----- Portanto, aceitamos a vossa sugestão, mas sobre a municipalização da Carris, não temos nenhuma hesitação, é um bom processo.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal André Couto (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhora Presidente. -----

----- O Grupo Municipal do Partido Socialista vai acompanhar o voto relativo à IVG e, aqui, queremos, publicamente, saudar todos aqueles e aquelas que, ao longo de muitos anos, lutaram por este progresso civilizacional não desistindo mesmo quando as mentalidades teimavam em não aprovar o óbvio. Saudar, também, todas aquelas que privadas de uma liberdade que era justa e reclamada, se conformaram com toda a sua força, enfrentando a dureza que a ausência de liberdade, tantas vezes, impôs como foi o caso. -----

----- Mas este referendo não foi em si um fim, Senhores Deputados, este progresso civilizacional implicava que outros o honrassem e que, agora, depois de um período negro da nossa democracia, se vai afirmando com o Governo do PS com o apoio das demais forças políticas envolvidas, refiro-me ao aumento do salário mínimo, à devolução de subsídios e, também, ao combate à precariedade, entre outros exemplos. Esta luta continua a travar-se, diariamente, e o passado recente demonstra que não é, ainda, uma luta ganha. -----

----- Relativamente à moção da Carris, do BE, votaremos a favor apesar de queremos deixar claro que não nos revemos nos consideramos. Achamos, no entanto, que a importância da aprovação deste documento se sobrepõe ao caminho que o fundamenta. É essencial, para a nossa visão de cidade, que a Carris tenha uma gestão de proximidade, uma sensibilidade, um investimento e uma inversão absoluta de rumo que, apenas, a Câmara Municipal de Lisboa pode garantir. -----

----- Saudar, ainda, na forma de aprovação às moções do PAN sobre mobilidade, muito importante e visionário trabalho que os últimos executivos da Câmara Municipal realizaram neste campo, com centenas de quilómetros de ciclovias com centenas de passadeiras rebaixadas e quilómetros de passeios largos e seguros. Lisboa é, cada vez mais, uma cidade das pessoas e para as pessoas como se quer de uma capital moderna e cosmopolita. -----

----- Numa nota pessoal, congratular-me com a previsível aprovação da implementação de um prémio literário em homenagem Mário Cesariny. Deixava o contributo que o foco fosse colocado no surrealismo, a vanguarda artística tão importante e tão bem representada por Mário Cesariny que nos solta das amarras da lógica e da razão, e nos mergulha no mundo do inconsciente e dos sonhos, como isso é nos dias que correm, cada vez mais importante. -----

----- Votaremos, por fim, Senhora Presidente, a favor da moção relativa ao aeroporto que, aliás, protagonizou há décadas, e digo décadas, que se discutem soluções para o Aeroporto de Lisboa. É tempo, finalmente, de se tomarem decisões e de se terminar com a discussão de estudos, cada vez mais estéreis, que dizem tudo e o seu contrário. Haja, finalmente, em Portugal, quem tome decisões fortes e corajosas mesmo quando os temas são polémicos e fraturantes. Felizmente, o tempo que vivemos é desses, e é com agrado que o Grupo Municipal do Partido Socialista se associa a essa coragem e a essa força que, hoje, governa Portugal. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Braamcamp (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhora Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, respetivo Executivo e Caros Colegas. -----

----- Bom, sobre a Recomendação nº 10/133, que foi subscrito pelo Partido Ecologista Os Verdes, e eu tenho que lhes dizer que não posso recomendar esta recomendação a ninguém. E passo a explicar o porquê: -----

----- Tendo o preâmbulo da história do nome da rua, Rua Xavier Cordeiro, não é verdade, isto é um lapso, com certeza, de memória da vossa parte, que a Xavier Cordeiro, antes, tivesse apenas um só sentido. A Rua Xavier Cordeiro, antigamente, tinha dois sentidos só que numa área parcial, ou seja, não era na totalidade da via. Mas tinha dois sentidos. E no espírito do autor do projeto, e está aí o Senhor Vereador Manuel Salgado que me pode corrigir, era que o Bairro do Arco Cego tivesse, na sua zona periférica, duas vias que pudessem ser atravessadas, completamente e, possivelmente, nos dois sentidos, para evitar a entrada e saída no bairro, e por essas vias porque a quem interessava, entrava no local certo para se deslocar para o interior do bairro. E penso que isso foi conseguido. Isto foi conseguido à Rua Xavier Cordeiro e à Rua Brito Aranha que permite estas duas circulações. Eventualmente, se esta tivesse só uma via, teríamos que andar a circular no bairro, no sentido oposto, andando por dentro do bairro. Assim está e parece-me que está correto.-----

----- Não é preciso alargar passeios porque ela tem, um dos lados da via, é as traseiras da Avenida do México e só tem as entradas garagem não há, zonas de entrada para edifícios de habitação.-----

----- E quanto às lombas, bom, isso era uma hipótese que poderia ser sempre colocada mas, de qualquer forma, não é correto. E não é correto porque, como sabem, as lombas provocam ruído, e ao provocarem ruído teríamos, depois, os moradores a reclamarem das lombas e do ruído que elas produzem. -----

----- Posto isto, eu penso que era de rever esta recomendação e, como disse no início, não recomendo a ninguém. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Simoneta Luz Afonso (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde, Senhora Presidente, Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Imprensa. -----

----- Eu vinha, aqui, apresentar a posição do Partido Socialista, e acompanhar a moção do PCP sobre o prédio dos anos setenta, do Largo Rafael Bordalo Pinheiro. Na verdade, e tenho a certeza que a Câmara nos acompanha, também, nesse desígnio, a cidade não é só feita de neo-pombalino, nem queremos transformar a Cidade de Lisboa numa *Disney* Pombalina. Queremos que a Cidade de Lisboa seja a Cidade de Lisboa, que tem uma época romana, que tem uma época medieval, que tem uma época pombalina, que tem os anos setenta de que há muito poucos exemplares, e aquele exemplar dos anos setenta, apesar de ter sido muito contestado na altura em que foi construído, existe e integra-se muito bem no Largo Rafael Bordalo Pinheiro, e não há necessidade de apagar essa memória. -----

----- Portanto, estou de acordo, e tenho a certeza que a Câmara Municipal de Lisboa também está de acordo, e através, exatamente, do trabalho que tem feito na cidade, vê-se que tem preservado a memória dos vários momentos da arquitetura, da criatividade da própria cidade de Lisboa. Portanto, é nosso dever preservarmos essa memória. -----

----- E, muito obrigada, e tenho a certeza que o prédio se manterá, e será possível que se transforme num hotel como, agora, vai ser ali no Largo do Corpo Santo, feito um hotel fantástico que nos traz uma grande descoberta de trinta metros da muralha de Lisboa. Portanto, o turismo tem tido alguma importância, também, na descoberta desta cidade subterrânea. -----

----- Eu gostaria que este assunto, se viesse a Assembleia Municipal, fosse também à 7ª Comissão, para além da 3ª Comissão. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Carla Madeira (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Vereadores. -----

----- A Freguesia da Misericórdia tem um dos maiores défices de estacionamento de Lisboa. Só para moradores tem um défice de cerca de dois mil lugares de estacionamento, acrescendo o facto de ser visitada por milhares de pessoas, de modo que é importante, por um lado, construir novos parques de estacionamento, por outro preservar os existentes. -----

----- O parque da Calçada do Combro é um dos mais importantes da freguesia, quer para os moradores, quer para os visitantes, e dos visitantes há quem o estime, e há quem o vandalize. Os efeitos do vandalismo são bastante visíveis. Os seus utilizadores noturnos destroem, grafitam, sujam, urinam, entre muitas outras coisas. Não são raras as vezes em que os elevadores estão avariados, sendo uma constante os estragos e a

sujidade dos mesmos. Isto exige um grande esforço de manutenção por parte da EMEL, por isso defendemos não só a manutenção deste parque, como uma maior fiscalização da sua utilização. E, claro, um maior civismo por parte dos seus utilizadores. -----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Eu quero intervir relativamente à recomendação do PCP, relativamente à questão da Carris, para lamentar que os Senhores Deputados do PCP tenham apresentado esta moção e que insistam em cavar uma diferença em vez de acentuar um elemento de convergência na defesa do serviço público. Mas quero ir um pouco mais longe, e quero dizer-lhes que acho surpreendente que os Deputados Municipais do PCP tomem, nesta casa, uma posição que, basicamente, recomenda que esta casa aprove que a Assembleia da República limite os poderes da Câmara Municipal de Lisboa, em vez, abdicando do poder de fiscalização política e de debate, aqui, político, em favor de uma alteração da lei, nesta matéria. Eu estava a dizer que acho isto tudo muito estranho, que Deputados Municipais queiram transferir para fora da sede da Assembleia Municipal, o controlo político, a decisão política, o debate político sobre as políticas da cidade, e que acham bem que se recomende que o Parlamento limite, por via legislativa, e que define aí os termos fundamentais desse debate. Acho isto surpreendente, não acho isso surpreendente que deputados de qualquer partido, de outro local, o façam, mas que Deputados Municipais do PCP, em Lisboa, o façam, acho de todo surpreendente e confesso, aliás, que não esperava uma proposta e uma recomendação feita, nestes termos: recomendar ao Parlamento que controle a Câmara Municipal de Lisboa e que restrinja as ações da Câmara, porque a Assembleia Municipal, porque a Câmara de Lisboa, porque os órgãos próprios do poder local democrático, os Senhores, encham muito a boca a falar, mas quando chega a verdade preferem mesmo é que seja o centralismo a resolver os problemas. -----

----- Senhores Deputados, gostava de ir às matérias da substância sobre o que é que aqui está em causa, e dizer o seguinte; todo o fundamental da argumentação que os Senhores Deputados têm sobre a matéria da Carris, é desmentida pela história, e é desmentida pelos factos, e os Senhores Deputados não conseguiram, até agora, demonstrar nada daquilo que argumentam relativamente ao futuro da Carris, e na prática o futuro que propõem para a Carris, ou que propunham para a Carris era a continuação da trajetória de degradação que a Carris teve, até agora. Os Senhores Deputados usam o argumento, primeiro lugar, a Carris não se privatizará mais facilmente no Estado e, privatizará no município. Senhores Deputados, isso é falso pela história que conhecem. A Carris, só não foi privatizada pela luta de muitos, incluindo a convergência entre PS, PCP, Bloco de Esquerda, trabalhadores e muitos outros que desenvolveram a luta, ao longo dos anos, e ia-se privatizar no quadro da Administração Central, não no quadro da Administração Local. Por isso, dizer que fica mais segura contra a privatização lá, do que aqui, é falso. Segundo lugar, os Senhores Deputados veem dizer: ‘mas o Estado é que tem os recursos para financiar a Carris’.

Senhores Deputados, a história destes 40 anos de vida da Carris, em particular, a história da última década recente da Carris, é uma história de perda de recursos financeiros, estando na Administração Central do Estado. Porquê? Porque em momentos de corte, os responsáveis da Administração Central não são olhados, do ponto de vista político, pelos cidadãos de Lisboa, a Carris não é uma prioridade do ponto de vista da Administração Central, não é uma prioridade do ponto de vista do desenvolvimento de um conjunto do Orçamento e da Administração Pública Portuguesa, ora, a Carris será sempre, qualquer que seja o executivo de qualquer cor política que governe a Câmara Municipal de Lisboa, será sempre um elemento de prioridade e de avaliação política dos cidadãos e, por isso é desmentido a prática pela prática de que a Administração central tenha melhores condições financeiras para suprir a Carris.-----

----- Senhores Deputados, há algo que eu admito que os Senhores Deputados não queiram, é que a Assembleia Municipal, que a Câmara Municipal, em 1º lugar, e a Assembleia Municipal, em 2º lugar, assumam plenamente as consequências políticas da gestão da Carris, mas isso, aqui, é uma diferença profunda, é que eu acho que temos a coragem para as assumir, na sua plenitude, e querer ficar numa posição passiva que é ‘isto que fique no Estado, não têm recursos para financiar e nós ficamos cá fora a reclamar’, com franqueza, é uma grande diferença de visão política que eu prefiro que nós gastemos o tempo a construir uma melhor Carris ao serviço da Cidade de Lisboa. -
----- Terceiro argumento, e peço dois minutos para terminar, que é o argumento que a Carris deve...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, interrompe e refere o seguinte:-----

----- “Senhor Presidente, desculpe mas não pode pedir dois minutos para terminar, ou a Câmara pede a tempo a alguma bancada que lhe ceda, a Mesa não pode estar a fazer isso, peço desculpa. -----

----- Tenho a informação que o PNPN cede tempo, por isso, o Senhor Presidente pode prosseguir, tranquilamente.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, continuou: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Se houvesse uma rapidez maior, eu perderia menos o raciocínio disto. -----

----- Terceiro argumento do PCP é o argumento de que se perde o carácter de serviço aos vários municípios com a gestão municipal da Carris. Senhores Deputados, isso é falso, novamente, pelos factos. Foram realizados cortes profundos na rede que atingiram, indiscriminadamente, Lisboa e os municípios vizinhos quando a Carris foi da propriedade do Estado. E a passagem para a gestão do município é a passagem que nos obrigará, aos municípios, a dialogarmos uns com os outros. E o compromisso que existe, o meu, em conjunto com os Presidentes de Câmara que são servidos minoritariamente, ou muito minoritariamente, pelas operações da Carris, recordo que menos de 9% da operação da Carris é feita fora do Concelho de Lisboa, fora do Concelho de Lisboa, incluindo, aqui, incluindo, aqui, que uma grande parte destes 9% contabilizam a passagem da ponte para uma linha da Carris que vai ao lado de lá,

Almada, e nada mais faz do que isso, existindo existiu comboio, nem sendo essa, aliás, a posição da Câmara Municipal de Almada que isso se mantenha, mas existe o compromisso de nada mudar fazer tudo em concertação com os outros municípios, a questão é a seguinte; é que, verdadeiramente, o que os Senhores Deputados demonstram é que não há confiança que os municípios tenham capacidade para dialogar uns com os outros, relativamente à questão da gestão dos transportes, e nós temos essa capacidade. -----

----- Quarta questão, a questão dos direitos dos trabalhadores. -----

----- Senhores Deputados, eu não vou dizer mais nada, eu só recomendo a leitura do que é que as comissões de trabalhadores e os trabalhadores disseram sobre o assunto.--

----- E eu digo, sabe qual é a razão muito simples? A razão é esta, é que os trabalhadores sabem melhor do que todos os outros, a situação da Carris ao longo dos últimos cinco da última década. E sabem muito bem que há uma diferença muito grande, estarem na Câmara de Lisboa, onde são estimados e onde fazem parte sempre de um projeto central da mobilidade na cidade, do que serem uma parte menor, uma parte negligenciável no meio do grande setor empresarial do Estado e da máquina administrativa do Estado. -----

----- E por último lugar, e para aqui terminar, Senhores Deputados, é preciso, nesta matéria, ter total conhecimento das implicações e das decisões do quadro legal com que o país e os municípios estão confrontados. A hipótese de termos outros municípios na participação da gestão, fragiliza a posição da Carris relativamente à privatização ou sua concessão futura, e não resolve nenhum problema de nenhum município vizinho.--

----- Eu vou sublinhar outra vez, de acordo com o quadro legal europeu, regulamento do sistema de transportes terrestres e a lei nacional, só é possível evitar uma operação de concessão de abertura à concorrência na situação em que a companhia tenha o estatuto de operador interno. Operador interno é quando há uma coincidência entre a Autoridade Administrativa de Transportes, que a legislação diz ser a Câmara de Lisboa, e a entidade que executa o serviço de transportes. Quando nós quebramos esse vínculo é obrigatório fazer uma operação de concessão, ou de privatização. O que vai acontecer é que todos os municípios vizinhos vão ter que escolher, até 2019, como é que constituem os seus operadores internos, e não o podem partilhar com ninguém. Isso não significa que qualquer outra solução, que não esta, fragiliza os objetivos do PCP. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** no uso da palavra, apresentou o seguinte voto de protesto: -----

----- “Senhor Presidente, esta minha intervenção é apenas para apresentar um protesto sobre a forma como, realmente, interveio, agora, a propósito da recomendação que o PCP apresentou. -----

----- Eu queria frisar que, realmente, a posição do PCP, nesta Assembleia, e noutros locais de poder democrático, a nossa posição foi sempre muito clara e muito coerente. Nós realmente sempre fomos contra a privatização, como aliás, acabou de dizer e, nesse aspeto, acompanhamos a Câmara, os trabalhadores, os utentes, nessa luta e,

simultaneamente, sempre considerámos que a gestão, de facto, da Carris deveria ser a cargo do Governo Central, porque do nosso ponto de vista, realmente, estariam mais acautelados os interesses e maior dificuldade no sentido da privatização desta empresa, no futuro. Aliás, eu pergunto ao Senhor Presidente, assim um bocado entre parêntesis, se pensa que vai cá continuar, para sempre, como Presidente da Câmara? Portanto, temos que acautelar, de facto, todas as situações a esse nível. -----

----- De qualquer forma, só frisar, ainda, em relação à posição coerente do PCP, a nossa perspetiva sempre foi uma perspetiva Metropolitana, Metropolitana, portanto, o problema dos transportes, em Lisboa, só se pode resolver no âmbito da Área Metropolitana, criando-se as condições, que os governos anteriores foram eliminando, para que exista, realmente, uma verdadeira Autoridade Metropolitana de Transportes com a legislação que permita, de facto, o exercício desta competência.-----

----- Para terminar, ainda, gostaria, apenas, de dizer que seria bom que todos pensássemos, de facto, como é que vamos subsidiar? Como é que vai ser subsidiada? Como eu, aliás, referi, há pouco, na intervenção, há que conhecer o plano estratégico para saber como é que realmente vai ser subsidiada, em Lisboa, portanto, a Carris. Ao longo dos anos, não é no imediato. São só nos próximos dois, três anos, mas é no imediato. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. -----

----- Terão reparado que a Senhora Deputada também excedeu o tempo que o Partido Comunista tinha, mas como era um protesto tinha, ainda, mais três minutos, do qual foi deduzido tempo. -----

----- Senhores Deputados, a Mesa hoje, está só com dois membros, por isso, algumas coisas podemos ter mais dificuldade, portanto, peço a vossa compreensão, e vamos prosseguir, então, com as votações. Tenho aqui, vários pedidos para votação por pontos, vamos lá ver se fazemos tudo como está pedido. -----

----- Vamos começar com os votos. -----

----- **Voto nº 1/133 – 10º Aniversário da Vitória do Sim! No Referendo à Despenalização da IVG (PCP)**-----

----- (O **Voto nº 1/133** fica anexado à presente Ata, como **Anexo I** e dela faz parte integrante)-----

----- Estamos em condições de votar? Creio que sim. -----

----- Eu peço aos assessores para não estarem, agora, na sala. O Senhor Assessor do PSD tem que sair, desculpe, estamos em votações.-----

----- Vamos prosseguir, então. -----

----- Estão a pedir-me a votação por pontos, todos em separados.-----

----- Vamos, então, votar o **ponto nº 1**, do **Voto nº 1/133**. Votos contra do CDS-PP, abstenção do MPT, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PEV, PAN, PNPN e 6IND. O **ponto nº 1**, do **Voto nº 1/133** foi **aprovado por maioria**. -----

----- Vamos passar, agora, ao ponto nº 2, do **Voto nº 1/133**. Votos contra do CDS-PP, abstenção do MPT, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PEV, PAN, PNPN e 6IND. O **ponto nº 2, do Voto nº 1/133 foi aprovado por maioria.** -----

----- **Ponto nº 3, do Voto nº 1/133.** Votos contra do PSD, abstenções do CDS-PP e do MPT, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PAN, PNPN e 6IND. O **ponto nº 3, do Voto nº 1/133 foi aprovado por maioria.** -----

----- **Ponto nº 4, do Voto nº 1/133.** Votos contra do PSD, abstenções do CDS-PP e do MPT, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PAN, PNPN e 6IND. O **ponto nº 4, do Voto nº 1/133 foi aprovado por maioria.** -----

----- Vamos passar ao **Voto nº 2/133.**-----

----- **Voto nº 2/133 – Pela Reabertura do Pavilhão Carlos Lopes (PS)** -----

----- (O **Voto nº 2/133** fica anexado à presente Ata, como **Anexo II** e dela faz parte integrante)-----

----- Vamos votar o **Voto nº 2/133**. Não há votos contra, abstenções do PSD, PCP, BE, PEV e MPT, votos a favor do PS, CDS-PP, PAN, PNPN e 6IND. O **Voto nº 2/133 foi aprovado por maioria.** -----

----- (O Grupo Municipal do PSD apresentou a seguinte **Declaração de Voto**): -----

----- *“Em primeiro lugar, o PSD quer deixar bem claro que a renovação do Pavilhão Carlos Lopes é do maior interesse para todos os lisboetas. Tem sido uma chaga no coração da cidade que foi finalmente sanada. -----*

----- *Contudo, entendemos que os fins não podem justificar os meios. E sobre os meios, o PSD tem as maiores reservas, já que: -----*

----- *1- A ATL é uma pessoa coletiva de direito privado, pelo que não se compreende que possa gerir o espaço público nem os dinheiros públicos; -----*

----- *2- Acresce que a acumulação do cargo de presidente da CML com o de CEO da ATL, deixam alvitrar a dubiedade nos negócios com eles próprios. A esse propósito, e em tempo, o PSD apresentou a competente queixa-crime na Procuradoria-Geral da República, cujos trâmites estão em curso.” -----*

----- Vamos passar, agora, ao **Voto nº 3/133.**-----

----- **Voto nº 3/133 – Pelas Recentes Declarações e Deliberações da Administração Trump (BE)**-----

----- (O **Voto nº 3/133** fica anexado à presente Ata, como **Anexo III** e dela faz parte integrante)-----

----- Vamos votar o **Voto nº 3/133**. Votos contra do CDS-PP e do MPT, abstenção do PSD, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PAN, PNPN e 6IND. O **Voto nº 3/133 foi aprovado por maioria.**-----

----- O Senhor Deputado fará a declaração de voto no final das votações. É mais fácil. -

----- Vamos passar, agora, ao **Voto nº 4/133.**-----

----- **Voto nº 4/133 – PAN Condena o Apoio Prestado por uma Estrutura Presidida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa ao Evento Ocorrido no dia 18 de Fevereiro (PAN).**-----

----- (O **Voto nº 4/133** fica anexado à presente Ata, como **Anexo IV** e dela faz parte integrante)-----

----- Vamos votar o **Voto nº 4/133**. Votos contra do PS, PSD, CDS-PP, PNPB e 2IND, abstenções do PCP, MPT e 2IND, votos a favor do BE, PEV, PAN e 2IND. O **Voto nº 4/133** foi **rejeitado**.-----

----- (O Grupo Municipal do Partido Ecologista Os Verdes apresentou a seguinte Declaração de Voto):-----

----- “O Grupo Municipal do Partido Ecologista Os Verdes declara que no Voto de Protesto nº 04/133 intentou propor votação em separado do ponto nº 2, «Promova a alteração de estatutos da ATL no sentido de excluir do seu seio entidades que façam a promoção da violência, como é o caso dos promotores do evento Bullfest», por entender não ser responsabilidade da AML promover a alteração de estatutos de uma qualquer entidade externa.-----

----- Deste modo, o PEV pretendia ter votado contra o referido ponto 2, o que não chegou a ser anunciado pela Mesa.”-----

----- Vamos passar à **Moção nº 1/133**, e o CDS-PP pede a votação por pontos, ponto 1 e ponto 2 em separado. Portanto, a moção tem quatro pontos, e nós vamos votar, em primeiro lugar, o **ponto 1** da **Moção nº 1/133**.-----

----- **Moção nº 1/133 – Pelo Combate à Poluição no Rio Tejo (BE)**.-----

----- (A **Moção nº 1/133** fica anexada à presente Ata, como **Anexo V** e dela faz parte integrante)-----

----- **Ponto 1** da **Moção nº 1/133**, não há votos contra, abstenção do CDS-PP, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PEV, PAN, MPT, PNPB e 6IND. O **Ponto 1** da **Moção nº 1/133** foi **aprovado por maioria**.-----

----- Passamos ao **ponto 2** da **Moção nº 1/133**, o **corpo da moção**, não há votos contra, abstenção do CDS-PP, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PEV, PAN, MPT, PNPB e 6IND. O **Ponto 2** da **Moção nº 1/133** foi **aprovado por maioria**.-----

----- Passamos ao **ponto 2, alínea a)**, da **Moção nº 1/133**, não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT, PNPB e 6IND. O **Ponto 2, alínea a)**, da **Moção nº 1/133** foi **aprovado por unanimidade**.-----

----- Passamos ao **ponto 2, alínea b)**, da **Moção nº 1/133**, não há votos contra, abstenção do CDS-PP, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PEV, PAN, MPT, PNPB e 6IND. O **Ponto 2, alínea b)**, da **Moção nº 1/133** foi **aprovado por maioria**.-----

----- Passamos ao **ponto 2, alínea c)**, da **Moção nº 1/133**, não há votos contra, abstenção do CDS-PP, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PEV, PAN, MPT, PNPB e 6IND. O **Ponto 2, alínea c)**, da **Moção nº 1/133** foi **aprovado por maioria**.-----

----- Passamos ao **ponto 2, alínea d)**, da **Moção nº 1/133**, não há votos contra, abstenção do CDS-PP, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PEV, PAN, MPT, PNPB e 6IND. O **Ponto 2, alínea d)**, da **Moção nº 1/133** foi **aprovado por maioria**.-----

----- Passamos aos **pontos 3 e 4** da **Moção nº 1/133**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT, PNPB e 6IND. Os **Pontos 3 e 4** da **Moção nº 1/133** foram **aprovados por unanimidade**.-----

----- (O Grupo Municipal do CDS-PP apresentou a seguinte Declaração de Voto):-----

----- “Os Deputados Municipais do CDS-PP, declaram que se abstiveram no ponto 1 e nas alíneas b), c) e d) do ponto 2 da Moção em epígrafe esclarecendo para o efeito:---

----- *O CDS-PP reconhece que o problema da poluição no rio Tejo é um facto que tem de ser combatido e os responsáveis punidos, mas essa tarefa cabe às autoridades investigarem e não à AML fazer acusações a qualquer empresa em particular. Esta Assembleia não tem conhecimento suficiente acerca dos processos de licenciamento da empresa referida na presente Moção e existem outras indústrias naquela região.*” -

----- Vamos passar à **Moção nº 2/133**.-----

----- **Moção nº 2/133 – Expansão do Aeroporto Humberto Delgado e Solução Portela+1 (Cidadãos Por Lisboa)**.-----

----- (A **Moção nº 2/133** fica anexada à presente Ata, como **Anexo VI** e dela faz parte integrante)-----

----- A Senhora Deputada Ana Páscoa pede a votação em separado, por pontos.-----

----- Há uma proposta, portanto, isto, não estão numerados os pontos da deliberação, portanto, há um primeiro parágrafo para informar o Município de Lisboa, há um segundo parágrafo referente às medidas cautelares que há um pedido de acrescento a este parágrafo. Onde estava: *‘que tome as medidas cautelares que se impõem para evitar a especulação fundiária e imobiliária na zona do Montijo’*, acrescentar: *‘ou outras futuras localizações possíveis do novo Aeroporto de Lisboa’*.-----

----- E depois há um terceiro ponto que é *‘transparência das decisões’*.-----

----- Portanto, alguém pede a votação em separado de alguns destes pontos? O segundo ponto em separado.-----

----- Pronto, então vamos votar.-----

----- O **ponto 1** da deliberação que é: *‘Assembleia delibere solicitar ao governo que informe o Município de Lisboa sobre as decisões já tomadas, os estudos existentes, ou previstos, e o cronograma das operações futuras’*. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT, PNPN e 6IND. Este ponto foi **aprovado por unanimidade**.-----

----- O **ponto 2** é: *‘Solicitar ao governo que tome as medidas cautelares que se impõem para evitar a especulação fundiária e imobiliária na zona do Montijo’*. Votos contra do PCP, abstenção do PEV, votos a favor do PS, PSD, BE, CDS-PP, PAN, MPT, PNPN e 6IND. O **ponto 2** foi **aprovado por maioria**.-----

----- O **ponto 3** tem a ver com a *‘transparência das decisões e o envolvimento dos municípios abrangidos na adequação dos instrumentos de ordenamento do território e infraestruturas de acesso que venham revelar-se indispensáveis’*. Votos contra do PCP, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT, PNPN e 6IND. O **ponto 3** foi **aprovado por maioria**.-----

----- E o envio para conhecimento vou pôr à votação, também. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT, PNPN e 6IND. Este ponto foi **aprovado por unanimidade**.-----

----- Vamos passar à **Moção nº 3/133**.-----

----- **Moção nº 3/133 – Sobre a Apreciação Parlamentar do Decreto-Lei nº 86-D/2016, de 30 de Dezembro (BE)**.-----

----- (A **Moção nº 3/133** fica anexada à presente Ata, como **Anexo VII** e dela faz parte integrante)-----

----- Na **Moção n° 3/133**, os Deputados Independentes pedem a votação em separado do ponto 3, que tem a ver com a apreciação parlamentar do decreto-Lei que tem a ver com a Carris.-----

----- Portanto, esta moção, eu lembro, o ponto 1 é o apoio à transferência das competências do Estado para o Município de Lisboa, da autoridade de transportes relativamente à rede operada pela Carris, e eu não compreendo muito bem esta redação: ‘o seu apoio à transferência das competências do Estado para o Município de Lisboa de autoridade de transportes’, deve estar, aqui, um erro de redação porque não faz sentido este português. ‘Manifestar à Assembleia da República o seu apoio à transferência das competências do Estado para o Município de Lisboa’, não sei se o proponente pode explicar esta redação?-----

----- A votação em separado já percebi, e deste ponto também, não é? Bom, vamos pôr à votação embora eu tenha dúvidas sobre a redação final, mas vamos ver qual é a votação, se for aprovado, eu pedirei para que a Mesa possa verificar junto do proponente, se a redação é exatamente esta porque dá-me ideia que falta, aqui, uma palavra. A seguir a Município de Lisboa e autoridade de transportes falta, aqui, qualquer coisa.-----

----- Vou pôr à votação tal como está.-----

----- A moção foi distribuída, foi dito aqui, no início da sessão, que ela tinha sido distribuída até ao momento da votação. Os Senhores Deputados façam o favor, já vos vai chegar, aí, a moção. Mas ela foi distribuída, os Senhores têm um gabinete de apoio que poderia garantir que as coisas vos chegam à mão.-----

----- Se os meus serviços tiverem uma cópia, que façam-na chegar ao Senhor Deputado Sérgio Azevedo, se fazem o favor.-----

----- Enquanto os Senhores Deputados do PSD vão ver a moção, eu tive que suspender a votação porque há um grupo que diz que não conhece o texto. Agora que o têm na mão, têm que o ver, portanto, enquanto veem, pergunto se posso prosseguir com as votações das recomendações? Ninguém responde, e eu vou mesmo prosseguir.-----

----- Senhores Deputados, temos uma, a **Recomendação n° 1/133**.-----

----- **Recomendação n° 1/133 – Contra a Demolição do Prédio dos Anos 70, no Chiado (PCP)**-----

----- (A **Recomendação n° 1/133** fica anexada à presente Ata, como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante)-----

----- A Mesa vai pôr à votação. Não há votos contra, abstenções de 5IND, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT, PNPN e 1IND. A **Recomendação n° 1/133** foi aprovada por maioria.-----

----- Estamos em condições de pôr à votação a **Recomendação n° 2/133**, do PCP.-----

----- **Recomendação n° 2/133 – Em Defesa da Carris, do Serviço Público de Transportes, dos Direitos dos Utentes e dos Trabalhadores (PCP)**-----

----- (A **Recomendação n° 2/133** fica anexada à presente Ata, como **Anexo IX** e dela faz parte integrante)-----

----- Há uma alteração da redação que eu queria chamar a atenção. Vejam lá se têm o texto na frente, da **Recomendação n° 2/133**? No **ponto 5**, ‘Apoiar a perspetiva

metropolitana de serviço de transporte público prestado pela Carris,’ e estava cá: *‘garantindo articulações obrigatórias com os restantes municípios’*, é retirar a expressão *‘garantindo articulações obrigatórias’*, portanto, ficar apenas: *‘Apoiar a perspetiva metropolitana de serviço de transporte público prestado pela Carris, com os restantes municípios e com a Área Metropolitana de Lisboa e seus órgãos, de modo a impedir tratamentos discriminatórios...’*, etc., portanto, é cortar a expressão *‘garantindo articulações obrigatórias’*.-----

----- Portanto, vamos colocar à votação a **Recomendação nº 2/133**. Tenho um pedido para ser votado em separados os **pontos 3, 4 e 5**.-----

----- Vamos começar pelos **pontos 1 e 2** da **Recomendação nº 2/133**. Votos contra do PS, PSD, CDS-PP, MPT, PNP, e 6IND, abstenções do BE e do PAN, votos a favor do PCP e PEV. Os **pontos 1 e 2** da **Recomendação nº 2/133** foram **rejeitados**.-----

----- Passamos ao **ponto 3** da **Recomendação nº 2/133**. Votos contra do PS, PSD, BE, CDS-PP, MPT, 6IND, abstenção do PAN, votos a favor do PCP, PNP, e PEV. O **ponto 3** da **Recomendação nº 2/133** foi **rejeitado**.-----

----- Passamos ao **ponto 4** da **Recomendação nº 2/133**. Votos contra do PS, PSD, BE, CDS-PP, PNP, 6IND, abstenção do PAN e do MPT, votos a favor do PCP e PEV. O **ponto 4** da **Recomendação nº 2/133** foi **rejeitado**.-----

----- Passamos ao **ponto 5** da **Recomendação nº 2/133**, com a alteração já referida. Votos contra do PS, PSD, BE, PNP, 6IND, abstenção do CDS-PP e do MPT, votos a favor do PCP, PAN e PEV. O **ponto 5** da **Recomendação nº 2/133** foi **rejeitado**.-----

----- Passamos ao **ponto 6** da **Recomendação nº 2/133**. Votos contra do PS, CDS-PP, PNP, e MPT, abstenção do PSD, PAN e do BE, votos a favor do PCP, 6IND e PEV. O **ponto 6** da **Recomendação nº 2/133** foi **rejeitado**.-----

----- O último ponto está prejudicado uma vez que não foi aprovado nenhum dos pontos anteriores. Não há nada para remeter, e ficamos assim.-----

----- Voltamos à moção que ficou suspensa, a **Moção nº 3/133** do BE, sobre a apreciação parlamentar deste Decreto-Lei. O PSD já está em condições de votar, portanto, vamos passar diretamente, à parte deliberativa, e o PSD pede para votar o **ponto 3** em separado, desculpem, os Independentes e o PS é que pedem para votar o **ponto 3** em separado. Muito bem.-----

----- Todos os pontos em separado, pede o PCP. Muito bem.-----

----- O **ponto 1** da **Moção nº 3/133**. Votos contra do PCP, CDS-PP e PEV, abstenção do MPT, votos a favor do PS, PSD, BE, PAN, PNP, e 6IND. O **ponto 1** da **Moção nº 3/133** foi **aprovado por maioria**.-----

----- O **ponto 2** da **Moção nº 3/133**. Votos contra do PCP, CDS-PP e PEV, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, BE, PAN, MPT, PNP, e 6IND. O **ponto 2** da **Moção nº 3/133** foi **aprovado por maioria**.-----

----- Pedem a votação por alíneas relativamente ao **ponto 3** da **Moção nº 3/133**.-----

----- A **alínea a)** do **ponto 3**, da **Moção nº 3/133**. Votos contra do PS, PSD, CDS-PP, MPT, PNP, e 6IND, abstenção do PAN, votos a favor do PCP, BE e PEV. A **alínea a)**, do **ponto 3** da **Recomendação nº 2/133** foi **rejeitada**.-----

----- A **alínea b)** do **ponto 3**, da **Moção nº 3/133**. Votos contra do PS, PSD, CDS-PP, MPT, PNPN e 6IND, abstenção do PAN, votos a favor do PCP, BE e PEV. A **alínea b)**, do **ponto 3** da **Recomendação nº 2/133** foi **rejeitada**.-----

----- A **alínea c)** do **ponto 3**, da **Moção nº 3/133**. Votos contra do PS, PSD, CDS-PP, MPT, PNPN e 6IND, abstenção do PAN, votos a favor do PCP, BE e PEV. A **alínea c)**, do **ponto 3** da **Recomendação nº 2/133** foi **rejeitada**.-----

----- O Senhor Deputado Municipal José Leitão, do PS, pede uma declaração de voto oral sobre esta moção, e faremos, no fim, estas declarações de voto, já há uma pedida pelo PSD, sobre um outro assunto, depois, pelo PS, e vamos prosseguir a votação das recomendações.-----

----- Passamos à **Recomendação nº 3/133**.-----

----- **Recomendação nº 3/133 – Contra o Encerramento de Esquadras na Cidade de Lisboa (PCP)**-----

----- (A **Recomendação nº 3/133** fica anexada à presente Ata, como **Anexo X** e dela faz parte integrante)-----

----- Também foi pedido votação por pontos, em separado.-----

----- O **ponto 1** da **Recomendação nº 3/133**. Votos contra do PS, PNPN e 6IND, não há abstenções, votos a favor do PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN e MPT. O **ponto 1** da **Recomendação nº 3/133** foi **rejeitado**.-----

----- O **ponto 2** da **Recomendação nº 3/133**. Votos contra do PS, PNPN e 6IND, abstenções do PSD, CDS-PP e MPT, votos a favor do PCP, BE, PEV e PAN. O **ponto 2** da **Recomendação nº 3/133** foi **rejeitado**.-----

----- O **ponto 3** da **Recomendação nº 3/133**. Votos contra do PS, PNPN e 6IND, não há abstenções, votos a favor do PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN e MPT. O **ponto 3** da **Recomendação nº 3/133** foi **rejeitado**.-----

----- O **ponto 4** da **Recomendação nº 3/133**. Votos contra do PS, PNPN e 6IND, abstenções do CDS-PP e MPT, votos a favor do PSD, PCP, BE, PEV e PAN. O **ponto 4** da **Recomendação nº 3/133** foi **rejeitado**.-----

----- O **ponto 5** da **Recomendação nº 3/133**. Votos contra do PS, PNPN e 6IND, não há abstenções, votos a favor do PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN e MPT. O **ponto 5** da **Recomendação nº 3/133** foi **rejeitado**.-----

----- Nada foi aprovado, portanto, não há remessas para ninguém, sendo que o **ponto 6** está prejudicado.-----

----- Vamos passar à **Recomendação nº 4/133**.-----

----- Senhores Deputados, eu vou pôr isto à votação como uma deliberação da Assembleia, não como uma recomendação, é uma deliberação da Assembleia.-----

----- **Recomendação nº 4/133 – Ampliação do Hospital da Luz (PCP)**-----

----- (A **Recomendação nº 4/133** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XI** e dela faz parte integrante)-----

----- **Recomendação nº 4/133**, não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT, PNPN e 6IND. A **Recomendação nº 4/133** foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- Depois esta será numerada como uma deliberação da Assembleia. Não é uma recomendação.-----

----- Vamos passar à **Recomendação nº 5/133**.-----

----- **Recomendação nº 5/133 – Por um Maior Respeito pelos Trabalhadores do Serviço Municipal de Proteção Civil e pela sua Capital Importância para Lisboa (PCP)**-----

----- (A **Recomendação nº 5/133** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XII** e dela faz parte integrante)-----

----- Pedem a votação dos pontos em separado.-----

----- O **ponto 1** da **Recomendação nº 5/133**. Votos contra do PS, PNPB e 6IND, abstenções do PSD, PAN e MPT, votos a favor do PCP, BE, CDS-PP e PEV. O **ponto 1** da **Recomendação nº 5/133** foi **rejeitado**.-----

----- O **ponto 2** da **Recomendação nº 5/133**. Votos contra do PS, PNPB e 5IND, abstenção 1IND, votos a favor do PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN e MPT. O **ponto 2** da **Recomendação nº 5/133** foi **rejeitado**.-----

----- **Recomendação nº 6/133 – Por uma Melhor Fruição da Cidade através da Criação de Percursos Pedonais (PAN)**-----

----- (A **Recomendação nº 6/133** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XIII** e dela faz parte integrante)-----

----- **Recomendação nº 6/133**, não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT, PNPB e 6IND. A **Recomendação nº 6/133** foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- Vamos passar à **Recomendação nº 7/133**.-----

----- **Recomendação nº 7/133 – Por Todos: Melhorar as Condições de Segurança das Ciclovias (PAN)**-----

----- (A **Recomendação nº 7/133** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XIV** e dela faz parte integrante)-----

----- Pedem votação por pontos, em separado.-----

----- Os **pontos 1 e 2** da **Recomendação nº 7/133**, não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT, PNPB e 6IND. Os **pontos 1 e 2** da **Recomendação nº 7/133** foram **aprovados por unanimidade**.-----

----- Passamos ao **ponto 3** da **Recomendação nº 7/133**. Votos contra do PS e do PNPB, não há abstenções, votos a favor do PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT e 6IND. O **ponto 3** da **Recomendação nº 7/133** foi **aprovado por maioria**.-----

----- Vamos passar à **Recomendação nº 8/133**.-----

----- **Recomendação nº 8/133 – Prémio Literário Mário Cesariny (PEV)**-----

----- (A **Recomendação nº 8/133** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XV** e dela faz parte integrante)-----

----- Vamos votar a **Recomendação nº 8/133**, não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT, PNPB e 6IND. A **Recomendação nº 8/133** foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- Vamos passar à **Recomendação nº 9/133**.-----

----- **Recomendação nº 9/133 – Estação de Marvila (PEV).**-----
----- (A **Recomendação nº 9/133** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XVI** e dela faz parte integrante)-----
----- Vamos votar a **Recomendação nº 9/133**, não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT, PNP e 6IND. A **Recomendação nº 9/133** foi aprovada por unanimidade.-----
----- Vamos passar à **Recomendação nº 10/133**.-----
----- **Recomendação nº 10/133 – Pela Melhoria da Mobilidade na Rua Xavier Cordeiro (PEV)**-----
----- (A **Recomendação nº 10/133** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XVII** e dela faz parte integrante)-----
----- Vamos votar a **Recomendação nº 10/133**. Votos contra do PSD, abstenções de 6IND, votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT e PNP. A **Recomendação nº 10/133** foi aprovada por maioria.-----
----- Vamos passar à **Recomendação nº 11/133**.-----
----- **Recomendação nº 11/133 – Pela Participação dos Trabalhadores nos Processos de Transferência de Serviços Municipais.**-----
----- (A **Recomendação nº 11/133** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XVIII** e dela faz parte integrante)-----
----- Vamos votar a **Recomendação nº 11/133**. Votos contra do PS, 6IND e PNP, abstenções do PSD e do MPT, votos a favor do PCP, BE, CDS-PP, PEV e PAN. A **Recomendação nº 11/133** foi rejeitada.-----
----- Vamos passar à **Recomendação nº 12/133**.-----
----- A Senhora Deputada Luísa Aldim não participa na votação relacionada com o Parque de Estacionamento da EMEL na Calçada do Combro por incompatibilidade e, portanto, não estará na sala.-----
----- **Recomendação nº 12/133 – Relativa à Degradação e Má Utilização do Parque de Estacionamento da EMEL sito na Calçada do Combro.**-----
----- (A **Recomendação nº 12/133** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XIX** e dela faz parte integrante)-----
----- Vamos votar a **Recomendação nº 12/133**, não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT, PNP e 6IND. A **Recomendação nº 12/133** foi aprovada por unanimidade.-----
----- **Recomendação nº 13/133 – Pela Segurança dos e das Ciclistas que Utilizam as Ciclovias (BE).**-----
----- (A **Recomendação nº 13/133** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XX** e dela faz parte integrante)-----
----- Vamos votar a **Recomendação nº 13/133**, não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT, PNP e 6IND. A **Recomendação nº 13/133** foi aprovada por unanimidade.-----
----- Vamos passar à **Recomendação nº 14/133**.-----
----- **Recomendação nº 14/133 – Para que a Câmara Municipal de Lisboa Não Apoie Espetáculos Tauromáquicos (BE).**-----

----- (A **Recomendação nº 14/133** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXI** e dela faz parte integrante)-----

----- Vamos votar a **Recomendação nº 14/133**, votos contra do PS, PSD, CDS-PP, PNPN e 1IND, abstenções do PCP e de 2IND, votos a favor do BE, PEV, PAN, MPT, e 3IND. A **Recomendação nº 14/133** foi **rejeitada**.-----

----- Finalmente, a **Recomendação nº 15/133**.-----

----- **Recomendação nº 15/133 – Classificação do Imóvel sito no Largo Rafael Bordalo Pinheiro, nº 20, como Bem de Interesse Municipal (BE)**.-----

----- (A **Recomendação nº 15/133** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXII** e dela faz parte integrante)-----

----- Vamos votar a **Recomendação nº 15/133**, não há votos contra, abstenções do PSD e de 6IND, votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT e PNPN. A **Recomendação nº 15/133** foi **aprovada por maioria**.-----

----- Senhores Deputados, chegámos ao fim, e com algum esforço e colaboração de todos, desta parte dos nossos trabalhos.-----

----- E vamos, agora, naturalmente, prosseguir com a informação escrita do Senhor Presidente.-----

----- É verdade, ainda faltam as declarações de voto oral. Havia uma declaração de voto oral do Senhor Deputado do PSD, Luís Newton, faça favor, foi o primeiro que pediu a declaração de voto oral.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** apresentou a seguinte declaração de voto oral:-----

----- “*Senhora Presidente, primeiro deixar claro que qualquer posição xenófoba e qualquer declaração com tendências xenófobas, só pode merecer de todos, obvio, repúdio e não merecer, em momento algum, qualquer sinal político que não o de total isolamento e, portanto, contra e de condenação.*-----

----- *Agora, a opção do PSD relativamente à moção sobre Trump, é porque entendemos que, neste momento, na Assembleia Municipal de Lisboa, faz-se muito pouco sentido lançar-se esta discussão quando existem matérias muito mais prementes para a cidade e para os lisboetas, e daí a nossa abstenção.*-----

----- *Muito obrigado.*”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** apresentou a seguinte declaração de voto oral:-----

----- “*Senhora Presidente, Senhores Deputados, nós votámos contra o ponto 3 da Moção nº 3/133, apresentada pelo BE, porque nós, naturalmente, apoiamos, aliás, a moção também apoia a transferência da Carris para o Município de Lisboa, mas consideramos que os órgãos do município, nomeadamente, a Câmara Municipal e esta Assembleia, são absolutamente, competentes para apreciar tudo aquilo que tenha a ver com esse resultado da transferência, esse diploma, aliás, resultou de um acordo claro com a Câmara de Lisboa e nós não pretendemos retirar aos órgãos do município e transferir para a Assembleia da República aquilo que são as suas competências e, portanto, nós entendemos que temos competência para apreciar o que for necessário, nesta matéria, e não transferirmos, por nossa iniciativa essa*-----

competência para a Assembleia da República. Foi por isso que votámos contra este ponto.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** apresentou a seguinte declaração de voto oral: -----

----- “Apenas queríamos referir que aquilo que estava em discussão era, efetivamente, a utilização da violência tauromáquica em atividades cuja divulgação é feita através de meios que utilizam os símbolos de uma entidade participada e dirigida pelo município e, nesse sentido, é o nosso voto de protesto. Concordamos que, se isso é obrigatório por ser automático, dos estatutos, que se mudem os estatutos. Mas deverá ser feito. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)** apresentou a seguinte declaração de voto oral: -----

----- “Não é uma declaração de voto mas são duas, uma em relação ao Voto nº 3/133, claro que condenando qualquer espécie de xenofobia, mas achando que não é assunto para ser tratado na Assembleia Municipal. Daí o sentido de voto do MPT. -----

----- Em relação ao Voto nº 4/133, para além da nossa abstenção, salientar que não achamos que a Câmara Municipal de Lisboa deva apoiar direta, ou indiretamente, e através do Senhor Presidente do cargo que tem na Associação de Turismo de Lisboa, qualquer iniciativa de âmbito cultural, ou outro, que possa colocar em sofrimento, ou a utilização de animais. -----

----- Por isso, solicitar, também, que o Senhor presidente tenha mais atenção na ATL em relação aos estatutos, ou com a alteração do que for necessário para que isto não volte a acontecer. Daí a nossa abstenção. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, continuou: -----

----- “Muito obrigada. -----

----- Senhores Deputados, vamos entrar, agora, na Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara. -----

----- A Mesa quer chamar a atenção para o seguinte, temos aqui um ponto na ordem de trabalhos que tem uma grelha de 3h20m, e nós temos que terminar os trabalhos o mais tardar às 21h, que é o que está no Regimento. E portanto, isto prejudica alguns minutos as 3h20m, portanto, têm esta informação, giram o vosso tempo em conformidade, por favor, e vamos começar. -----

----- Senhor Presidente tem a palavra.” -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 1 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, AO ABRIGO DA ALÍNEA C), DO N.º.2, DO ARTIGO 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS (RJAL), PUBLICADO EM ANEXO À LEI N.º. 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL E DA ALÍNEA E) DO N.º. 2 DO ART.º. 4.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA;** Grelha H – máximo 3h 20m; -----

----- (Sobre a matéria, a Câmara enviou a informação escrita que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e que se encontra, devidamente, arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal). -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, passou um período longo desde a última informação escrita que tive o prazer de, aqui, apresentar, por isso não será possível discorrer com o detalhe, que costumo fazer, as várias realizações e perspetivas da cidade no período. Tenho, pois, de ser mais sintético e mais focado. -----

----- Gostava de começar por dizer que se há marca que este período recente, nos trouxeram na vida da cidade, ele caracteriza-se pela devolução, à cidade, do Eixo Central. Porque, verdadeiramente, o Eixo Central foi a obra que durante meses alimentou um intenso debate político na cidade, foi obra que, verdadeiramente, esteve, colocou à prova as visões políticas diferentes sobre a visão de cidade, e foi, verdadeiramente, a obra que colocou à prova a determinação do executivo em avançar com o programa de governo. -----

----- Hoje, o Eixo Central foi devolvido à cidade, concluíram-se as obras, e podemos tirar elações. A primeira elação é de caráter prático, real, concreto. Hoje, entre o Marquês de Pombal e a zona de intervenção perto de Entrecampos, foram plantadas mais de setecentas e cinquenta árvores, mais de quatrocentas passadeiras foram rebaixadas, e foram adaptadas com guias de sinalização para pessoas com dificuldades de mobilidade e de visão. Hoje, numa zona central, numa avenida central da Cidade de Lisboa foram introduzidas ciclovias para dinamizar a mobilidade sustentável. E esta é a primeira grande conquista e é a primeira grande constatação; a nossa cidade está melhor, a nossa cidade está com mais qualidade de vida, a nossa cidade está mais inclusiva, a nossa cidade tem, hoje, melhores condições de vida para todos aqueles que residem na Cidade de Lisboa, todos aqueles que trabalham na Cidade de Lisboa, todos aqueles que frequentam a Cidade de Lisboa e a aposta no Eixo Central foi uma aposta ganha pela cidade. -----

----- Mas há, Senhores Deputados, uma segunda leitura política, uma segunda leitura a fazer do fim das obras do Eixo Central, e ela é uma leitura política. -----

----- A leitura política é simples, é que com o fim das obras do Eixo Central e com a devolução, à cidade, do Eixo Central, foram profundamente, derrotados todos aqueles que apelavam à inação, todos aqueles que olham para uma cidade e dizem que é melhor não mexer em nada. Foram derrotados plenamente e frontalmente, todos aqueles que apostam numa visão ultrapassada da mobilidade e da vida na cidade, aqueles que continuam a apostar de que a circulação feita de fora para dentro da Cidade de Lisboa, com a circulação de carro é um modelo que nós devemos continuar a defender. Esses foram derrotados. -----

----- Foram derrotados, também, aqueles que apelavam ao caos, que diziam que da intervenção iria resultar um caos completo na mobilidade da cidade, que tudo se iria desarticular, que tudo se iria esfrangalhar, e que todo o quotidiano se iria transformar em algo incompreensível e difícil para a vida dos cidadãos. Hoje, andamos de carro, a pé, de bicicleta, ou de transporte público, no Eixo Central de Lisboa e o que vemos é

normalidade da circulação, vemos melhor qualidade de vida para aqueles que andam a pé, vemos um transporte público que começa a recuperar os seus níveis de eficácia e vemos, no fundo, uma cidade melhor. -----

----- Há uma conclusão política clara do processo do Eixo Central, é que foi preciso coragem, foi preciso determinação, foi preciso exigência, foi preciso competência para acabar uma obra dentro do prazo. Mas, a verdade, é que valeu a pena. E este resultado tem vencedores políticos, e tem derrotados políticos sobre a sua visão de cidade. -----

----- Quero destacar porque esta é uma obra emblemática, tornou-se numa obra emblemática porque concentrou-se, aqui, tudo do que há de debate fundamental da cidade, os automóveis e o transporte público, o ambiente ou a manutenção da situação como está, valorizar, ou não valorizar, o pedonal e o ciclável, fazer, ou não fazer, ter a coragem de arriscar, ou ficarmo-nos pela crítica a tudo. Nesta obra concentrou-se todo este debate. E chegámos ao fim desta obra que acabou dentro do orçamento, que acabou dentro do prazo, que foi devolvida à cidade, nós só podemos ter uma leitura política clara, ganharam aqueles que apostaram que esta obra se fizesse, ganharam aqueles que apostaram em devolver espaço público aos cidadãos, ganharam aqueles que apostaram em devolver um espaço com mais qualidade, mais qualidade ambiental aos cidadãos, aqueles que apostaram em valorizar o comércio de proximidade, ganharam, no fundo, aqueles que tiveram a visão, o arrojo, a audácia de fazer, e de avançar, contra aqueles que, simplesmente, estão resignados, ou por convicção, ou por inércia, ao modelo passado dos carros, quotidianamente, a entram e a saírem na Avenida da República. -----

----- E ficou, igualmente, demonstrado o seguinte: é que a visão e o programa que estava implementado era uma visão gradualista, prudente, da mudança que está em curso na cidade. Porque, àqueles que apelidavam o caos, a realidade, hoje, mostrou-lhes que chocam de frente, é que aquilo que foi feito na transformação de um complexo diário de catorze faixas de rodagem foi, no fundo, uma transformação prudente, razoável, numa direção muito clara, mas numa direção compatível com o nosso atual estágio de desenvolvimento. -----

----- É por isto que eu quis trazer este ponto, aqui, porque esta não é a única obra da cidade, há mais. Mas esta é sem dúvida, a obra que corporizou o essencial do debate político, ou no fundo, que em si representava uma síntese do debate político na cidade. E a conclusão só pode ser uma, estiveram no lado certo, todos aqueles que se debateram por devolver o eixo central aos cidadãos, e é assim que nós iremos continuar em todas as outras intervenções que estão em curso na Cidade de Lisboa. ----

----- Segundo facto, deste período, o segundo elemento que eu quero destacar é, indiscutivelmente, a Carris e o regresso da Carris à Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Eu acho que ninguém que tem exercido funções na Câmara de Lisboa, há mais tempo, ou há menos tempo, ficou, certamente, indiferente àquilo que aconteceu. -----

----- Tive a oportunidade no dia em que o decreto foi, produziu efeitos, de ir à Carris e de visitar a Carris, e de sentir a própria emoção com que os trabalhadores e dirigentes da Carris viveram esse dia. A Carris, verdadeiramente, regressou à sua casa que é a

Cidade de Lisboa, que é a Câmara Municipal de Lisboa. E esta mudança não é uma mudança, simplesmente, da posição acionista dentro da Administração Pública, da Administração Central para a Administração Local, esta é uma mudança que tem um significado profundo que todos aqueles que estão ligados à mobilidade e todos aqueles que mais, diretamente, estão ligados à vida da Carris, perceberam-na de uma forma imediata. É que a Carris deixou de ser uma pequena migalha desvalorizada no meio de um estado gigantesco e passou a ser um instrumento central na Câmara Municipal de Lisboa. E ao contrário do receio de muitos, há uma coisa que mudou para sempre, esperemos nós, na vida da Cidade de Lisboa, é que não vai ser mais possível fazer debates políticos na Cidade de Lisboa sem discutir, a sério, o que é que queremos para o transporte público. Porque, a partir de agora, a Câmara Municipal de Lisboa não está na posição de reivindicar perante alguém que está longe. A partir de agora, a Câmara Municipal de Lisboa está na posição de comandar os destinos do instrumento fundamental da mobilidade e do transporte público da Cidade de Lisboa. E isto, Senhores Deputados, é uma transformação de uma enorme envergadura. -----

----- E a questão que se coloca é a seguinte, ou nós aceitamos, valorizamos, defendemos, aproveitamos e fazemos a transformação da cidade com este instrumento, ou nós ficamos para trás à espera de um mundo que já não voltará, ou numa posição de reivindicar uma realidade do passado. A nossa opção foi uma opção de avançar, e agarramos esta oportunidade com todas as forças e com todas as energias, conscientes das dificuldades, mas sem medo de as enfrentarmos. -----

----- E é por isso, aliás, que a Carris vai mudar, que a Carris vai mudar a Cidade de Lisboa, que a Carris vai mudar a forma como as pessoas se movem na Área Metropolitana de Lisboa, e que nós vamos aplicar um ambicioso programa de transformação da Carris, nos próximos anos. Aliás, esta transformação já se começou a sentir. Não se pode perceber, aliás, como se critica esta transferência, ignorar o facto de que, pela primeira vez, em muitos anos, diminuíram, fortemente, os passes sociais. E não se pode ignorar que, durante o tempo em que a Carris esteve no Estado, os passes foram aumentando, não me recordo, aliás, de alguma descida que tivesse ocorrido, e neste momento, milhares de jovens, até aos doze anos, estão isentos do transporte público, e milhares de idosos, milhares de pessoas com mais de sessenta e cinco anos, tem uma tarifa reduzida abaixo do que era a tarifa social. -----

----- Mas mais, Senhores Deputados, é que o novo tarifário que está a ser aplicado na cidade, fruto da transferência para o município da Carris, é um tarifário que assenta num princípio de que a mobilidade em transporte público é um direito de cidadania. Nós não exigimos às pessoas com mais de sessenta e cinco anos, que andem a demonstrar a sua vida com eternas justificações financeiras, e declarações, e comprovativos que, muitas vezes, sabemos bem que sob uma capa de aparente justiça na atribuição dos benefícios, mais não esconde que uma vontade de restringir o verdadeiro benefício que é atribuído. Não. O que nós fizemos foi negociar com o Governo de que a Carris ao passar, e já com a responsabilidade financeira da Câmara Municipal de Lisboa, o passe nos catorze euros e meio, é um direito de cidadania. Não perguntamos rendimento, não pedimos comprovações sistemáticas, não. As pessoas

têm o seu passe, têm o seu direito, porque é um direito de todos aqueles que contribuem para a cidade de Lisboa, todos aqueles que vivem na cidade de Lisboa, todos aqueles que trabalham na cidade de Lisboa, que necessitam da sua mobilidade, poder fazê-lo em condições acessíveis. -----

----- Da mesma forma o é para todas as famílias com crianças e jovens. O que passámos foi de uma isenção dos zero aos quatro anos, para uma isenção até aos doze anos. Senhores Deputados, isto representa uma enorme transferência de rendimento para as famílias, que uma parte significativa, não tenho dúvida, vai ser recuperada por termos mais passageiros no transporte público, porque esta é que é a mudança de fundo, é que o modelo de equilíbrio, o modelo de regularização financeira da companhia de transportes não se pode fazer, como alguns fizeram no passado, não investindo e não transportando passageiros. Não. Nós temos que financiar, adequadamente, mas transportando mais pessoas, fazendo do transporte público a espinha dorsal da mobilidade, na cidade. -----

----- Senhores Deputados, graças à transferência para o município da Carris, milhares e milhares de munícipes na Cidade de Lisboa, milhares de concidadãos nossos têm mais rendimento e têm acesso a melhor mobilidade. E quem desvaloriza este simples facto, está a negar uma evidência de maior alcance. Porque esta transformação na política tarifária da Carris, não teria sido alcançada se não se tem dado a passagem para a Câmara Municipal de Lisboa. Esta transferência representa para as pessoas com mais de sessenta e cinco anos, mais do que o valor que se andou, em debate, de aumento e de evoluções das pensões, e representa para as famílias com duas crianças uma devolução de rendimentos face à realidade atual, à anterior, peço desculpa, de mais de seiscentos e cinquenta euros por ano. -----

----- A Carris está a mudar e a passagem da Carris para a Câmara de Lisboa está a melhorar a vida dos cidadãos, está a melhorar a vida dos munícipes, e nós só começamos agora. Porque o que nós vamos apresentar aos órgãos do município que é agora a autoridade de transportes e que é, agora, acionista único da Carris, é um ambicioso programa para os próximos três anos. Um programa que assentará, em primeiro lugar, no aumento da oferta. Queremos mais oferta de transportes públicos na cidade, mais autocarros, mais linhas. Queremos recuperar o elétrico enquanto instrumento de mobilidade na Cidade de Lisboa. Temos a consciência que não o faremos de um dia para o outro, não o faremos de um mês para o outro, não o faremos, aliás, de um semestre para o outro, mas temos a certeza que vamos ser bem conseguidos se prosseguirmos com determinação, um plano de expansão da oferta, que será de expansão de linhas, que será de aquisição de novos autocarros, que será da reconversão de atuais linhas, em linhas do bairro e, também, em linhas de alto desempenho que será, no fundo, na integração do sistema de oferta com o sistema de gestão da via pública que a Câmara Municipal já tem ao seu dispor. -----

----- A primeira prioridade foi a questão da acessibilidade. Segunda prioridade, o aumento da nossa capacidade de resposta e o aumento da oferta. -----

----- E é este o trabalho que nós vamos fazer a partir de agora e que, a partir de agora, estamos todos convocados, Câmara e Assembleia, porque, Câmara e Assembleia

vamos ter responsabilidades, porque a Carris opera sob uma concessão do município, uma concessão que é apreciada pela Câmara, que é apreciada pela Assembleia Municipal. Hoje, Senhores Deputados, a Assembleia Municipal tem o poder, tem o dever de se poder pronunciar sobre o que se passa na vida da Carris. E esta é uma transformação de fundo que nós encaramos com o maior dos otimismo, com maior dos empenhos, porque acreditamos no transporte público na Cidade de Lisboa, e porque acreditamos na capacidade da Cidade de Lisboa em gerir, adequadamente, o transporte publico. -----

----- Senhores Deputados, eu já respondi, há pouco, a algumas das principais questões, mas insisto sobre este ponto, enganam-se aqueles que acham que defendem melhor o estatuto de serviço público da empresa, mantendo a situação no Estado e não a passando para o município. Enganam-se. Enganam-se porque o município cuidará da Carris, a cidade cuidará daquilo que é uma das suas empresas mais emblemáticas, mais acarinhadas, das suas marcas mais próximas dos cidadãos.-----

----- A análise e o debate político na cidade de Lisboa, mudou para o futuro. Hoje, todos terão que se pronunciar sobre o futuro do transporte público na cidade. E enganam-se quem acha que mantê-lo no Estado defenderia melhor a posição da empresa. Não defende. Como não defende, também, achar de que a integração da empresa num qualquer esquema de gestão intermunicipal, melhoraria a eficácia do sistema de transportes. Não, não melhoraria. Fragilizaria, aliás, as condições da sua manutenção enquanto entidade pública, e não melhoraria a eficácia dos transportes.----

----- O que há, a partir de agora, é que nós ganhamos o poder e o dever simultâneo de trabalharmos, em conjunto, com os municípios da área Metropolitana para criarmos um verdadeiro Sistema Integrado de Mobilidade de Transportes a nível metropolitano.

----- Tem razão o PCP, não quando propõe o que propõe sobre a Carris, mas quando propõe o que propõe sobre o Passe Intermodal. Mas a construção do Passe Intermodal que é o grande desafio que nós temos pela frente, vai ser, hoje, possível porque o poder foi devolvido aos municípios, e vai ser, hoje, possível porque a Câmara de Lisboa tem, hoje, o poder que não tinha há três meses atrás. É que a Câmara Municipal de Lisboa, em simultâneo com as Câmaras servidas pelos STCP, no Porto, eram as únicas Câmaras do país que não eram a autoridade de transportes. Hoje, já o são. No caso da autoridade Área Metropolitana, no caso do Porto, pela característica dos STCP, no caso a Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- E é agora a nossa obrigação, é agora o nosso dever conjunto de trabalharmos ao nível da Área Metropolitana, de todos os municípios, em duas coisas que são muito importantes e que são muito claras. A primeira é termos um caderno muito claro sobre o que é que é o transporte pesado na área Metropolitana. Porque o transporte pesado de passageiros na Área Metropolitana foi o parente pobre do investimento público, ao longo dos últimos anos. Há quantos anos discutimos o investimento na linha de Cascais? Há quantos anos se discute o impacto da linha de Sintra? Há quantos anos se discutem as opções para o transporte público na A5? Há quantos anos se discute de que forma há uma ligação eficaz entre Loures e Lisboa? Mas há uma segunda obrigação que é uma obrigação que depende, agora, do poder dos municípios, e que é

articularmos as nossas redes de transporte rodoviário, é articularmos os sistemas de autocarros, é articularmos as bilhéticas, é articularmos os tarifários, é articularmos tudo isso com aquilo que já é o poder dos municípios, que é a gestão do estacionamento, dos parques de estacionamento e a gestão da via pública. Porque, Senhores Deputados, a situação a que nós chegámos de existência numa área Metropolitana de mais de dois mil títulos de transportes, de um sistema que é caro, que é ineficiente, que não tem legibilidade, decorreu de todo o sistema estar centrado na Administração Central. Todo o sistema, até agora, esteve nas mãos da Administração Central, ou por estão direta, de empresas públicas, ou por gestão de concessões a operadores privados. E é esta a mudança que, hoje, está em curso, esta profunda mudança está em curso, que nos convoca ao debate, à mobilização, mas, fundamentalmente, à reflexão e à ação com vista à melhoria. Hoje, e a partir de agora, a partir da aprovação deste decreto-lei, a partir desta aprovação, a Área Metropolitana de Lisboa, também, ganhou um poder que não tinha, que é o poder, em conjunto, de poder trabalhar com Lisboa, relativamente, à articulação do sistema de transportes. ----

----- Senhores Deputados, não quero esgotar todo o meu tempo na intervenção relativamente à Carris, embora, verdadeiramente, merecesse e, verdadeiramente, me apetecesse porque não há, talvez forma, não há possibilidade de minorizar, ou desvalorizar, o incrível momento histórico que a cidade está a viver com a aprovação e com a devolução da Carris à Câmara Municipal de Lisboa. Não há. -----

----- Senhores Deputados, quero ainda, a este propósito terminar dizendo o seguinte:---

----- O decreto-lei relativamente à Carris, foi feito em articulação com a Câmara Municipal de Lisboa, com consulta estreita à Câmara Municipal de Lisboa e tem disposições que são de exposições importantes e inovadoras, porque a Carris não é uma empresa municipal como as outras, porque é a Carris está há quarenta anos no setor empresarial do Estado, e a Carris não acompanhou, porque não podia ter acompanhado, as evoluções do setor empresarial local. E a verdade, é que a Carris necessita das especificidades do setor empresarial do Estado, porque o que nós precisamos, a partir de agora, de forma clara, é fazer uma integração e uma articulação, não só o desenvolvimento da Carris e da sua mobilidade, mas uma integração da Carris com os outros instrumentos de mobilidade que o município dispõe, com a gestão da via pública, com o policiamento, mas também, com o sistema de estacionamento. E é por isso, que o debate sobre a organização das empresas do setor empresarial local tem que ser feita, vai ser feita, é importante que a façamos, e é importante que tenhamos a liberdade para podermos decidir, por nós, qual é a melhor forma de o fazermos. Não podemos, simplesmente, ficarmos à espera de uma alteração de um quadro do setor empresarial local que é demasiado restritivo e limitativo das liberdades dos municípios, Nós precisamos de ter a oportunidade de nos organizarmos na operação dos instrumentos de mobilidade, até para a Carris poder ter um papel ativo, forte, presente no apoio à construção das soluções de âmbito metropolitano. -----

----- Senhores Deputados, este é, indiscutivelmente, um grande momento, foi, indiscutivelmente, uma grande conquista e não quero, de forma alguma, não a trazer

aqui, como, possivelmente, uma conquista que por si valeria o mandato inteiro na Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- Mas Senhores Deputados, quero de forma mais breve, ir a dois importantes dossiers que foram negociados com a Administração Central, neste período, naturalmente, com participação diferente do município. O primeiro, algo que eu sei que é muito caro a esta casa e, também, à Senhora Presidente, em particular, que se prende com a decisão de ampliação do Instituto Português de Oncologia, na Praça de Espanha. Porque a decisão do Instituto Português de Oncologia, e o acordo que é feito com a Câmara Municipal para que esta expansão se faça, é da maior importância, e era uma luta antiga, desta Assembleia. Porque a verdade, para aqueles que se recordam, é que há muito que pairava a dúvida e a incerteza sobre o futuro IPO. Se o IPO se deveria deslocalizar para fora de Lisboa? Se o IPO deveria ter umas instalações novas no interior de Lisboa? E, durante mais de uma década, o IPO viu cortadas as suas oportunidades e possibilidades de requalificação e modernização na base da incerteza, da dúvida e da não decisão. -----

----- O acordo que a Câmara estabeleceu com o Instituto Português de Oncologia é da maior importância para a cidade, porque, verdadeiramente, põe fim a esta indefinição e vai permitir que o IPO avance com os investimentos necessários à sua qualificação e à sua melhoria. E este acordo só é possível, porque houve, de facto, uma colaboração estreita entre a Câmara Municipal de Lisboa e o IPO, porque houve vontade de parte a parte, mas nós colaboramos, intimamente, para que ele se concretizasse. Porque a verdade, Senhores Deputados, é que alguns esquecem é que os terrenos no qual se localiza o IPO são terrenos da Câmara Municipal de Lisboa, e o que nós quisemos afirmar foi uma vontade clara, foi de que aqueles terrenos tivessem um uso, um fim, um destino, a expansão do IPO, mantermos o IPO, em Lisboa. E temos, aqui, em Lisboa, numa zona central, o melhor Instituto Português de Oncologia. -----

----- O segundo tema é o da construção do alargamento da capacidade aeroportuária na Cidade de Lisboa. Foi uma boa decisão anunciada pelo Governo. Uma boa decisão, é uma decisão que põe fim a anos de atraso, de indefinição e de adiamento. E se há algo que penaliza alguém que aspira ao desenvolvimento e ao progresso do nosso país, é ver como muitas vezes se tomam decisões de parar, de anular, de não avançar e quem toma essas decisões, compromete, verdadeiramente, o futuro. -----

----- Eu recordo-me dos debate que feito há vários anos, sobre a expansão do Aeroporto em Lisboa. E recordo-me bem como muitos defenderam na praça pública, sem qualquer vergonha, de que este aeroporto que nós tínhamos aguentava por mais umas décadas, de quem defendia que se pensasse na expansão da atividade aeroportuária estava, simplesmente, a querer privilegiar uma lógica de investimento público, numa lógica de benefícios de curto prazo, mas que nada tinha a ver com o interesse estratégico da cidade, ou da região. Lembro-me bem, aliás, como foram adiadas decisões estratégicas para o futuro da cidade e para o futuro da região. -----

----- Mas a verdade é que este Governo decidiu, e decidiu bem, gostava que a decisão tivesse sido mais cedo, não por este Governo, mas por Governos anteriores. Mas foi agora. E foi agora, E foi, agora, sobre um elemento importante, é que, agora, este ano,

o Aeroporto de Lisboa atingiu uma marca de vinte e dois milhões de passageiros, muitos anos antes do que aquilo que estava previsto no contrato concessão, e muito mais tempo antes do que os críticos, há cinco anos atrás, diziam que nunca se atingiria. -----

----- Recordo-me bem daqueles que diziam que não é preciso investir, que disparte não faz sentido, recordo aqueles que diziam que tudo isso era algo que não deveria avançar. A verdade é que se a decisão não tem sido tomada agora, é que o desenvolvimento da cidade e da região estava comprometido, porque a verdade é que um aeroporto que se vê esgotar a sua oferta de qualidade, em matéria de extratos para companhias aéreas, é um aeroporto que tem menos pessoas a chegar, um aeroporto que tem menos negócios a chegar, é uma cidade que tem menos turismo, é uma cidade que tem menos negócios, é uma cidade que tem menos qualidade de vida para todos, é uma cidade que, no fundo, vê o seu futuro adiado. -----

----- Esta decisão está tomada no limite de se poder avançar com uma boa solução.-----

----- Dizem alguns críticos, mas devia ser noutra local. Em cada português haverá, certamente, um especialista em aeroportos. Há. Mas há dois aspetos que nos convocam e que chamava a atenção no debate que vamos, aqui, fazer e que se vai fazer, naturalmente, no futuro, é que os graus de liberdade para decidirmos sobre o investimento na infraestrutura aeroportuária são, hoje, menores do que aqueles que aqueles que eram há dez, ou quinze anos atrás. E são menores por duas decisões e por dois factos fundamentais: -----

----- Em primeiro lugar, porque o Estado Central não tem, hoje, os recursos para suportar os investimentos per si.-----

----- E em segundo lugar, porque há um contrato de concessão com o operador que, repercute nas taxas aeroportuárias, o valor dos investimentos a fazer. Significa que do ponto de vista estratégico da Cidade de Lisboa, temos dois interesses a defender: -----

----- Em primeiro lugar, que avance e que avance rápido. -----

----- Em segundo lugar, que avance com um modelo que não penaliza, ou que penaliza o menos possível, a evolução das taxas aeroportuárias na cidade, porque nós sabemos que as cidades que descuidaram a evolução do valor das suas taxas aeroportuárias tiveram quedas abruptas no seu volume de passageiros. -----

----- É por estas razões que a solução encontrada é a melhor solução. Porque é a solução que equilibra um aeroporto nas proximidades de Lisboa, é a solução que equilibra um volume de investimento compatível com uma evolução razoável das taxas aeroportuárias, e que nos atira para valores que comprometeriam a competitividade da cidade. -----

----- É por isto que esta decisão é uma decisão que devemos apoiar, que devemos desenvolver, que devemos trabalhar e que devemos, aqui, pensar num sentido estratégico de futuro, é que esta decisão põe, também, fim ao grande debate sobre a saída do Aeroporto da Portela. É com esta solução de uma pista complementar no Montijo, nós temos para as próximas décadas, o Aeroporto na Portela. E será o nosso trabalho nos próximos meses na Câmara e, aqui, na Assembleia, por iniciativa da Senhora Presidente, termos um debate muito claro sobre a definição daquilo que a

cidade tem que ter e se preparar para uma instalação na Portela que durará, certamente, umas décadas. Como é que pomos a cidade? O que é que necessitamos de fazer na cidade do ponto de vista das acessibilidades viárias, do ponto de vista dos sistemas de estacionamento, do ponto de vista do desenvolvimento do transporte público? Como é que nós podemos funcionar? O que é que devemos fazer para uma nova realidade que a nova realidade de temos um aeroporto que se manterá durante as próximas décadas, e que a crescer, significativamente, aqui, também, na Portela, o seu número de passageiros. -----

----- E este é um debate que a Câmara vai iniciar, queremos fazer, naturalmente, a par e passo com a Assembleia Municipal e que é, sem dúvida, o debate estratégico sobre o futuro da Cidade de Lisboa. -----

----- Permitam-me, Senhora Presidente, Senhores Deputados, que termine com uma referência que não podia deixar de fazer, aqui, hoje, e que creio que nos tocou a todos os que estiveram na cerimónia que é o momento, também, ele único e carregado de simbolismo, que é a devolução à cidade do Pavilhão Carlos Lopes. Se há algo que marca, que marcou aquela cerimónia, foi a convergência num simples momento do sentimento de alegria de milhares e milhares de pessoas que sentiram que a sua memória da infância, da juventude, da vida adulta, tinha sido resgatada do abandono, do desprezo e da destruição. Foram milhares de pessoas que nos transmitiram um sentimento de agradecimento pela devolução à cidade, e a si, dos seus espaços que foram memória desde os eventos desportivos, políticos, culturais e outros transversais à Cidade de Lisboa numa altura, aliás, em que escasseavam os equipamentos de uso coletivo. E esta atuação que tivemos de rapidamente tomar uma decisão, em 2015, de constituir que o direito de superfície com eficácia que a ATL demonstrou na sua recuperação, foi hoje de um inestimável serviço à Cidade de Lisboa. Já recuperamos vários elementos icónicos, ao longo dos últimos anos, e vamos continuar a recuperar os próximos, mas este tem, também, aqui, que ser lembrado, o Pavilhão Carlos Lopes abriu, de novo, as suas portas para servir a Cidade de Lisboa. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Rosa Carvalho da Silva (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente da Assembleia, ausente, Senhora Secretária, bem-vindo, Senhor Presidente da Câmara a esta casa, atendendo a que houve semanas que não tivemos o prazer de o ver aqui, mas damos-lhe as boas vindas, mais uma vez, Senhores Vereadores e Senhores Deputados. -----

----- Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, a propósito da informação escrita de Vossa Excelência, na parte de concerne à Feira Popular, sinceramente, após o que ouvi, hoje, não me espanta que a referência à dita feira seja, simplesmente, feita em sete linhas e três parágrafos. -----

----- Por mero acaso, tive ocasião de ouvir parte de uma apresentação da sua intervenção, acerca da Feira Popular de Lisboa, e quando não foi o meu espanto, quiçá, a minha incredulidade ao constatar que Vossa Excelência teve que recorrer a um intérprete para traduzir, o seu discurso, para português, a fim de que os feirantes

presentes o compreendessem. Desconhece, Vossa Excelência que, em Portugal, a língua de Camões é língua oficial? Ou Vossa Excelência deixará de falar para os lisboetas e passa, apenas, a discursar para os turistas? Tem, Vossa Excelência, alguma explicação para tal desiderato? Acha, de facto, que os lisboetas não contam para nada? Ou, quanto muito, não vale a pena que os lisboetas perceberem o que Vossa Excelência, diz? -----

----- O PSD aguarda, ansiosamente, a explicação de Vossa Excelência, de preferência, em português. Até porque, hoje, nesta Assembleia, Vossa Excelência expressou-se bem, fazendo mal uma apologia dos seus feitos, daquilo que considera ser essencial de acordo com o seu ponto de vista, para a Cidade de Lisboa. -----

----- Contudo, caso seja necessário utilizar termos de cariz um pouco vernáculos pois, sendo Vossa Excelência da Invicta, de modo, de modo a que os feirantes que se encontravam presentes, hoje, no Capitólio, o compreendessem, não deixe de se expressar em português. -----

----- Tenho dito.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Senhor Presidente, trago-lhe três temas. -----

----- O primeiro deles é um tema que vem refletido e destacado na sua informação escrita, o segundo vem pela metade, e o terceiro está ausente. -----

----- O primeiro prende-se com o orçamento participativo, com a versão do ano passado e que vem bem descrita na sua informação escrita. Começa a sua descrição dizendo que esta edição teve novidades, e é verdade. Destaca-se, naturalmente, a votação recorde de quase 52 mil votos de pessoas que querem participar, querem ter uma palavra sobre a cidade, como ela é pensada, como ela é desenhada, onde são feitos os investimentos. O projeto vencedor foi, como todos sabemos, uma vitória de moradores que tiveram, durante alguns meses, um braço de ferro consigo, com o seu executivo, com a Câmara Municipal de Lisboa e com a EMEL. -----

----- Foi em Julho que começaram os trabalhos da EMEL, de demolição de algumas barracas no Jardim do Caracol para fazer um parque de estacionamento. Os moradores daquela zona mobilizaram-se para que, em vez de um parque de estacionamento, tivessem um jardim para poderem desfrutar a com as suas famílias, um parque com natureza e espaços lúdicos. -----

----- O BE percebeu que havia essa mobilização e quis que a Câmara Municipal pudesse ouvir aqueles moradores. Apresentámos, por isso, uma recomendação que na sua parte deliberativa dizia simplesmente; ‘permitir que os moradores se pronunciem’, que as obras não comprometessem aquilo que os moradores estavam a apelar. Essa recomendação foi chumbada pelo Partido Socialista, nesta Assembleia. -----

----- Depois, apresentaram um projeto ao orçamento participativo que enfrentou vários obstáculos, mas que, finalmente, depois do protesto, conseguiram que fosse aceite e acabaram por ganhar com uma votação recorde de quase 9400 votos. Essa é a grande novidade, foram os moradores da Penha de França e de Arroios que venceram um

braço de ferro e conseguiram ganhar aquela que era a sua vontade de ter um Jardim na Penha de França, na fronteira entre a Penha de França e Arroios.-----

----- O que gostava de lhe perguntar era sobre o ponto de situação, passados quatro meses dessa decisão, como está o Jardim do Caracol. -----

----- Sabemos que as Presidentes de Junta de Arroios e da Penha de França, manifestaram, na altura, e com razão, a sua preocupação sobre a estabilidade, aqueles taludes, é preciso uma intervenção, há uma questão de segurança, naquela zona, sobretudo, depois das demolições e da desmatização, a primeira pergunta é essa intervenção urgente está a ser pensada, está planeada, vai ser feita? E a segunda, é o projeto do Jardim do Caracol, gostaríamos que avançasse com datas, porque os moradores que lutaram por aquilo estão com uma expectativa de concretização, e gostaríamos de ter, da sua parte, esse compromisso. -----

----- Em segundo lugar, trago-lhe o tema que foi abordado pela metade, na sua informação escrita, obras de Lisboa. Temos Uma Praça em Cada Bairro, temos o Eixo Central, temos as obras do Jardim do Campo Grande, mas gostávamos que tivesse colocado na sua informação escrita uma palavra sobre a 2ª Circular. Essa era a grande obra do regime, essa era a obra que não podia ser adiada, essa era a obra que tinha que ser feita por questões ambientais, que todos compreendemos e por questões de segurança para quem utiliza aquela via. -----

----- O que gostaríamos de saber, depois de vários meses, desde setembro que temos a informação de que foi suspensa a obra, gostaríamos de saber, em primeiro lugar, o estado em que está o inquérito de auditoria interna e se existem resultados sobre a razão para a suspensão dessa obra, o conflito de interesses entre o projetista, o empreiteiro e o dono da obra? Em segundo lugar, temos a informação na comunicação social de que está a ser feito um estudo sobre a alteração desse projeto e, portanto, um projeto que era urgente, era central na cidade, que estava pensado, foi discutido, agora vai ser alterado, algumas das alterações temos coincidência, na necessidade de haver um corredor de reserva para um transporte público na 2ª Circular, gostaríamos de saber se é essa a intenção, e qual o *timing* para esta obra que era tão importante para a cidade?-----

----- Por último, queria falar de um tema que teve, há precisamente um ano e cinco dias, uma deliberação desta Assembleia, uma recomendação do Bloco de Esquerda, e que se prende com a sala de consumo assistido. -----

----- Em dezasseis de fevereiro 2016, apresentámos essa recomendação e que foi aprovada com uma larga maioria, houve, apenas, um voto contra e, portanto, reúne quase o consenso desta Assembleia. Há uma necessidade, há uma urgência na cidade sobre uma sala de consumo assistido, sobre um equipamento que possa resolver um problema grave de saúde, na Cidade de Lisboa, de saúde pública. -----

----- Este é um problema muito antigo, como sabe já João Soares tinha abordado o tema, a sua preocupação e a necessidade de termos uma sala de consumo assistido na Cidade de Lisboa. -----

----- Em março de 2012, o Plano de Desenvolvimento Comunitário da Mouraria estudou, percebeu, envolveu quarenta e quatro parceiros, associações, instituições e

freguesias, orçamentou um milhão de euros e disse: ‘haverá uma *safe house*, e haverá uma sala de consumo assistido na Mouraria’. -----

----- Em Abril de 2014, o Presidente na altura disse que a sala de consumo assistido ia avançar na Mouraria e a Câmara Municipal confirmava; ‘muito em breve, teremos este equipamento’. -----

----- Em Junho de 2015, volta a confirmar vai avançar, mas com nova localização, não será na Mouraria, estamos a estudar outra localização. -----

----- Em julho de 2016, Fernando Medina, Presidente, disse, estamos a estudar. -----

----- O problema é que o tempo vai passando e vamos quase em duas décadas de estudos e de novas localizações, e há um problema de saúde pública, há pessoas que precisam de apoio, há um conjunto de consumidores que têm que ter uma palavra da Câmara Municipal de Lisboa, e tem que ter um apoio. É preciso respeitar estas pessoas, é um problema que tem uma urgência e que envolve dramas pessoais que têm que ter uma atenção, é um problema de saúde pública e tem que ter uma intervenção da Câmara Municipal de Lisboa, e não pode ser adiado para todo o sempre.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, Senhor Secretário. -----

----- Eu não gostaria de, realmente, voltar a falar, nesta Assembleia na questão da Carris como está porque, de facto, o senhor Presidente, neste ponto da informação escrita falou, largamente, sobre este tema, só queria dizer o seguinte: -----

----- De facto, nós não vamos prescindir do nosso direito, e do nosso dever, também, de acompanhar, monitorizar, fazer propostas construtivas, como, aliás, sempre temos feito, quer em sede da Assembleia Municipal, quer na Câmara, a propósito deste mesmo assunto. Obviamente, que partilhámos, portanto, quer com o Senhor Presidente, quer com a câmara em geral, e com toda a Assembleia, a absoluta necessidade que existe da melhoria nos transportes públicos, porque a degradação a que eles chegaram é realmente, altamente, gravosa para todos. Assim, como as questões da mobilidade na cidade, obviamente, que vamos acompanhar, cuidadosamente, estas questões. -----

----- Outro aspeto que referiu foi a questão do IPO continuar na Cidade de Lisboa. -----

----- Obviamente, esta é, também, uma batalha que o PCP se empenhou ao longo de décadas, para a manutenção do IPO na cidade, e congratulamo-nos realmente com a situação atual, e a decisão atual, de ficar na cidade. Gostaria só de sugerir se houvesse alguma hipótese de a Câmara poder interferir com os hospitais da Colina de Santana, se calhar, também, seria muito bom para a cidade que eles continuassem na zona central da cidade. Eu sei que são terrenos, de facto, vendidos à ESTAMO, enquanto os do IPO são terrenos camarários, como referiu, mas, de qualquer forma, a Câmara poderia ter uma palavra, portanto, em relação a este assunto. -----

----- Eu vou referir, apenas, algumas breves notas sobre a informação escrita que estamos a apreciar, e que mereceram a nossa atenção, em relação a este tema. -----

----- Em primeiro lugar, vamos abordar a questão dos orçamentos participativos. -----

----- Existe um considerável e incompreensível atraso no âmbito das várias edições do orçamento participativo da Cidade de Lisboa. É com desagrado que registamos que os pontos de situação constante no *site* “Lisboa Participa”, são pouco claros e inibidores do acesso à informação aos munícipes da cidade. A realidade é que todos os esforços desenvolvidos para que se desse início à execução de determinadas obras resultou, apesar do profissionalismo dos técnicos projetistas a quem, esses projetos, foram delegados, num considerável injustificado atraso, inoportuno e incompreensível para a população e os seus legítimos anseios. Os atrasos de execução, além de uma grande mancha no processo do orçamento participativo da cidade de Lisboa, que é uma bandeira, portanto, deste executivo, e do anterior Presidente da Câmara, configura, portanto, os atrasos, estava eu a dizer, da execução configura uma violação dos compromissos assumidos com a população, e são indicadores a pouca transparência municipal e da deficiente informação ao munícipe. -----

----- Assim sendo, torna-se imperativo que a Câmara reveja a sua postura e proporcione informação adequada, acerca desta, e de outras matérias, que dizem respeito à gestão participada da cidade. -----

----- Questionámos, por exemplo, para quando a implementação do projeto vencedor em 2014, estamos em 2017, que é a Requalificação das Azinhagas das Carmelitas, em Carnide? -----

----- Outra questão que eu queria, aqui, levantar é que nós ao lermos a informação escrita, temos nessa informação a realização de um conjunto de iniciativas e eventos, a que já nos habituámos, e que passam a ideia de que tudo está bem na cidade. Aliás, quando, ainda, agora ouvimos o Senhor Presidente, na sua intervenção, e nós ouvimo-lo cuidadosamente, mas a realidade nem sempre é assim. Nos bairros e nas zonas não cobertas pelos circuitos turísticos, subsistem problemas que afetam o quotidiano das populações, refiro-me, agora, concretamente, a uma situação que se arrasta há meses, em Telheiras, na Rua Professor Paulo Gray, uma minúscula rua de cerca de cem metros, com trânsito nos dois sentidos e semaforização da entrada na Avenida Professor Pulido Valente. Há vários meses, deu-se um desabamento de terras originando um buraco de alguma dimensão que foi crescendo por falta de reparação, originando problemas trânsito, com alguma intensidade, ao fim da tarde. -----

----- Após um par de meses, a Câmara colocou uma grade supostamente para se iniciar a obra, mas até hoje nada foi feito. A Junta de Freguesia foi solidária e manifestou compreensão pelo problema, mas a sua resolução não é da competência da junta, e sim da Câmara. -----

----- Senhor Presidente, apesar de não ser o Eixo Central, a população residente, ou que trabalha em Telheiras, merece ver as suas ruas, ou praças, arranjadas. -----

----- Finalmente, em relação ao Pavilhão Carlos Lopes, já referida há pouco no período do PAOD, em que houve uma intervenção do meu camarada Modesto Navarro, embora rápida por causa de questões de tempo regimental, eu, de qualquer forma, acrescentaria duas, ou três, questões: -----

----- O PCP sempre esteve a favor da reabilitação deste espaço emblemático na cidade, pelas características do edifício e por aquilo que ele representou para a

população de Lisboa, o ao longo de décadas, porque, efetivamente, e sem saudosismos, aqui, era um equipamento que servia a cidade na ausência de outros equipamentos de índole desportiva. -----

----- Ainda no campo da coligação, criou-se uma comissão com os vários departamentos municipais para se estudar a sua reabilitação. Quando a esquerda perdeu as eleições, o processo foi ficando na gaveta. -----

----- Finalmente, hoje, temos o Pavilhão Carlos Lopes reabilitado e, com isso, congratulamo-nos. Agora, o que não podemos deixar de referir e contrariando um pouco aquilo que o Senhor Presidente disse, é que o pavilhão não é devolvido à cidade. O pavilhão, a cidade não tem acesso direto ao pavilhão. O pavilhão é remetido, sim, para o capital. Não é devolvido à cidade. E, com isso, nós lamentamos que, realmente, um edifício com estas características, assim, tenha este destino final.---

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhora Presidente, Senhor Presidente, Senhores Vereadores e Senhores Deputados. -----

----- 1. Em primeiro lugar, analisando a Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, respeitante ao período compreendido entre um de Novembro e trinta e um de Janeiro, Os Verdes chamam a atenção para um dos objetivos deste relatório, que é precisamente prestar informações do município a esta Assembleia Municipal. Acontece que há muitas informações que deviam constar desta exposição, mas simplesmente não há qualquer referência. -----

----- O Senhor Presidente parece esquecer-se que se exige que a Informação Escrita seja mais do que um mero elencar de obras, ações e inaugurações, que muitas vezes escondem processos mal conduzidos. Claro que não estamos à espera que o Sr. Presidente utilize a Informação Escrita para criticar a atuação do executivo mas, deliberadamente, omitir o que na realidade se passa não nos parece o mais correto. -----

----- 2. Podemos começar por dar o exemplo da Carris. A Informação Escrita evoca a cerimónia da assinatura, quem esteve presente e onde decorreu e avança inclusive com algumas das medidas implementadas e a implementar. Mas foi só isto que caracterizou a passagem da gestão da Carris para a autarquia? -----

----- O que se passou na verdade foi que o executivo entendeu assinar um memorando, na altura sem qualquer informação fornecida à Câmara e a esta Assembleia. Limitou-se apenas a enviar um convite para assistirmos à cerimónia. Sobre os conteúdos deste memorando, soubemo-los pela comunicação social. -----

----- Para Os Verdes, além de todas as reservas e críticas que temos relativamente à transferência da Carris para a Câmara Municipal de Lisboa, é inadmissível que este processo tenha acontecido sem qualquer apreciação e deliberação dos órgãos municipais. -----

----- Também é estranho que o Senhor Presidente na sua intervenção se tenha esquecido da responsabilidade dos vários governos do PS relativamente aos

desenvolvimentos nos transportes, especificamente na Carris, nos aumentos dos títulos de transportes, no corte de carreiras, e por aí fora. -----

----- 3. Sobre a reativação do elétrico 24, entre o Cais do Sodré e Campolide, gostaríamos que a CML nos informasse para quando prevê iniciar as obras junto ao Largo Camões e em que data estará esta carreira a funcionar, uma vez que, atualmente, as infraestruturas encontram-se no lugar (catenária e carris) com exceção de dez metros de carril na Rua do Alecrim que foram removidos pelo empreiteiro durante a construção do parque de estacionamento no Largo do Camões e que nunca chegaram a ser repostos. -----

----- 4. Encontramos na página 12, na parte do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal uma referência ao debate temático sobre “Solos contaminados em Lisboa”, e na página 75, nos serviços de proteção do Regimento de Sapadores Bombeiros, encontramos uma referência à participação em visitas técnicas ao Hospital CUF Descobertas. -----

----- Os Verdes não entendem como é possível que um relatório com mais de 150 páginas seja totalmente omisso em relação aos solos contaminados, um assunto que tem sido muito debatido nos últimos tempos, e que é preocupante devido aos riscos para a saúde das pessoas e para o ambiente. -----

----- Se a Câmara Municipal de Lisboa efetuou uma inspeção à obra do Hospital CUF Descobertas no dia 17 de Novembro, como se explica que não haja uma única palavra sobre o resultado dessa inspeção nem sobre qualquer diligência tomada pela autarquia nesta matéria? -----

----- Sobre o Campo das Cebolas há algumas referências, mas nada sobre os solos contaminados. -----

----- Impunha-se portanto, na opinião de Os Verdes, que este relatório nos trouxesse alguma informação sobre a situação dos solos contaminados, o resultado das vistorias e as medidas adotadas pela Câmara. -----

----- Mais uma vez, o executivo apenas centra as suas atenções nas inaugurações de determinadas obras em vez de também se preocupar com obras que estão a decorrer na cidade e que devem merecer toda a atenção devido aos riscos que representam. Razão pela qual insistimos para que o executivo nos faça chegar, com a maior urgência, toda a documentação relativa às obras que decorrem em Lisboa suscetíveis de conterem solos contaminados.-----

----- 5. Na Escola Básica São João de Deus, no Bairro do Arco do Cego, existem contentores no pátio, que acabam por ocupar uma parte do recreio, apesar de as obras estarem concluídas e estes contentores já não serem necessários ali. Perante esta situação, gostaríamos de saber por que razão os contentores estão ainda colocados no recreio desta escola e quando vão ser de lá retirados?-----

----- 6. Sobre a Web Summit encontramos mais de uma dezena de referências: sobre o número de participantes, de empresas, a preparação e o acompanhamento a este evento. O que gostaríamos de saber é que custos teve a Web Summit para a Câmara Municipal de Lisboa, porque especificamente sobre esta matéria a Informação Escrita é omissa.-----

----- 7. No relatório da Direção Municipal de Recursos Humanos é mencionado o acompanhamento da preparação da mudança dos trabalhadores do Serviço Municipal de Proteção Civil e do Gabinete de Projeto de Estrutura Verde. Mas nada é dito sobre o facto de este processo ter sido iniciado pela Câmara Municipal de Lisboa como uma imposição e desvalorizando o conhecimento e a participação dos trabalhadores.-----
----- Com todas as denúncias e propostas que até foram objeto de discussão nesta sessão, é tempo de a Câmara Municipal de Lisboa finalmente adotar boas práticas no planeamento e na condução dos processos de transferência de serviços municipais, acabando com a prepotência que tem caracterizado a **atuação** do executivo. -----
----- É verdade que pela ação dos trabalhadores se tem conseguido melhorar vários aspetos nas transferências de serviços, minimizando alguns impactos negativos, mas não se entende porque razão a Câmara Municipal de Lisboa não adota desde o início o procedimento correto. É que não basta ao Partido Socialista apregoar que pretende valorizar os trabalhadores. É preciso demonstrá-lo. E sempre que tem oportunidade para o fazer, acaba por desperdiçar essa oportunidade porque apresenta os processos como factos consumados.-----
----- A posição do PS ficou hoje expressa de forma muito clara ao rejeitar a proposta de Os verdes sobre esta matéria.-----
----- 8. Por último, Os Verdes apresentaram há oito meses uma proposta para a implementação de painéis solares na Casa dos Animais, através de uma recomendação que foi aprovada por unanimidade. -----
----- Nesta Informação Escrita encontramos algumas referências à intenção de a CML se empenhar no combate e adaptação às alterações climáticas. Aliás, Lisboa assinou em 2015 o Programa ClimAdaPT.Local e aderiu à Rede de Municípios para esse efeito. -----
----- Ora, sendo a colocação de painéis solares na Casa dos Animais, e noutros edifícios, um contributo importante para a redução dos consumos energéticos e das emissões de gases com efeito de estufa, gostaríamos de ser esclarecidos sobre o ponto de situação da implementação desta medida. Pelo que perguntamos o que já foi entretanto feito ao longo deste oito meses? E qual a data prevista para a colocação dos painéis solares?-----
----- Obrigada.”-----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----
----- “Senhores Deputados, a Mesa regista, nesta primeira ronda, além do Senhor Deputado Manuel Lage, temos mais três inscrições, e temos mais dois Deputados inscritos para a segunda ronda. Para terem a nossa da vossa agenda e ver se mais alguém se quer inscrever.”-----
----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
----- “Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, analisamos, hoje, a informação escrita de Vossa Excelência, relativo ao período de tempo entre um de novembro de 2016 e trinta e um de janeiro de 2017. -----

----- E cumpre-me, necessariamente, realçar alguns aspetos que pela sua importância deixaram uma marca na Cidade de Lisboa, nos lisboetas e em todos quantos usufruem da cidade.-----

----- Atendendo à intervenção do maior partido da oposição, tudo está bem, *everthing is fine, everthing is ok*, tudo decorre às mil maravilhas.-----

----- Senhor Presidente, Senhores Deputados, o corolário da visão deste executivo de que a cultura é um investimento, não é uma despesa e assenta na perfeição quando falamos da maior Biblioteca Municipal de Lisboa, que é a Biblioteca de Marvila algo de que a população carecia e fez questão de demonstrar, no momento da abertura das portas, deste investimento de 3,5 milhões de euros. Mas a importância da Cultura na cidade não se esgota por aqui. Por isso, merece destaque Lisboa ser, em 2017, a Capital Ibero-americana da Cultura com uma com uma panóplia de programas de elevada qualidade, destacando-se como faz o Senhor Presidente na sua informação escrita, a exposição de ilustração ibero-americana nas bibliotecas Orlando Ribeiro, Coruchéus e Camões, bem como a exposição de Demián Flores no Padrão dos Descobrimentos. -----

----- Mas Senhora Presidente, Senhores Deputados, não basta fazer, há que dar continuidade ao trabalho, por isso, sabemos daqui a 3ª Edição das Olisipiadas, o envolvimento de todos os agentes desportivos da cidade e a consolidação desta iniciativa, são um marco notável, e o cumprimento de um dever para com as gerações vindouras, garantindo que se incute, desde cedo, o gosto pela prática desportiva, e se combatem, assim, problemas cada vez mais comuns nas camadas mais jovens da população. -----

----- Falar das Olisipiadas é falar, naturalmente, da candidatura de Lisboa, a Capital Europeia do Desporto, em 2021, o que, desde já, se saúda. -----

----- Senhor Presidente da Câmara, já que hoje debatemos, nesta Assembleia, a questão do policiamento de proximidade, também, por isso, e para memória futura, queremos, aqui, realçar que na informação escrita, vossa Excelência, o projeto iniciado em novembro último, desta feita, no Bairro Padre Cruz, na Freguesia de Carnide, projeto este de licenciamento comunitário, cujo objetivo assenta num trabalho de parceria entre a Polícia Municipal e a comunidade local, identificando e resolvendo, conjuntamente, problemas relacionados com a segurança local.-----

----- Ainda no âmbito da segurança, e a talhe de foice, a menção natural ao reforço do contingente da Polícia Municipal em cerca de meia centena de efetivos vindos da PSP.

----- Acabou o mito. E, já mesmo os mais cétricos dão o braço a torcer e reconhecem, ou deveriam reconhecer, as mais-valias e melhorias alcançadas.-----

----- Senhora Presidente, Senhores Deputados, não nos prenderemos na imensidão das obras lançadas, mas antes nas obras concluídas, sem conseguir ao certo apurar qual destas é em maior número, se umas, ou outras, mas com uma certeza, a certeza de que vale a pena, por uma questão de decoro, limitar-me-ei a um par de exemplos concretos: -----

----- O Jardim Avelar Brotero, em Alcântara, cuja requalificação não deixou de ter em conta a preservação da estrutura original do jardim, mas que recebeu novos

equipamentos na praça central, desde o parque infantil ao mobiliário urbano, o facto de terem sido pavimentados os percursos e as áreas pedonais, tendo ainda sido renovada a totalidade das áreas verdes, tudo de forma a reconstituir a imagem pré-existente. -----

----- O segundo exemplo não podia deixar de ser o já, aqui, referido, também, pelo Senhor Presidente na sua intervenção, o novo Eixo Central de Lisboa. Senhor Presidente Doutor Fernando Medina, bem-haja. A persistência e determinação de Vossa Excelência foram fatores decisivos para que esta obra se concluísse. Quem não se lembra das explicações que foi compelido a dar a toda a imprensa, aquando do início das obras? Quem não se lembra da desgraça que se iria abater sobre a Cidade de Lisboa? Que malvada e triste sorte era a nossa, em ter toda a sorte de um Presidente como vossa Excelência. -----

----- Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Lisboa agradece o serviço prestado. Graças à obra do novo Eixo Central de Lisboa, foram alcançados os objetivos fundamentais. Hoje, temos a diminuição do ruído, o aumento da área pedonal, a criação de passeios mais confortáveis, mais ciclovias, mais zonas verdes. Tudo isto permite assegurar que foi, ainda, alcançado o objetivo estratégico definido no conceito Lisboa, Cidade de Bairros. Melhoria das acessibilidades e situação pedonais, de modo a desenvolver uma rede pedonal contínua, segura, eficaz, multifuncional e de acesso universal, contribuindo para a implementação do Plano de Acessibilidade Pedonal de Lisboa. -----

----- Senhor Presidente da Câmara, o Plano Municipal dos Mercados de Lisboa 2016-2020, foi abordado na nossa última sessão da Assembleia Municipal, daí que não se possa deixar passar em claro, uma referência ao trabalho do executivo, neste aspeto, tão importante para a revitalização da cidade. Os mercados de Lisboa, a sua marca distinta e a visão integrada e singular que cada um merece, é sinal da boa administração, e mais. É sinal de uma prática que o executivo a Vossa Excelência preside, concretiza, e bem, o da boa cooperação institucional. Isto porque o Plano Municipal dos Mercados de Lisboa é municipal, mas é levado a cabo com as vinte e quatro Juntas de Freguesia, com todos os comerciantes, numa postura evolvente, pró-ativa, inclusiva e participativa. Postura inclusiva e pró-ativa. -----

----- É nos momentos difíceis que vemos quem nos quer bem, e nunca podemos olvidar que a nossa primeira função é auxiliar quem mais precisa de nós. Estou certo que nenhuma força política se opõem, nesta Assembleia, ao protocolo de parceria celebrado entre a Câmara Municipal de Lisboa e o IPO, com vista à melhoria do atendimento, do acolhimento, da segurança dos doentes e das condições dos profissionais de saúde que ali exercem a sua atividade. Mas, Senhor Presidente, se ninguém se opõe, haja alguém que o diga e que o congratule, porque se bem que se deve criticar quando está mal, há que reconhecer quando se pratica o bem, de forma singela mas sentida, pelo IPO ficar em Lisboa, o nosso muito obrigado. -----

----- E já que estamos em maré de reconhecer o que está bem, aproveitamos para referir que nos associamos ao feliz momento em que a Carris voltou ao que já devia ter sido, uma empresa gerida pelo município. Naturalmente, que a empreitada é

imensa, mas estamos certos que o município está preparado para a tarefa o que, aliás, já se vislumbra com as imediatas alterações introduzidas e, ainda, anunciadas há pouco. Esperemos que os restantes operadores estejam à altura do desafio que, também, se lhes coloca, o que estou certo, sucederá.-----

----- Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente Doutor Fernando Medina, percebemos todos que o ano 2017, é um ano que ficará gravado na memória de todos os lisboetas. Bem sei que já alguns Deputados estão a cogitar que me preparo para falar no processo eleitoral autárquico, mas não me atreveria a fazê-lo. Nem tão pouco me vou referir aos indicadores económicos que revelam que, afinal, há outro caminho, outro rumo para Portugal, sem cortes, com crescimento económico, ou com o menor défice da nossa história, na verdade, vou chamar à colação o ano de 2003, é que 2003 e 2017 têm algo em comum. -----

----- Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente da Câmara, que gosto é saber, finalmente, que a Feira Popular vai voltar, e voltará numa casa condigna mas que, como nos assegurou, manterá a identidade da nossa feira, mas com modernidade e visão de espaços verdes.-----

----- De igual modo, manifestar o gosto em poder voltar a desfrutar do Pavilhão Carlos Lopes, mais uma vez, assistimos a uma intervenção que reabilita o espaço, preservando a nossa história. Não posso deixar de realçar porque tantas vezes foi posto em causa, nesta Câmara, que é um gosto ver que, afinal, estão num sítio os azulejos originais, mas restaurados, os elementos decorativos, torreões, e até o Salão Nobre. Mais uma vez, o tiro saiu pela culatra. Mais uma vez se apregou aos sete ventos e marés que seria a desgraça e o fim do mundo, mas agora, concluída a obra, pasme-se, até ficou bem, tudo preservado como havia sido assegurado, dentro do prazo e dentro do orçamento. -----

----- Conhecendo estas peripécias que de dificuldades não podem ser apelidadas, não posso deixar, não posso senão, daqui expressamente, congratular o trabalho de Vossa Excelência e toda a equipa que consigo permitiu concretizar mais esta obra emblemática para a Cidade de Lisboa.-----

----- Para finalizar, Senhor Presidente, queria, ainda, reportar-me ao Teatro Capitólio, também, já aqui referido pela Senhora Deputada do PPD-PSD, quer ao Teatro Variedades, ambos no Parque Mayer, pois é esperado que ambos ganhem uma nova vida, também, este ano. -----

----- Senhora Presidente, Senhores Deputados, como disse, percebemos todos que o ano de 2017, é o ano que ficará gravado na memória de todos os lisboetas, e que 2003 e 2017, têm algo em comum, Senhor Presidente Doutor Fernando Medina é que, enquanto em 2017, sob a Presidência de Vossa Excelência, é o ano em que voltamos a ter em Lisboa a Feira Popular, o Pavilhão Carlos Lopes e Parque Mayer, foi em 2003 que Lisboa deixou de ter a Feira Popular, o Pavilhão Carlos Lopes e o Parque Mayer. -

----- A cidade está-lhe agradecida. Não nos esquecemos de quem praticou o bem. -----

----- Bem-haja. -----

----- Disse.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Cara Senhora Presidente, Secretários, Caro Senhor Presidente da Câmara, Vereadores, Caras e Caros Deputados Municipais, Cidadãs e Cidadãos presentes. -----

----- Esta informação é uma vez mais, e com a clareza que devemos a nós, e aos cidadãos e munícipes, é um espelho do trabalho desenvolvido, neste período. -----

----- Eu encarei alguns aspetos diferenciadores, na nossa perspetiva, da vida quotidiana desta urbe. -----

----- A questão da Carris já amplamente discutida, é uma volta a casa, volta a casa porque é a volta àquilo que nos quer bem, ao nosso bem-estar, ao nosso espaço de pertença, há sim, um espaço de pertença quando crianças que, há bem pouco tempo não iam para escola senão a pé, e isto passava-se em Lisboa porque os pais não tinham dinheiro para pagar a despesa mínima, e é também volta a casa porque a assinatura deste memorando, e com a assinatura deste memorando, a Câmara Municipal assegura direitos básicos aos munícipes, a todos os munícipes, facilitando e, nalguns casos, possibilitando as suas deslocações diárias. E estamos sempre bem quando estamos de volta a casa. -----

----- Lisboa, Cidade dos Bairros, a requalificação da Avenida da República, da Fontes Pereira de Melo e das Praças do Saldanha e Picoas, toda a gente sabe que eu vivo naquela maravilhosa zona, há sessenta e um anos, com intermitências, é claro, é da vida, e isto promove um espaço urbano mais inclusivo, porque dotado de grandes áreas pedonais, número significativo de pedovias, ciclovias a par de um corredor verde e arborizado, que é inspirador. Àqueles de nós que vivemos há muito tempo nas Avenidas Novas, isto é um regresso não passadista, mas é, de facto, um regresso a uma infância onde nós brincávamos entre os quintais e as placas, e é sempre bem-vindo este regresso a casa. -----

----- No que diz respeito à saúde, elencarei três aspetos: -----

----- A Unidade de Saúde Familiar da Baixa, recentemente inaugurada e a cedência do terreno ao IPO, por parte da Câmara Municipal de Lisboa que cumpre, a nosso ver um desígnio do serviço cidadão que nos apraz, imensamente, registar. -----

----- Fazendo, agora, uma aproximação à questão cultural, três 3 aspetos: a abertura da Biblioteca de Marvila, a Lisboa, Capital Ibero-americana da Cultura 2019 e o lançamento da 1ª pedra da Feira Popular, constituem, a nosso ver, em setores bem diferentes de abordagem cultural, um marco decisivo. -----

----- José Enrique Rodó afirmava uma frase que eu digo, muitas vezes, aos meus alunos e entre família; *‘Cada um de nós é sucessivamente não um, mas muitos’*. Pois bem, são estes variados ‘eus’ que se elevam numa biblioteca, numa exposição ou num simples parque de diversão. -----

----- Finalmente, a justíssima homenagem a Nuno Teotónio Pereira, arquiteto e pessoa de bem e do bem, a quem, talvez, pudéssemos dedicar uma lindíssima canção de Mário Lúcio, ex. Ministro da Cultura de Cabo Verde, amizade, saudade e compaixão. -----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Gabriel Fernandes (CDS-PP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores. -----

----- Quem ouviu falar, agora, aqui, o Senhor Presidente da Câmara deve achar que está na cidade maravilhosa. Da forma como descreveu o Eixo Central quer dizer que não tem lá passado muito tempo, não tem ido lá. O Eixo Central, das vezes que eu lá passo, e são muitas, está um caos; o trânsito, a zona envolvente, o estacionamento, nem se fala, portanto, deve estar num outro Eixo Central que não é este que eu estou a falar. -----

----- Entretanto, tem-se visto, também, problemas em relação aos autocarros de turismo que não encontram zona para estacionar, e mal param, são multados em cento e vinte euros em qualquer sítio que tentem parar. Portanto, esta era uma questão também muito importante, que eu trago, aqui, parece que é novidade e parece que vai haver uma manifestação destes operadores. -----

----- Em relação a outros operadores de turismo, em Lisboa, também tem havido uma perseguição policial como se de bandidos se tratassem. Falo dos Uber’s, falo dos Tuk Tuk’s, e outros operadores que andam na nossa cidade. -----

----- Em relação à municipalização da Carris, as pessoas esquecem-se, se calhar, porque é que ela foi nacionalizada. Não temos dados sobre a sustentabilidade financeira da Carris, a Câmara não sabe quanto é que a Carris vai ter que faturar para não ter que ir empenhar os recursos da própria Câmara, mais tarde. E eu não sei se a Carris não terá um futuro negro. Deus queira que não. Pode comprometer muito do futuro, das receitas da Câmara e da saúde financeira que tem sido apregoada que existe, neste momento. -----

----- Em relação ao documento que está na base desta análise, a primeira observação que fazemos revela-se frustrante porque incorpora um conjunto de dados ocultos que, desde já, o CDS-PP lamenta, como é o caso de não mensurar o valor do reforço das dotações para a cobertura dos compromissos não executados apurados no fecho de execução do orçamento de 2016. Outras taxas, outras despesas, outras receitas, são exemplo de um léxico cada vez com mais peso nestas apresentações, parece que é tudo, outras taxas, outras coisas. -----

----- Estes dados consubstanciam o grau de certeza na elaboração do Orçamento para 2017, e permitem aferir da liquidez que varia no final do ano de 2016. No descritivo da cobrança da taxa municipal de proteção civil, percebe-se que houve, algumas, dificuldades. Lê-se, por exemplo, que foram anuladas quatrocentas e vinte notas de liquidação no valor de cerca de duzentos e cinquenta e um mil euros, sem se explicar o motivo. Portanto, consideram esta situação como normal, o que não me parece. Em caso afirmativo, o que pensa a maioria PS fazer para evitar anulações de receitas e promover de forma clara e justa, a cobrança do que lhe é devido? -----

----- Na análise de execução financeira confirma-se o aumento da arrecadação de receita dos impostos diretos, mais 3,3% face ao homólogo 2015, correspondente a

mais de 12 milhões de euros. Mas a diferença entre o liquidado e a cobrança efetiva é de 12 milhões de euros. -----

----- Na receita proveniente de atividade, confirma-se um aumento muito significativo face a período homólogo, cerca de 4%, o que corresponde a um aumento de 21 milhões de euros, ou seja, só nestas duas rubricas o município arrecadou mais 33 milhões de euros.-----

----- Mas eis que somos surpreendidos pelo valor arrecadado com a venda de património que é, agora, inferior em cerca de 49 milhões de euros face ao valor apurado em dezembro de 2015. Portanto, à medida que o regulamento se aproxima as vendas de património vão descendo.-----

----- Mas não foi só esta rubrica de receita de capital que cresceu bastante. No global só foram arrecadadas cerca de 22% do valor orçamentado para 2016, pelo que as receitas de capital cresceram 87 milhões de euros. -----

----- Entretanto, o Vereador das Finanças nunca apresentou, que se saiba, uma alteração orçamental que refletisse esta realidade. Para haver rigor e fiscalização destas matérias, por este órgão, é fundamental que o valor orçamentado seja realista. Se a meio da execução se verifica um desfasamento tão acentuado, tal revela uma falta de rigor ao inscrever estes dados. Portanto, é a tal opacidade que tem sido prática corrente. -----

----- Graças ao forte ataque fiscal aos munícipes, o resultado global é ligeiramente superior ao valor final de 2015, mas abaixo do previsto por este executivo. -----

----- Observando as taxas de execução da despesa, percebe-se onde foi gasto o dinheiro arrecadado ao longo de 2016. Face a 2015, o valor de aquisição de bens e serviços aumentou 4,4%, mas as duas rubricas tiveram comportamentos orçamentais díspares, a aquisição de bens baixou e o montante gasto, em serviços correntes aumentou, destacando-se entre estes estudos e consultorias de 1,1 milhões de euros, em 2015, passou para 1,7 milhões de euros, em 2016. O montante gasto nos encargos com a cobrança de receita, também, tem vindo a aumentar de 8,6 milhões de euros, em 2015, para 9,9 milhões de euros, em 2016. -----

----- O CDS pede que lhe seja facultado informações sobre o retorno deste investimento, ou seja, os 9 milhões.-----

----- À semelhança do que se passa no país e, como ouvimos, aqui, hoje, pela apresentação do nosso Presidente, tal como o António Costa vive no país das maravilhas, Fernando Medina vive na cidade maravilhosa, embora não seja o Rio de Janeiro, mas é a cidade maravilhosa. -----

----- Pouca publicidade e opacidade na governação, e muita festa e propaganda para o povo, tem sido o mote. Muita cosmética e pouca estratégia, pouca cirurgia e pouca maquilhagem e, se calhar, pelo mesmo preço.-----

----- Os destinos da cidade são cada vez mais um jogo de soma nula, o que uns ganham, os outros perdem. A governação da cidade deveria ser antes um jogo de soma positiva, um jogo em que todos ficam a ganhar. -----

----- O CDS-PP como sabem, tem na sua estratégia, tem sido sempre o mesmo mote, ouvir Lisboa e ouvir os lisboetas. Sobre cultura, o que se passa é que há muitos decisores para os poucos resultados que se têm obtido.-----

----- Sobre a habitação, este é um dos problemas mais graves que nos agita. Ouvir Lisboa na intervenção social em rede com as pessoas. Há mil e seiscentos fogos vazios e temos famílias lisboetas a viver em automóveis.-----

----- Ouvir Lisboa sobre comércio e restauração. Isto é o que o CDS-PP tem estado a fazer, e sempre fez. Há lojistas no Eixo Central, por exemplo, cuja faturação baixou 70%.-----

----- Ouvir Lisboa sobre segurança. Um dos melhores especialistas em sismos, português, diz que vivemos sobre um barril de pólvora. Já era tempo de fazer cumprir o regulamento que existe sobre esta matéria, na construção e na conservação dos edifícios.-----

----- Sobre a proteção civil e segurança, poderíamos estar a falar, aqui, semanas. Numa altura em que fogem presos das prisões, desaparecem armas da polícia, há redes criminosas internacionais que se instalam aqui, há todo um investimento por fazer em matéria de segurança, desde a videoproteção até ao policiamento de proximidade.-----

----- Com certeza que todos sabem, que um dos fatores determinantes em matéria de turismo e valorização das cidades tem a ver com a perceção da segurança. Este é um fator que parece estar a ser desvalorizado. Não é pelo facto de a PSP ter uma nova frota de BMW's que essa perceção de segurança vai aumentar.-----

----- Obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Imprensa, Público em geral.-----

----- Está-se a falar muito daquilo que são os êxitos, e esses êxitos, da Câmara, não devem ser escamoteados, nem os êxitos, nem as coisas que estão a ser postas de lado, e que não estão a ser feitas e que deviam estar a ser feitas.-----

----- Sem dúvida que a Carris é um dos maiores êxitos, e sempre apoiámos, e continuaremos a apoiar, a municipalização da Carris e o seu Presidente da Câmara está de parabéns relativamente à Carris, assim como, está de parabéns relativamente à concretização de muitas das obras que têm sido feitas, embora reconheçamos que, a forma como têm sido feitas, têm gerado algum caos que, na nossa opinião, era desnecessário. Quando ficam feitas, estão feitas, está tudo bem, esquece. Mas as coisas podiam ser organizadas de forma diferente.-----

----- Relativamente às questões da informação, propriamente dita, e antes de passar a isso, eu gostava de lembrar que o projeto da 2ª Circular deverá ser retomado o mais rapidamente possível e, provavelmente, será mais uma fonte de dor de cabeça para os lisboetas, embora acredite que, no fim, tudo estará bem.-----

----- Relativamente ao documento, queria chamar a atenção para o ponto em que se fala do *Claim Adapte*. Nós estamos a ver, e para quem vê os noticiários, com certeza, que tem reparado a forma como o planeta está a reagir ao aumento da temperatura média. Um dos factos mais impressionantes que gostava de chamar à colação e à memória de todos, é o que está a acontecer na Califórnia, porque é uma zona que aparentemente está com problemas de seca gravíssimo e ao mesmo tempo, está com problemas de inundações gravíssimos. Isto é, reconhecidamente, um dos pontos mais importantes das alterações climáticas. Aquilo que terão reparado que aconteceu na barragem *Oroville* é aquilo que poderá acontecer, em Lisboa, poderá acontecer em Lisboa, eu falo, especificamente, neste momento, relativamente às próximas bacias de retenção que estão a ser planeadas no Plano de Drenagem da cidade. -----

----- Eu questiono-me, e irão seguir algumas perguntas à Câmara para resposta, nessa matéria, eu questiono-me se os dimensionamentos que estão a ser feitos, atualmente, das bacias de retenção se levam em linha de consideração tudo o que está a acontecer, neste momento, com a gravidade com que está a acontecer? Ou se estamos a manter um projeto com dimensionamentos que foram feitos à não sei quantos anos? -----

----- Eu chamo particular atenção para esta situação porque é algo que poderá ser bastante grave, bem como, se viermos a ter essas situações de seca extrema, se estamos a aproveitar a água das bacias de retenção para usos, depois, como lavagens, regas, e por aí fora. -----

----- Relativamente àquilo que não está na informação e que eu gostava de ver, e que não está neste momento, mas eu espero que venha a estar ainda, na próxima informação escrita, eu queria referir alguns aspetos. Queria referir o aspeto da evolução do turismo. Ainda, hoje, tivemos aqui uma discussão relativamente às questões da tauromaquia, e deixe-me dizer-lhe que turismo e tauromaquia, nos dias que correm, são coisas incompatíveis, e certamente, que Lisboa não vai querer ser conhecida como uma capital onde, ainda, se pratica tauromaquia. -----

----- Existem boicotes a muitas cidades, espero que Lisboa não venha a ser sujeita a isso, mas o primeiro passo é não se fazer publicidade por uma organização de turismo, relativamente, a esta prática. -----

----- Ainda, na causa animal, as coisas que nós gostávamos que estivessem a acontecer, e que não estão. E aí, devo dizer que o Senhor Presidente da Câmara falou de que estaríamos, eventualmente, a ser demasiado radicais. Eu acho que não estamos a ser radicais, sempre temos tido uma postura de diálogo, e continuaremos a ter, mas existem situações em que não devemos pactuar só porque costuma ser assim. Há coisas que têm que ser alteradas, e essas coisas que têm que ser alteradas, e devem ser alteradas, se num dado momento acha que estamos a ser radicais, se calhar questiono se não deverão ser alteradas. E, aqui, começamos pelo Regulamento Animal do Município de Lisboa. Na altura, também, muitos pensaram que estaríamos a ser radicais. O problema é que tem que existir um regulamento animal para as coisas funcionarem como devem funcionar. Nós, hoje, temos, por toda a cidade, uma incompatibilidade entre o bem-estar animal, e a regulamentação que não existe, e que deveria existir num Regulamento Animal do Município de Lisboa. Hoje em dia são

feitas, muitas vezes, denúncias às autoridades policiais, e as autoridades policiais ficam sem saber o que fazer; têm cães atados a correntes, têm animais confinados a espaços reduzidíssimos, com pouca comida e bebida, temos os problemas de entrada de animais nos estabelecimentos comerciais e transportes públicos que, ainda, estão, de certa forma, à descrição das entidades, e não é dada uma diretiva pelo município para que o comércio possa atuar e, portanto, existem uma série de questões que gostaríamos que, realmente, fossem consideradas e gostaríamos de ver resolvidas.-----

----- Nós, como se viu aqui, há um ano atrás, tivemos bastante tempo em contactos com a Câmara para a criação de um regulamento municipal. O regulamento municipal chegou a um ponto de impasse. Tentámos que ele fosse recomendado pela Assembleia para que a Câmara pudesse pegar nele e construir, a partir daí, um documento útil para a cidade, tal não veio a acontecer, mas espero que possa, ainda, vir a acontecer para bem da cidade.-----

----- Existe, ainda, a questão da expansão do canil e da casa dos animais. Estamos em rutura relativamente às dimensões, e seria bastante útil que isso fosse decidido, fosse divulgado o que é que se está a pensar nessa matéria.-----

----- Eu conheço o que era, aqui há um tempo, a ideia do Senhor Vice-presidente, nessa matéria. Neste momento, não sabemos, mas este assunto fica, cada vez mais, urgente, e creio que deveria ser retomado, o mais depressa possível.-----

----- Estamos portanto, em 2017, passou-se já bastante tempo, e há bastantes questões que continuam a ser as mesmas questões que eram, há quatro anos atrás, e isso é uma pena que não se tenha podido avançar mais e, portanto, eu, para terminar, deixava, de novo, o apelo ao Senhor Presidente da Câmara para que as várias questões que têm a ver com o bem-estar animal, possam ser retomadas, possa ser retomado o diálogo, não só com o PAN, mas com as associações animalistas da área, e que possamos ter uma cidade mais feliz, não só para os humanos, mas também para os animais que conosco coexistem.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sofia Vala Rocha (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Ora, muito bem. Este documento diz informação escrita do Senhor Presidente, mas, em bom rigor, devia chamar alocução trimestral do Senhor Presidente sobre a Carris, porque parece ser o único tema. Isto, na verdade é uma repetição da última alocução, mas em pior, porque há aqui uma diferença é que o Senhor Presidente, quando cá veio apresentar, disse que as crianças iam estar isentas de pagamento. E descobriu-se a alteração da última alocução para esta, é que afinal, as crianças pagam. E quando esta notícia foi dada e fiquei um bocado preocupada. É que, com este governo, há menos cinquenta e cinco mil crianças a receber abono de família e, portanto, não há garantias nenhuma que as crianças venham a ser bem tratadas, com este novo regime. Portanto, isto acerca da Carris. É uma alocução, mas em pior. -----

----- Em segundo lugar, dizer que o Senhor Presidente acerca da Praça de Espanha, e do IPO, que aquele terreno é municipal. Era, mas está prestes a deixar de ser, porque esta questão já nós analisamos, aqui, na Assembleia. Em relação a isto, aliás, é esta

questão do IPO, eu já tive a oportunidade de dizer, aqui, e vou repeti-lo, sumariamente, em relação ao IPO, de facto fala-se muito do IPO e muito pouco, na hasta pública, que esta Assembleia aprovou aqui, sem os votos do PSD, e que se trata de vender aquele terreno municipal, onde estavam os feirantes, vai à praça por dezasseis milhões e meio de euros, e como nós aqui, na Assembleia nós não analisamos muitas propostas de dezasseis milhões e meio de euros, eu arriscava-me a dizer que isto está no *Top Ten* dos bens municipais mais valiosos, e quando se fala do IPO esquece sempre disse que vai ser vendida, em hasta pública, aquela parcela municipal. Portanto, o Senhor Presidente há pouco disse, aquele é municipal. Era. Há-de deixar ser. -----

----- Eu sei, e lamento que o IPO seja sempre usado como fachada para a venda de um ativo municipal de dezasseis milhões e meio de euros. -----

----- Em terceiro lugar, e relativamente à Feira Popular, aqui na página seis, onde fala da Feira Popular, bem, para início de conversa tem um erro de português, daquelas elementares, daqueles que até faz doer, porque confunde traz, do verbo trazer, é aflitivo ‘tão boas recordações trás’ escrito com um ‘s’, eu não sei se isto são lapsos de língua, de andar para trás, o que seja, mas adiante. Aquilo que é dito é que as obras são perguntas concretas que nós gostaríamos de ver respondidas. Aqui diz que as obras começaram no dia três de novembro, nós gostaríamos de saber em que ponto estão, primeira pergunta. São objetivas, queremos respostas. Em que ponto estão?-----

----- Em segundo lugar, como correu a apresentação que foi feita na sexta-feira, na Câmara Municipal de Lisboa? Apareceram muitos investidores? Sim, não, qual é a ideia, o que é que já há de concreto? -----

----- Relativamente à apresentação de hoje, a tal que a minha companheira, Rosa Carvalho da Silva, se referiu que foi feita integralmente em inglês, e que terá sido mais concorrida mas, objetivamente, qual é o ponto de situação? Já passámos da fase em que se diz que há lá um terreno, em Carnide, e queremos um parque temático? Há alguma evolução? Objetivamente. -----

----- Quanto à Freguesia das Avenidas Novas, eu discordo de algumas coisas que tenho ouvido, relativamente a isso e, explico porquê. De cada vez que se colocava a pergunta se aquilo ia ficar bonito, eu interrogava-me sempre se não era uma pergunta um bocadinho parva, porque é um bocadinho como se perguntar se um Ferrari é bonito. Lá bonito é, mas a questão não é essa. Eu acho que há alguma mistificação relativamente ao Eixo Central que é uma freguesia que eu conheço bem, e para início de conversa, aquilo que eu quero dizer é que eu gosto muito da Avenida da Liberdade, vou lá muito de vez em quando, muito de vez em quando, vou de Metro, com calçado para andar, eu não tenho dinheiro para viver lá, vive o Cristiano Ronaldo, eu não posso. Gosto de lá ir, de vez em quando, também, muito raramente compro lá alguma coisa, também, cafés não tem muitos. Muito, de vez em quando, faço aquela artéria. Mas aquilo devia de ser uma exceção na cidade, não se devia prolongar. E como eu conheço bem a Freguesia das Avenidas Novas sei o que estou a dizer. O que se está a fazer é a puxar a Avenida da Liberdade quase até Entrecampos. Porque aquilo está bonito, isso eu garanto-vos, aquilo está bonito, mas está a ficar igualzinho à Avenida

da Liberdade, porque tem um prédio reabilitado. Um. Eu já pensei, por brincadeira, ligara para lá para saber quanto é que aquilo custa. Aquilo até tem uns letreiros em chinês. Há um, um prédio reabilitado. O Ronaldo, ainda, não pôs os olhos naquilo. Deixemo-nos de brincadeiras. Aquilo está bem, mas é puxar aquilo que só estava na Avenida da Liberdade cá para cima. Eu parava, muitas vezes, à frente do *Macdonald's*, porque tenho crianças, para eles irem lá dentro buscar umas coisas às vezes, em situações de pressa. Deixei, não há como. Os comerciantes da zona estão aflitos, então nós não temos onde pôr os carros. Os moradores se alguém quiser ir fazer a brincadeira de nascente, ou a ponte, ir às paralelas, vão ver a aflição que aquilo é. Os carros estão todos em cima dos passeios, porque as pessoas moram ali e têm do os pôr em algum lado. Eu, por acaso, já tirei fotografias, várias, é na Defensores de Chaves, é por todo o lado. Depois, põem pilaretes e depois, as pessoas dão umas marteladas nos pilaretes e põe lá os carros. Aquilo é aflitivo. Isto sobre a questão das Avenidas Novas. -----

----- A questão de princípio é que há uma ideia para aquilo, há uma ideia que é puxar a Avenida da Liberdade, e puxam, tanto, tanto, que um dia destes nós não temos, quer dizer. Eu à Avenida da Liberdade vou pouco, e ali há de acontecer. Havia uma esplanada jeitosa a *Versailles*, também, acabou-se com aquilo. -----

----- Há pouco, respondendo ao Deputado Manuel Lage, falou num bairro, com a devida vénia, aquilo não é um bairro é a 5ª Avenida. Entendamo-nos. -----

----- Para terminar e, relativamente ao Pavilhão Carlos Lopes. Está interessante. Foi feita uma recuperação, eu tenho é, aqui, uma dúvida eu conhecia bem um vídeo que passou num programa da SIC que é o programa Abandonados, 2014, em que o Senhor Vereador Manuel Salgado explicava que aquilo era tudo muito difícil de se fazer, e que até se podia fazer, e que até se podia fazer, mas o projeto todo concluído, custava cinquenta milhões. O vídeo, quem quiser, é Abandonados, Pavilhão Carlos Lopes vai lá e vê, não tem nada que enganar. -----

----- Ainda bem que o projeto se fez, o Senhor Presidente diz que aquilo custou três milhões, ainda bem que não custou cinquenta milhões, o resto se verá, mas, de facto, há coisas por explicar, havia uma ideia de cinquenta milhões, o Senhor Vereador declarou isso à televisão. Desapareceu tudo e, agora, já ninguém se lembra. Mas enfim, teremos tempo para analisar estas questões. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Nuno Abreu (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Ora, muito obrigado Senhora Presidente, Caros Deputados Municipais, Senhor Presidente, Senhores Vereadores. -----

----- Senhor Presidente, o Aeroporto Humberto Delgado está, hoje, a caminho da sua saturação e sem possibilidades de expansão e, creio que nisto, estamos os dois de acordo. Contudo, a solução apresentada, a adaptação da Base Aérea do Montijo não faz cumprir as obrigações da empresa concessionária, logo em primeiro lugar e, uma situação também muito importante é que não cumpre e não respeita os estudos técnicos feitos e realizados, para analisar uma situação deste género. -----

----- E depois, uma outra, ainda, mais grave, tem a ver com o não cumprimento das necessidades de resposta que o crescimento do tráfego aeroportuário impõe, ou seja, a construção de um novo aeroporto. -----

----- Em suma, estamos a falar de uma solução limitada, do ponto de vista técnico e, naturalmente, do ponto de vista da perspectiva de crescimento do tráfego aeroportuário como acabei de referir. -----

----- Senhor Presidente, o país não pode ficar durante cinquenta anos sem receitas aeroportuárias e, no final desse período, ficar, também, sem o novo aeroporto de Lisboa. -----

----- A pressão colocada, nos últimos anos, com o aumento significativo do turismo e do tráfego aéreo, associado às limitações que têm estado presentes no plano do investimento público, não devem dar lugar a decisões precipitadas que hipotecam o desenvolvimento do país, mas antes sim, à adoção das medidas que, respondendo aos problemas do presente, não comprometam o futuro. -----

----- Senhor Presidente, em nosso entender não existe razão para os festejos, aqui, manifestados pelo Senhor Presidente na sua apresentação da informação escrita, porque estamos perante uma solução que de uma forma bastante clara, demonstra que é uma multinacional que está a definir os interesses do investimento estratégico que o país necessita. E isso, em nosso entender, é muito grave e é altamente lamentável. -----

----- Um outro assunto que gostaria de colocar, para terminar, tem a ver com o restaurante panorâmico de Monsanto, e deixar esta pergunta ao Senhor Presidente, quais são os planos do município para a dinamização e recuperação deste espaço?-----

----- Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- Senhor Presidente, agora é a sua vez para responder.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- Quero agradecer todas as questões e todas as perguntas, e quero dizer à Senhora Deputada do PSD, Rosa Silva que, também, tinha saudades suas, também tinha saudades suas, e que gostei muito de a ouvir, embora tenha ficado surpreendido como é que uma Deputada do PSD pode falar sobre a Feira Popular, falar sobre a Feira Popular, sem ser para dizer ‘ainda bem que a feira está a voltar’, porque qualquer outro pronunciamento do partido que teve responsabilidade pela decisão de encerrar a Feira Popular na cidade de Lisboa, de colocar um ónus, do ponto de vista financeiro, durante anos que foi preciso desbloquear, muito recentemente, é precisamente o PSD. -

----- E, por isso, fazer uma crítica à língua sobre a qual se utiliza numa reunião de trabalho com investidores, Senhora Deputada, eu até me apetecia, se fosse necessária, até em francês falaria, não teria a mesma eficácia, mas o que nós estamos a fazer é falar com os investidores para conseguir desenvolver o projeto da nossa Feira Popular. Por isso, outra palavra que não fosse uma saudação de regresso da Feira, e tudo o que está a ser feito pela feira parece, de facto, aliás, surpreendente. E vindo de um deputado do PSD. -----

----- Relativamente ao Deputado Ricardo Robles, o projeto da 2ª Circular teve um desfecho contra a vontade do executivo. Tive a oportunidade de o dizer, aqui, mais que uma vez, a decisão que nós tivemos que tomar, uma decisão contrária à nossa vontade, e resultou de uma situação totalmente alheia à nossa vontade, e à nossa ação, que está totalmente expressa e, cabalmente expressa na decisão que a câmara adotou que procedera à não adjudicação do concurso. Eu creio que esse documento é do conhecimento dos Senhores Deputados, se não for dos Senhores Deputados, eu, obviamente, que o farei chegar, ainda, hoje, aqui, à Assembleia, e ao Senhor Deputado Ricardo Robles porque é um documento que a Câmara ao não aprovar a não adjudicação faz, aquele documento, um relato exaustivo de tudo o que aconteceu e por que razão é que só tínhamos aquela decisão para tomar. -----

----- Agora, anunciei, na altura, dois elementos, um que era a realização de obras de urgência que estavam contidas no grande plano, e essas estão a decorrer, em várias áreas. Segundo, o inquérito que, ainda, continua a decorrer para apuramento, avaliação, se há, ou não, outros indícios que justifiquem que tenham como consequência, outra que não o ato administrativo de não proceder à adjudicação, e isso pareceu-me que não, que deveríamos avaliar, através de inquérito interno, antes de qualquer alijar de responsabilidades sobre essa avaliação. E, depois, coloca-se a questão do futuro. Eu continuo a achar que o projeto da 2ª Circular e a requalificação da 2ª Circular é um projeto essencial à vida da cidade. Mas deixe-me dizer-lhe mais.---

----- Eu acho que nós devemos aproveitar o tempo para refletir sobre o projeto, porque eu que defendi tanto o projeto da 2ª Circular, aquele projeto, o nosso projeto, o projeto do executivo, tenho que lhe confessar uma coisa, Senhor Deputado, eu não desgosto da sua ideia para a 2ª Circular, e acho que a sua ideia para a 2ª Circular deve ser estudada, e merece um estudo sério, e tanto merece um estudo sério, ainda, para mais, agora, que o município tem a Carris na sua posse, ainda para mais, agora, nós temos a Carris na nossa mão, é, aliás, um extraordinário exemplo de como é que nós poderemos proceder, pensar e imaginar, e do desafio que nos está lançado, que é a integração entre o serviço de transporte público e a via pública, principalmente, num eixo daquela natureza.-----

----- E, por isso, a razão de não ser reapresentado um projeto, exatamente, nos mesmos termos com que o apresentamos, e ser aberto um procedimento, também decorre da avaliação que estamos a fazer, no sentido em que que o Senhor Deputado diz, é que o projeto que o Senhor Deputado apoia é um projeto muito diferente daquele que nós tínhamos, aqui, apresentado. Eu tenho que lhe dizer, eu tenho simpatia pelo seu, tenho simpatia pelo seu, e acho que o devemos estudar a sério. E isso não é compatível com a pressa, esse sim, não é compatível com a não realização prévia de duas obras importantes que já aqui referi, que é a ligação do IC19 à CRIL e a ligação da A1 à CRIL, isto é, fazer da CRIL o principal eixo de continuação e de circulação externa da Cidade de Lisboa, e não fazer a 2ª Circular, e essas duas obras são prévias e essenciais num contexto, em particular, em que se altera o perfil do funcionamento da via. Por isso, entendemos não avançar com uma decisão de repetir

o projeto nos seus exatos termos como tínhamos feito, precisamente, porque acho que podemos aproveitar o tempo para estudar, estudar a melhoria das soluções. -----

----- Sobre a sala de consumo assistido, ainda, não temos a decisão tomada no executivo, mas eu gostava de a contextualizar do ponto de vista da sua urgência que, hoje, é colocada pelos próprios parceiros centrados sobre esta temática a um nível diferente daquela que foi colocada há uns anos atrás. Porque, de facto, o fenómeno dos consumos e das dependências variaram na forma, nos conteúdos, na forma como eles se demonstram, e se constituem, e não tem, hoje, esse carácter, não tem essa centralidade do ponto de vista do processo, mas concordo consigo, nós teremos que ter uma decisão relativamente ao assunto, e o município terá uma decisão relativamente a este tema. -----

----- Relativamente às questões colocadas sobre a Carris, relativamente ao PCP e à Deputada Cláudia Madeira, foi referido, aqui, esta situação de não conhecerem o Memorado, as responsabilidades do Governo PS na situação da Carris, etc., etc., etc., Senhora Deputada, eu gostava e trarei, sem dúvida, aqui, os números, até para contentamento da Deputada Sofia que voltarei, aqui, só para falar da Carris, mas para vos trazer, aqui, os números dos novos beneficiários dos novos tarifários da Carris. É que só a decisão de passar para a Câmara, nós estamos a ter mais pessoas na Carris, estamos a ter mais pessoas no Metro, estamos a ter mais pessoas a beneficiarem dos tarifários que foi possível negociar, e aprovar, relativamente, à Carris. Senhora Deputada, não vamos falar disso porque a Senhora Deputada não quis falar disso, quis falar do processo, quis falar da história, eu estou-lhe a falar de uma outra matéria que se calhar a Senhora Deputada tem menos importância para a vida das pessoas do que a sobre a matéria, eu sei que, se calhar, a sua é mais importante. Eu só lhe estou a falar que eu gostava de trazer, aqui, um outro tema. Como me sinto atrapalhado ao responder ao seu tema, estou a trazer um outro tema. Será que aumentaram as pessoas em função da redução dos tarifários para as crianças que passaram de trinta e seis euros para zero, até aos doze anos? Sim, Senhora Deputada. É que baixaram mesmo os tarifários para as crianças até aos doze anos para zero euros. -----

----- E depois, podemos debater, aqui, o benefício para as pessoas, em Lisboa, da diminuição dos tarifários para aqueles com mais de sessenta e cinco anos, no escalão normal, de vinte e sete euros para catorze e meio. E, mesmo, os poucos idosos que beneficiavam do apoio do complemento solidário para idosos, da sua diminuição de dezasseis para catorze e meio. Isto é, os benefícios da transformação do direito à mobilidade para aqueles com mais sessenta e cinco anos a um preço, verdadeiramente, acessível, verdadeiramente, universal, e sem restrições, e sem limitações. -----

----- Senhora Deputada, não deixa de ser surpreendente que não tenha trazido este tema, aqui. -----

----- Mas com igual surpresa lhe digo que acho interessantíssima a sua preocupação com o elétrico. Senhora Deputada, aliás, até parece que nós já somos donos da Carris há anos. É que até ao início do mês de fevereiro, nós não tínhamos nada a dizer sobre as obras da Carris, ou do elétrico. Ou a Senhora Deputada, ainda, não se tinha

apercebido? É que a Senhora Deputada vem, aqui, reclamar já a primeira obra da Carris, a primeira obra da Carris, eu vou-lhe dizer, Senhora Deputada, o seguinte: -----
----- Até, agora, e o problema da situação atual, é que, até agora, nós não mandávamos, rigorosamente, nada na Carris. E, por isso, até agora, a Senhora Deputada podia mandar para o ar, aprovava umas recomendações, umas reclamações, podia subir à tribuna, e dizia assim; ‘o Presidente não fala grosso com o Presidente da Carris, o Presidente não fala grosso com o Secretário de Estado, não fala grosso com o Ministro. Nós queremos o Elétrico 24, e nós, já só falta um bocadinho para ter o Elétrico 24’. Sabe qual é a diferença, Senhora Deputada? É que a partir de dois de fevereiro, vai ser a Câmara, e vai ser esta Assembleia, quem vai definir aquilo que vai ser o Programa de Investimentos da Carris onde, posso lhe dar a boa notícia, se inclui Elétrico 24. -----

----- Pergunta-me, quando começam as obras? Já começaram. Já começaram no Cais Sodré, onde a obra que está a ser feita do Cais Sodré tem toda a preparação e toda a ligação do circuito elétrico para o funcionamento do Elétrico 24, e vamos, depois, prosseguir, agora que temos o poder sobre a Carris, vamos prosseguir na obra, e obra corresponde, aquilo que a Senhora Deputada diz, que são os carris junto ao Largo Camões, mas inclui mais duas pequeninas coisas, é que não sei se a Senhora deputada se apercebeu, acha que só falta essa pequena ligação para o Elétrico 24 funcionar, e eu vou-lhe dizer que só faltam, ali, duas pequeninas coisas, uma é catenárias na Rua do Alecrim, é que não estão lá. Por isso, até pode ter um elétrico que chega ao Cais do Sodré, depois tem a linha do elétrico do Camões para cima, mas há ali uma coisa no meio que falta, e até agora, a Câmara Municipal não podia fazer isso, porque isso não é um poder da Câmara Municipal. Agora, é um poder da Carris, comandada pela Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- E, já agora, para lhe dar a informação completa, faltará, depois, também, uma outra obra que é pequena na sua extensão, e pequena na sua largura, mas é uma obra difícil, é uma obra exigente, que é a correção da trajetória dos carris junto a São Roque para se permitir o alargamento dos passeios e permitir uma passagem única do elétrico, para podermos ter uma passagem fluída, quer do elétrico, e ter um passeio com um mínimo de largura para que as pessoas não tenham que andar no mínimo da rua. - -----

----- Por isso, a expansão do Elétrico 24, estou de acordo com a Senhora Deputada, temos que avançar, vamos para a frente, agora podemos falar, agora está a falar com a pessoa certa, mas olhe que se tivesse vingado a sua ideia, neste momento, estava a falar para o ar porque ninguém lhe ia ligar nada, o avanço do Elétrico 24. -----

----- Relativamente à questão levantada sobre o Pavilhão Carlos Lopes, Senhora Deputada, nós acabamos sempre no mesmo, ou nós encontramos, queremos avançar, resolver problemas e construir soluções, ou nós ficamos numa posição de reclamar porque tudo acontece, e tudo acontece ao mesmo tempo. Não é possível realizar todas as obras que nós temos para fazer na cidade, sem ter, para várias delas, modelos de financiamento em que haja receitas acopladas como o caso do Pavilhão Carlos Lopes. Não era possível fazê-lo. E, por isso, é que se adotou este modelo. -----

----- E, já agora, Senhora Deputada Sofia Vala, respondo-lhe, que já respondi da questão do Pavilhão Carlos Lopes, que vai daí muita confusão. Vai muita confusão. ---

----- Em 2014, o projeto existente para o Pavilhão Carlos Lopes era o projeto do Pavilhão Carlos Lopes ser o futuro Centro de Congressos da Cidade de Lisboa, o novo Centro de Congressos na Cidade de Lisboa. E esse projeto era um projeto, sim, orçado em cerca de cinquenta milhões que não era um projeto de requalificação do pavilhão, era um projeto de transformação do Pavilhão num Centro de Congressos, da construção de um novo edifício na parte baixa do Pavilhão Carlos Lopes, para dentro do Parque Eduardo VII, para acolher no centro da Cidade de Lisboa, um novo e amplo Centro de Congressos. Aliás, este projeto, acarinhado pelo setor do turismo na Cidade de Lisboa, e percebe-se a razão óbvia, 70% da oferta hoteleira está a uma distância muito reduzida daquele centro, e o turismo de congresso, é um segmento em crescimento de alto valor, mas na altura, recordo bem de ouvir o Ministro da Economia do Governo apoiado pelo seu partido, dizer que um centro novo de congressos, em Lisboa, era mais um elefante branco, que não devia de ser feito, que não devia avançar. -----

----- Ora, imediatamente, tomámos a decisão, eu tomei a decisão de dizer o seguinte: para mim, o que é prioritário para a Câmara, o que é prioritário é a requalificação do Pavilhão Carlos Lopes, e a requalificação do Pavilhão Carlos Lopes vai avançar, e como vai avançar, discuta, depois, o Governo com os empresários do turismo, o que é que quer fazer com o Centro de Congressos de Lisboa. E nós vamos avançar com a requalificação do Pavilhão Carlos Lopes. O Ministro chamava-se Pires de Lima, o tema eram as taxas e taxinhas da Cidade de Lisboa, e o que aconteceu? Ficámos sem o Centro de Congressos, ficou-se com a requalificação do Pavilhão Carlos Lopes, feita com um direito de superfície da Câmara à Associação de Turismo de Lisboa, sendo a Câmara de Lisboa ressarcida, a valor de mercado, pelo direito de superfície de acordo com as regras que estão constantes nos nossos regulamentos, três milhões e meio, Senhora Deputada, peça-lhe atenção para, depois, não haver, Senhora Deputada peça-lhe um pouco de atenção para não haver equívoco sobre os números, o direito de superfície é de três milhões e meio, isto é, é o valor que a Câmara recebe, e a obra custou oito milhões de euros, investimento realizado pela Associação de Turismo de Lisboa que, obviamente, o vai recuperar do ponto de vista da atividade comercial que vai ser desenvolvida na utilização daquele espaço. -----

----- Por isso, o Pavilhão Carlos Lopes está de volta, está feito, está devolvido à cidade e vai servir a cidade como grande pavilhão multiusos, em Lisboa. -----

----- Sobre a intervenção do Senhor Deputado do PAN, gostava de agradecer as palavras que referiu, gostava de agradecer, também, as questões que colocou, e quero esclarecer uma questão, eu não apelidei, não quero que interprete que tive alguma interpretação de adjetivação de radical em alguma posição do PAN, relativamente às touradas. Não tive. Nem o tenho, aliás. O que digo é uma coisa muito simples, é não vamos é fazer o debate sobre isso, num sítio onde ele não existe. O debate sobre a utilização do logótipo da ATL no edifício não tem nada a ver pouco a polémica da tourada. Não tem. O tema da tourada é muito mais vasto, muito mais amplo, precisa

desse debate e, como digo, não apelo a sua posição, a posição do PAN de radical, não o fiz, e quero que não haja nenhum equívoco sobre essa matéria.-----

----- E quero, também, dizer-lhe que tenho, temos, toda a disponibilidade e empenho em prosseguir o trabalho que temos feito na melhoria da garantia dos direitos dos animais, aliás, que temos feito ao longo deste mandato, e tenho que, aqui, reconhecer por um trabalho profícuo, muitas vezes estabelecido em conjunto, e por iniciativa do PAN, e em conjunto com o PAN. Acho que temos feito progressos, em várias áreas, acho que estamos no bom caminho, estamos numa boa direção, acho que temos que avançar mais, teremos que avançar mais depressa, temos que encontrar, possivelmente, mais pontos de entendimento mais rápido, mas acho que é uma área que é essencial para o futuro da cidade. -----

----- A terceira questão que o Senhor Deputado coloca relativamente ao Plano de Drenagem, ela é, de facto, essencial e eu conto trazer a aprovação do lançamento da primeira grande empreitada do sistema de túneis, ainda durante o primeiro semestre ela ser feita em Câmara para poder entrar no seu percurso normal. -----

----- Mas gostava de lhe dizer que os trabalhos em matéria do Plano de Drenagem tem avançado porque todas as intervenções em espaço público que estão a ser feitas incorporam a dimensão da drenagem, quando se identificou que, no tal caso, era necessário, por exemplo, na Rua de Alcântara, quando foi feita a intervenção no espaço público, foi feita a intervenção na drenagem. No Largo do Calvário se passar lá, agora, estão na obra do Largo do Calvário, há uma importantíssima intervenção associada ao sistema de drenagem. Quando falamos, por exemplo, nas obras do Rio Seco, quando falamos das obras no Vale da Ameixoeira, essas preocupações foram tidas em conta e, por isso em todas as obras há intervenções incluídas no plano de drenagem e haverá, depois disso, o lançamento do primeiro grande concurso do que é o sistema de túneis que, aqui, foi apresentados há alguns meses, e que é do conhecimento dos Senhores Deputados no que será seguramente, o maior investimento integrado na construção do sistema de drenagem da cidade. -----

----- Senhora Deputada Sofia Vala, colocou, além das questões que já respondi, algumas outras. Deixe-me começar por lhe dizer, não se ofenda comigo por dizer o seguinte: -----

----- Eu quando a estava a ouvir falar sobre o Eixo Central confesso-lhe que parecia que estava a ouvir um Deputado do PS. Porque, verdadeiramente, não encontro maior elogio à intervenção foi feita do Eixo Central, do que dizer: ‘mas o que nós queremos é o prolongamento da Avenida da Liberdade’. Senhora Deputada, é que é mesmo isso, eu não diria melhor. O que nós queremos é o prolongamento de uma das mais bonitas avenidas que a nosso país tem, que a nossa cidade tem, e que a Europa tem, e queremos prolongá-la até à zona de Entrecampos. -----

----- Senhora Deputada, e digo-lhe mesmo, fico mesmo satisfeito com aquilo que diz porque não encontraria melhor forma de o expressar, porque a realidade atual do Eixo Central da Avenida da República é que nós tínhamos catorze faixas de rodagem dedicadas, ou cativas, pelo automóvel, ou como faixas de rodagem, ou como faixas de estacionamento. Se a Senhora deputada conseguir encontrar uma única autoestrada,

em Portugal, em Espanha, ou em França, que tenha catorze faixas de rodagem, Senhora Deputada, eu não sei. Demonstro a minha ignorância e digo-lhe, daquilo que conheço nunca vi nenhuma. E nós temos catorze faixas de rodagem, catorze faixas de rodagem, no centro da Cidade de Lisboa, no prolongamento da A5 a atravessar. Senhora Deputada, não entendo nenhuma razoabilidade em continuar com uma estrutura dessa dimensão.-----

----- A Senhora Deputada referiu um aspeto que é a dimensão do estacionamento, a dimensão do comércio.-----

----- Um dos elementos da obra da Avenida da República foi a colocação dos painéis com os lugares de estacionamento disponíveis nos parques subterrâneos, algo, aliás, que existe por essa Europa fora, e que não existiam Lisboa.-----

----- A Senhora Deputada fará o favor, como mora nas proximidades, de tentar, ao longo de um mês, contar quantas vezes vê o número de zero num desses parques de estacionamento. E gostava que, depois, me informasse sobre essa matéria. Porque a verdade, Senhora Deputada, é que nunca encontra, não encontra. E a Senhora Deputada pode dizer o que entender, mas há de explicar qual é a racionalidade de uma cidade de ter feito parques estacionamento subterrâneos, de ter feito concessões de parques de estacionamento subterrâneos, de ser essa a política que a cidade prosseguiu durante não sei quanto tempo, e a Senhora Deputada achar normal que eles estejam vazios, que as pessoas têm é que ter direito de parar em cima dos passeios. Não Senhora Deputada, não têm direito a parar em cima dos passeios, não têm. Isso não é um direito numa cidade civilizada.-----

----- Senhora Deputada, sabe que eu também, moro nas Avenidas Novas e, também, gosto de ir à *Versailles*, mas eu acho que estacionar em segunda fila para ir buscar, fazer compras à *Versailles*, não é um direito de cidadania na cidade de Lisboa, é um abuso do espaço público, é um abuso do espaço público que é retirado às pessoas e é, por isso, aliás, que o seu partido nunca se apercebeu, o seu partido, peço desculpa, porque o PSD votou a favor da obra do Eixo Central, é por essa razão, que muitos não perceberam que a obra do Eixo Central nunca resultaria num caos de mobilidade porque, a verdade, é que das três faixas de rodagem que foram alteradas, duas delas já, basicamente, não circulava um carro porque era estacionamento abusivo, em segunda fila. Agora, se a Senhora Deputada acha que deve estar do lado do sindicato que defende o direito ao estacionamento em segunda fila numa cidade civilizada, eu digo, Senhora Deputada, estou contra o seu sindicato. Está do lado do sindicato errado, porque eu acho que isso é contra uma cidade, minimamente, civilizada.-----

----- Pelo que eu percebo, a Senhora Deputada está contra, e devemos assegurar esse direito.-----

----- Senhora Deputada, deixe-me só continuar, já estou em compensações.-----

----- Sobre a questão do IPO, Senhora Deputada, vai daí também muita confusão, eu recomendo-lhe uma leitura de um simples documento que é a proposta 698/2016, da Câmara, não, não aprovaram, aqui. Peço desculpa, mas não aprovaram. Foi uma proposta de Câmara do qual a Assembleia só aprovou uma parte, mas a proposta de Câmara tem outras duas partes.-----

----- Senhora Deputada, se me deixar fazer o meu ponto, eu já a ouvi com toda a atenção. -----

----- Senhora Deputada é que é o seguinte, no programa de intervenção da Praça de Espanha, a unidade global de execução da Praça de Espanha, estão previstos três elementos diferentes; a expansão do IPO, o aumento da área dedicada a escritórios com a alienação do terreno da Câmara e a requalificação integral, o redesenho e a requalificação da Praça de Espanha do ponto de vista do Jardim e da rede viária. São estes três objetivos da unidade de execução.-----

----- E a hasta pública que foi feita não é, obviamente, sobre os terrenos do IPO. É que os terrenos que o IPO está são terrenos da Câmara, também. O acordo que foi feito, não Senhora Deputada, é que a Senhora Deputada faz o seguinte, vai àquela tribuna e diz: *'Senhor Presidente, mas como é que fala do IPO e depois, vem aqui para fazer uma hasta pública para vender o terreno do IPO'*. Não, Senhora Deputada, nós não estamos a vender o terreno do IPO. Nós estamos a vender o terreno que era um terreno que estava com um mercado provisório do tempo do Presidente Krus Abecassis, não Senhora Deputada, não sei para o que esteve para ser o jardim, Senhora Deputada, oiça, é assim, eu já a ouvi, se me quiser ouvir e tentar pensar, de novo, naquilo que disse à luz do que eu digo, pode valer a pena eu falar. Se achar que não, não vale a pena eu continuar. -----

----- No desenho aprovado para a unidade de execução, o jardim não toca naquele terreno, não toca naquele terreno. E nunca esteve previsto, aliás, que tocasse, a não ser a Senhora Deputada. Nunca, para nós, teve previsto que tocasse. O que o jardim toca, porque é, totalmente, redesenhado, porque se evitam as vias de atravessamento, isso liga a Calouste Gulbenkian à Avenida de Berna e liga-se a António Augusto Aguiar à Avenida dos Combatentes, de forma direta, sem as circulares. É isso que vai fazer o grande jardim. Não é aquele espaço de terreno entre o jardim e o IPO. Nunca esteve previsto ser um jardim.-----

----- Se a Senhora Deputada olhar para a proposta nº 698/2016, o que lá está, perceberá, claramente, pelo mapa que lá está, que este sempre foi equacionado desta forma.-----

----- A regularização do mercado provisório seria uma obrigação da Câmara qualquer que fosse o destino que a Câmara quisesse dar aos terrenos. Ou a Senhora Deputada acha que a situação estava bem? Ou alguém, na cidade, acha que aquilo ali estava bem? Não estava bem. E por isso, é que conseguimos na Praça de Espanha, fazer várias coisas essenciais para desbloquear a Praça de Espanha.-----

----- Senhora Deputada, em primeiro lugar, porque a memória é curta, é bom lembrar que se regularizou um contencioso que impedia a utilização dos terrenos da Praça de Espanha, com vinte e sete anos, um contencioso com o Montepio relativamente à utilização dos terrenos da Praça de Espanha, e onde se consolidou a propriedade dos terrenos do Montepio, do lado de lá, na zona da bomba.-----

----- O segundo passo foi a libertação do terreno, relativamente ao mercado provisório, desde os tempos do engenheiro Krus Abecassis. A terceira decisão é a decisão da estabilização do IPO, em Lisboa. E a Senhora Deputada desvaloriza essa

decisão, que eu acho que é uma decisão estratégica, e a Senhora Deputada deveria ver porque é que nós conseguimos, hoje, tomar essa decisão, porque houve uma vontade conjunta da Câmara e do IPO, em tomarmos a decisão para podermos fazer os investimentos, ali.-----

----- E o quarto elemento de grande importância que foi tomada a decisão, embora, ainda, não em projeto final, relativamente à requalificação viária e urbana da Praça de Espanha. -----

----- Senhora Deputada é este o trabalho que anda, há muito tempo, a ser feito na Praça de Espanha, é um dos êxitos, deste mandato, conseguir a solução dos processos da Praça de Espanha e espero, obviamente, que no início do próximo mandato se possa dar início à estabilização de toda a zona do jardim e da rede viária, consolidando e finalizando a última peça que ficará por fazer. -----

----- Por último, relativamente ao Senhor Deputado do CDS, eu acho que a sua intervenção, aliás, diz tudo sobre o que é uma política derrotada na cidade de Lisboa, porque o Senhor Deputado consegue, sobre todas as matérias, exprimir bem os problemas que o CDS tem na política da cidade de Lisboa. O primeiro dos quais é que o Senhor Deputado, ainda, não se conforma que as obras do Eixo Central correram bem, e que o Eixo Central está melhor. O Senhor Deputado acha que não, está no seu direito, e eu estou com a convicção, gostava, aliás, que o Senhor Deputado, colocasse isto como um tema central da campanha eleitoral. Gostava. Que era para termos uma avaliação sobre o que é que se acha sobre o Eixo Central, porque já que o colocaram tanto até agora, acho que o deviam continuar a esticar um pouquinho mais, que é continuar com esse tema na campanha eleitoral, porque é era, talvez, tempo, porque, agora, que já passámos a fase das instabilidades das obras, dos atrasos, do trânsito, etc., etc., valeu a pena, não valeu a pena, está bem, ou não está bem. O Senhor Deputado acha que está mal, acha que o modelo, anterior, dos carros funcionava melhor, acha que o modelo atual prejudicou a mobilidade, que é o caos porque há mais trânsito, que é o caos porque não há estacionamento, façamos a pergunta, coloca esse tema como o tema central do debate da campanha eleitoral. -----

----- Segunda questão, autocarros de turismo mal estacionados, são multados. Senhor Deputado, espero bem que sim, espero bem que sim. Autocarros de turismo, autocarros particulares e tudo o que não estiver a cumprir as leis, em matéria de cidadania e de utilização da via pública, acho muito bem, acho bem que sejam multados e até agora, infelizmente, a única coisa que tenho a lamentar sobre essa matéria é que a parte significativa das multas, aliás, são aplicadas, ainda, são aplicadas pela Polícia de Segurança Pública porque nós, ainda, não concretizámos a transferência de efetivos. Mas estou muito desejoso que esse processo se conclua, dentro de semanas e, a partir daqui, poderá ver a Polícia Municipal, quase em exclusivo, a autuar quem estiver em infração. Se o Senhor Deputado acha que devem ser a atenuados, eu tenho uma visão diferente do que é que é o direito de cidadania, na cidade. Obviamente, se faltam lugares de cargas e descargas, de paragem, defendamos esses lugares, não defendamos é o direito a parar, de forma abusiva, pela nossa cidade.

----- Terceira questão central, diz o Senhor Deputado, que a Carris tem um futuro negro. Senhor Deputado, futuro negro, presente negro e futuro negro tinha o Senhor Deputado para a Carris. É que, neste momento, se tivesse vingado o que o CDS-PP defendeu no Governo, e na Câmara, e na Assembleia, é que a Carris tivesse sido entregue, como está, com 30% da produção em baixa, uma concessão privada com os tarifários em alta e fechada durante oito anos. O Senhor Deputado é responsável, o partido que o Senhor Deputado faz parte é responsável pelo presente negro da Carris, e se tivesse vingado o que o Senhor Deputado diz, era responsável pelo futuro negro da Carris, e era responsável no Governo do país e era responsável no Governo da cidade, pelas opções que os Senhores defenderam, aqui. -----

----- Quarto e último ponto, quarto e último ponto para animar o nosso debate político. ----- Senhor Deputado, eu acho notável a afirmação de que nós andamos a ouvir de Lisboa e os lisboetas e preocupado, e que o Senhor Deputado venha dizer que a nossa grande preocupação é a habitação. Senhor Deputado, onde é que o Senhor Deputado estava quando o Governo de que fazia parte e de que, aliás, tinha responsabilidades diretas, foi responsável pelo aumento das rendas nos bairros municipais? Onde é que o Senhor Deputado estava, onde é que o seu partido estava onde o Estado se desarmou de qualquer instrumento de política pública de habitação para as classes médias, onde é que o Senhor Deputado estava? O Senhor Deputado vem-me falar em ouvir o comércio? Mas onde é que Senhor Deputado estava quando foi aprovada a nova Lei do Arrendamento e grande parte do comércio e lojas históricas que ficaram sob a ameaça de não poder negociar? Senhor Deputado, há limites, há limites para aquilo que o Senhor Deputado pode queixar da falta de memória dos outros. -----

----- O Senhor Deputado pode não conhecer bem os factos, como diz o outro, pode achar que engana, algumas pessoas, durante algum tempo, mas não pode achar que todos, o outro lado, ignorem e se esqueçam de tudo aquilo que aconteceu. E vir, agora, passar, assim, uma esponja por cima de tudo e dizer: 'bom, a nossa grande preocupação é uma preocupação relativamente à habitação e ao comércio e à restauração, e a Câmara não tem feito política'. Bom, Senhor Deputado, eu acho que nós vamos ter um debate muito animado, nos próximos meses, e gostei, particularmente, dos temas que escolheu. Eixo Central, funcionamento do trânsito, futuro da Carris, habitação e comércio, vamos a isso, vai ser um grande debate. -----

----- Relativamente à Proteção Civil, gostava de lhe dizer, aliás, o seguinte: -----

----- Senhor Deputado, nós não temos responsabilidade sobre a área da segurança, o Senhor Deputado sabe, portanto, sobre fugas de Caxias e questões das armas, lamento, não posso, não posso emitir juízos sobre isso, e nem compete, mas posso emitir juízos sobre uma pequenina coisinha, é que como ouvi, agora, dizer que o seu partido é defensor do fim da taxa de proteção civil, pois eu aconselhava-o a antes disso, a uma coisa, sabe a quê? eu aconselhava-o a uma coisa, a ir falar com o nosso Regimento de Sapadores de Bombeiros e de ir perguntar se acham, ou não acham, que faz, ou não faz diferença ter uma receita que lhe está estritamente consignada, que a única coisa que tem feito é servir para investir no serviço da proteção civil, investiu nos

equipamentos, investiu nos carros, investiu nas roupas proteção, está a investir nos quartéis e vai continuar a investir, ao longo dos próximos anos. -----

----- Eu quero terminar com uma resposta ao Senhor Deputado do PCP relativamente ao Aeroporto Humberto Delgado. -----

----- Primeiro ponto, para ficarmos esclarecidos, a decisão do novo aeroporto é uma decisão do Estado, do Governo, não é uma decisão da Câmara. -----

----- Segundo lugar, qualquer do ponto de vista do interesse estratégico da Cidade de Lisboa, é essencial que o aeroporto fique, ficasse, ou fique, nas proximidades da Cidade de Lisboa, ou na localização atual, ou nas proximidades, e devo dizer-lhe que qualquer uma das opções estudadas, ao longo das últimas décadas, cumpriria esse critério, na minha opinião. Em segundo lugar, deve ser uma solução que não afeta competitividade do destino Lisboa, isto é, que não comporte um aumento desmesurado das taxas aéreas, taxas aeroportuárias, e em terceiro lugar, uma solução que tem que ser acompanhada dos investimentos para a melhoria da qualidade de vida de quem tem que ter uma infraestrutura aeroportuária nas suas proximidades. Do ponto de vista da Cidade de Lisboa são estas as três condições.-----

----- O Senhor Deputado diz: ‘mas podia ter havido outras decisões, Alcochete’. A questão é que há duas coisas que mudaram face aos estudos de Alcochete. É que face ao tempo em que se pensou Alcochete, é que quando se pensou em Alcochete decidiu-se não se fazer Alcochete. É que o Senhor Deputado recorda-se que não se fez Alcochete. E, depois de não se fazer Alcochete, aconteceram duas coisas: é que o Estado teve menos recursos financeiros e tem, hoje, menos capacidade de investimento, muito menos capacidade de investimento. Segundo lugar, a ANA foi privatizada. E como Ana foi privatizada, os custos de investimento do novo aeroporto, ou são pagos com recursos públicos, ou são afetos às tarifas aeroportuárias. E este é um dado que o PCP tem que incorporar na reflexão sobre a infraestrutura aeroportuária, porque os dados de definição do problema não são os mesmos que eram há dez anos atrás, porque uma coisa é discutir nós vamos construir uma infraestrutura com dinheiro público, ou assente em financiamento público, comunitário, etc., este é um debate. Mas não é esse o debate que é feito no dia de hoje, porque o debate é que não há financiamento público, a tempo, na dimensão, para a construção do novo Aeroporto, em Alcochete. -----

----- E não é aceitável do ponto de vista de Lisboa, e aqui Lisboa tem uma palavra a dizer, que as despesas de investimento do novo aeroporto, na íntegra, sejam afetos à taxa portuária, porque se isso acontecesse, isto era o princípio do fim do aeroporto de Lisboa, porque o custo investimento era tal forma elevado, que nós ficávamos com taxas aeroportuárias muitíssimo elevadas. E é, por esta razão que a importância do custo do investimento na nova operação, ganhou uma centralidade que, num outro contexto, seria diferentemente ponderada, face a outros elementos; do ordenamento do território, consolidação da malha urbana, etc., etc., etc..-----

----- É por isso, que esta é uma boa solução, e porque, Senhor Deputado, voltamos sempre ao mesmo, se há coisa que era prejudicial para a Cidade de Lisboa, neste momento, era adiar a decisão, porque nós já vamos pagar algum preço desse

adiamento, mas nós não podemos pagar o preço de adiar mesmo, em definitivo, porque isso aí significa, menos turistas, menos negócios, menos passageiros e comprometer o nosso processo de desenvolvimento. E, por isso, a decisão que o Governo tomou é boa, vamos trabalhar, em conjunto, com o Governo, e tenho a confiança que o Montijo se revele, do ponto de vista técnico, que não posso emitir juízos sobre essa matéria, que os estudos técnicos que vão decorrer, concluam que é uma localização possível e desejável para a expansão do Aeroporto Humberto Delgado.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente.-----

----- Terão reparado que o Senhor Presidente usou tempo disponível por outras bancadas.-----

----- Senhores Deputados, vamos terminar, agora, aqui, os nossos trabalhos. Mas eu queria deixar um aviso. Pedia a vossa atenção, é simples. Nós, para a semana, não temos sessão porque é carnaval, na outra semana estava previsto Perguntas à Câmara, e a seguir, na semana seguinte, Declarações Políticas e na última semana de Março, sessão Extraordinária. Eu vou propor uma alteração a isto, e vou propor que na reunião do dia sete de março, nós façamos a continuação da Sessão Ordinária para podermos aprovar estas propostas que ficam pendentes e, portanto, as Perguntas à Câmara são, apenas, para dia catorze e as declarações políticas para dia vinte e um de março.-----

----- Será, depois, enviado um mail neste sentido, mas julgo que não é necessário fazer uma Conferência de Representantes para fazermos este ajuste, e estas propostas todas que temos pendentes, ficam, então, marcadas para dia sete de março, juntamente com a celebração do dia oito de março que, também, faremos no dia sete de março.-----

----- Muito obrigada Senhores Deputados.”-----

----- A sessão terminou, eram vinte horas e cinco minutos.-----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014.-----

-----A PRESIDENTE-----